



Instituto Politécnico de Coimbra

Escola Superior Agrária de Coimbra

Relatório de estágio submetido para obtenção do grau de
Mestre em Gestão Ambiental

Gestão sócio-espacial e ambiental dos bairros autoproduzidos consolidados ou em consolidação em Luanda

Avelino Buatica Paulo

Nº do Aluno: 21527004

Coimbra - Novembro /2017

Agradecimentos

A Deus.

À minha orientadora, Professora Sílvia Leiria Viegas, pelo apoio e orientação prestado ao longo da realização deste trabalho e disponibilidade para esclarecer qualquer dúvida.

Ao meu co-orientador, Professor Pedro Bingre do Amaral, por todo o apoio prestado no acompanhamento e realização do presente relatório.

Aos professores do curso de Mestrado em Gestão Ambiental (MGA) da Escola Superior Agrária de Coimbra (ESAC), particularmente a coordenação, pela sua ajuda, bem como, a todos os que durante o mestrado estiveram sempre prontos para me ajudar em qualquer situação.

Ao meu chefe Dr. José Peixoto que, sem dúvida, tornou possível a realização deste projecto pessoal e a minha estadia melhor equilibrada enquanto distante da família.

Ao Arq. André Mingas, em memória, pelo incentivo em abraçar e persistir neste caminho da busca do conhecimento.

Aos meus colegas e amigos pelo incentivo e encorajamento, particularmente ao Ruben Domingos e ao Kilson Gouveia.

Um especial agradecimento às instituições que prontamente disponibilizaram dados sobre o local de estudo, particularmente ao Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCA), a Administração do Kilamba Kiayi e a Administração de Talatona.

Aos meus pais Adriano Paulo e Clementina Albina Paulo, pelo amor e afecto que sempre me passaram.

À minha família no geral, especialmente à minha esposa Naiara Paulo e às minhas filhas Alcine e Aldara Paulo que sempre me apoiaram ao longo destes anos, Sem elas teria sido difícil chegar até aqui.

Resumo

Os bairros autoproduzidos ocupam a maior parte das áreas periféricas das cidades de Angola. Todavia, hoje existe, e para o futuro vislumbra-se, um mercado de regeneração urbana destes espaços por via da implementação do Plano Nacional de Urbanismo e Habitação (PNUH) e outros de apoio a este que surgirem. A forma de ocupação, uso e apropriação dos espaços urbanos das cidades angolanas motivou esta reflexão académica.

No sentido de ordenar o processo de reestruturação de todo o território, melhorar as condições sócio-espaciais e ambientais dos bairros autoproduzidos e acautelar problemas futuros relacionados com as operações urbanísticas implementadas nestes bairros periféricos da cidade de Luanda e outros do interior do país, o trabalho aponta algumas saídas de concertação para mediar e equilibrar o processo de transformação urbana com vista a salvaguardar o direito à cidade e qualidade de vida urbana e ambiental dos seus usuários.

O bairro Soba Kapassa, como exemplo característico de um bairro autoproduzido, evidenciou que a componente ambiental ainda não faz parte da cultura dos seus habitantes, traduzidos na forma, quase que arbitrária de apropriação dos espaços, sem condicionamento de actitude, por um lado, e, por outro lado, porque a administração pública local está a dar os primeiros passos com vista a educação ambiental e sensibilização dos habitantes para a necessidade da preservação do ambiente e sustentabilidade dos ecossistemas urbanos e não só.

Palavra-chave: bairros autoproduzidos em Luanda; áreas periféricas; qualidade ambiental urbana dos bairros periféricos.

Abstract

Self-produced neighborhoods occupy most of the outlying areas of Angola's cities. However, there is a market for the urban regeneration of these spaces through the implementation of the National Plan of Urbanism and Housing (PNUH) and others to support it as they arise. The form of occupation, use and appropriation of the urban spaces of Angolan cities motivated this academic reflection.

In order to reorganize the entire territory, to improve the socio-spatial and environmental conditions of self-produced neighborhoods, and to safeguard future problems related to the urban operations implemented in these outlying districts of Luanda and other parts of the country, work points out some concerted outlets to mediate and balance the process of urban transformation in order to safeguard the right to the city and the quality of urban and environmental life of its users.

The Soba Kapassa neighborhood, as a characteristic example of a self-produced neighborhood, has shown that the environmental component is not yet part of the culture of its inhabitants, translated into the almost arbitrary form of appropriation of spaces, without conditioning of attitude, on the one hand, and , on the other hand, because the local public administration is taking the first steps towards environmental education and awareness of the inhabitants to the need to preserve the environment and sustainability of urban ecosystems and beyond.

Keyword: self-produced neighborhoods in Luanda; peripheral areas; environmental quality of peripheral neighborhoods.

Índice

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Índice de Figuras	vi
Índice de Tabelas	viii
Lista de Abreviaturas	ix
Introdução	1
1 - Enquadramento geral	4
1.1 - Enquadramento empírico-teórico.....	4
1.2 - Enquadramento metodológico	11
1.3 - Enquadramento geográfico - a problemática no contexto geral de Angola e de Luanda em particular	13
2 - Factores que estão na origem dos bairros autoproduzidos em Angola.....	15
2.1 - Problemática à escala da cidade Luanda (gênese e características actuais)	19
2.1.1 - Potencialidades e limitações dos bairros autoproduzidos em Luanda	26
2.2 - Instrumentos políticos desenvolvidos para contrariar a produção e consolidação dos bairros autoproduzidos	27
2.3 - Problemática à escala das cidades do Lubango (Huíla) e Luena (Moxico)	33
2.4 - O papel das ONGs envolvidas na problemática dos bairros autoproduzidos	37
2.5 - Reflexão crítica: a governação e o direito à habitação nos bairros autoproduzidos	39
3 - Apresentação do caso de estudo “ o bairro Soba Kapassa”	42
3.1 - Caracterização do bairro.....	42
3.1.1 - Bairro no contexto da cidade	44
3.2 - Dinâmica de ocupação, expansão e consolidação do bairro	48

3.2.1 - Habitação, infra-estruturas, equipamentos sociais e apropriação dos espaços	51
3.3 - Reflexão crítica	57
4 - Qualidade Ambiental	59
4.1 - Enquadramento geral	59
4.2 - Qualidade ambiental no bairro Soba Kapassa?	65
4.3 - Necessidade de infra-estruturas <i>per capita</i> no bairro Soba Kapassa	72
4.4 - Reflexão crítica: a governação e qualidade ambiental dos bairros autoproduzidos de Luanda	74
5 - Reflexão cruzada	76
6 - Conclusões.....	82
Referências Bibliográficas	86
Anexos.....	92
Anexo I - Grelha de análise da problemática do bairro autoproduzido.....	93
Anexo II - Grelha de entrevistas.....	94
Anexo III - Imagens complementares das vivências no interior do bairro Soba Kapassa ..	95

Índice de Figuras

Figura 1 - Gráfico da proporção de agregados familiares, segundo o regime de ocupação da habitação em Angola, 2014	14
Figura 2 - Cartograma-classificação da ocupação territorial angolana por municípios, comunas e localidade por províncias, 2014.....	15
Figura 3 - Número total de deslocados, por província, Maio 2002.	16
Figura 4 - Bairros autoproduzidos em Angola	18
Figura 5 - Ortofotomapa da cidade de Luanda antes e depois da expansão	19
Figura 6 - Centro da cidade Luanda	20
Figura 7 - Musseques pericentrais de Luanda	21
Figura 8 - Condomínios residenciais fechados barricados por entre muros altos, em Talatona.	23
Figura 9 - Projecto habitacional Nova Vida	23
Figura 10 - Complexo residencial Lar Patriota	24
Figura 11 - Centralidade do Kilamba	24
Figura 12 – Diversidade de produção dos espaços em Luanda.	25
Figura 13 - Projecto Novas Centralidades	30
Figura 14 - Construções que estruturam a paisagem de Luanda	31
Figura 15 - Projecto novas aldeias rurais.....	31
Figura 16 - Cidades ambicionadas para Angola.....	33
Figura 17 - Ortofotomapa da cidade do Luena e expansão	35
Figura 18 - Ortofotomapa da cidade do Lubango e expansão	36
Figura 19 - Distrito do Kilamba Kiaxi antes/depois (1975-2017).....	43
Figura 20 - Mapa da Divisão Político-Administrativa do Distrito do Kilamba Kiaxi e localização bairro Soba Kapassa (caso de estudo)	44
Figura 21 - Formalidades no interior do bairro Soba Kapassa	45
Figura 22 - Animais domésticos ligados as crenças populares no bairro Soba Kapassa.....	47
Figura 23 - Apropriação dos espaços no interior do bairro Soba Kapassa.....	47
Figura 24 - Mapa do bairro Soba Kapassa - Dinâmica de ocupação.....	49

Figura 25 - Apropriação dos espaços no interior do bairro Soba Kapassa - Sinais exterior de pobreza e riqueza	50
Figura 26 - Deficientes equipamentos sociais de apoio à habitabilidade no bairro Soba Kapassa.....	51
Figura 27 - Apropriação do espaço no interior do bairro Soba Kapassa.....	51
Figura 28 - Apropriação dos espaços no interior do bairro Soba Kapassa.....	52
Figura 29 - Apropriação dos espaços no interior do bairro Soba Kapassa: problema de infra-estruturas.....	53
Figura 30 - Equipamentos Sociais no bairro Soba Kapassa	53
Figura 31 - Apropriação do espaço no interior do bairro Soba Kapassa.....	54
Figura 32 - Apropriação do espaço no interior bairro Soba Kapassa.....	55
Figura 33 - Apropriação dos espaços no interior do bairro Soba Kapassa.....	56
Figura 34 - Equipamentos e serviços no interior do bairro Soba Kapassa	56
Figura 35 - Mapa de vulnerabilidade ambiental, bairro Soba Kapassa	59
Figura 36 - Apropriação do espaço no interior do bairro Soba Kapassa.....	67
Figura 37 - Deficiente gestão das águas residuais domésticas no bairro Soba Kapassa.	68
Figura 38 - Deficiente gestão dos resíduos no bairro Soba Kapassa.....	69
Figura 39 - Deficiente gestão dos resíduos no bairro Soba Kapassa.....	70
Figura 40 - Árvores associadas ao ensombramento e a alimentação das famílias no bairro Soba Kapassa.....	71

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Dados de ocupação e crescimento do bairro Soba Kapassa baseado na observação ao longo dos anos, estimados pelo autor com base na densificação do espaço expressa na figura nº24.	50
Tabela 2 – Indicadores médios per capita das necessidades de infra-estruturas em Portugal e Brasil para assegurar a qualidade de vida dos habitantes (2009-20015)	73
Tabela 3 - Indicadores médios per capita das necessidades de infra-estruturas no bairro Soba Kapassa, estimados pelo autor com base na média dos valores da tabela nº2	73
Tabela 4 - Grelha de análise da problemática do bairro autoproduzido, origem, expansão e consolidação - bairro Soba Kapassa	93
Tabela 5 - Grelha de entrevistas	94

Lista de Abreviaturas

CCTA - Centro de Convenções de Talatona
CRA - Constituição da República de Angola
FAU - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
INE - Instituto Nacional de Estatística
IGCA - Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola
IPGUL - Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda
LBFH - Lei de Base de Fomento Habitacional
LOTU - Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo
OGE - Orçamento Geral do Estado
ONU - Organização das Nações Unidas
ONGs - Organizações não Governamentais
PDGML - Plano Director Geral e Metropolitano de Luanda
PDM - Plano Director Municipal
PDP - Plano de Desenvolvimento Provincial
PESGRU - Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos
PNUH - Programa Nacional de Urbanismo e Habitação
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
PP - Plano de Pormenor
SONIP - Sonangol Imobiliária e Sociedade

Introdução

Hoje, a cidade de Luanda, do ponto de vista da ocupação territorial, apresenta-se por um conjunto de bairros precários¹, quer localizados nos interstícios do centro da cidade, quer na periferia e nas áreas em expansão, que se entrelaçam uns nos outros, sem que se percebam os seus reais limites territoriais, e em conjunto, partilham problemas semelhantes.

A paisagem urbana de Luanda configura-se por ocupações que marcam uma estrutura urbana complexa de explicar se se considerarem as lógicas do urbanismo. Entretanto, realçar que a imagem é composta pelo centro da cidade antiga, nova e envolvente imediata (pericentral). Igualmente, pela periferia, distante do centro, à aproximadamente 25 à 35 Km, composta pelos condomínios habitacionais públicos e/ou privados em altura e de pisos únicos murados ou não, pelos bairros autoproduzidos ou co-produzidos em volta dos condomínios. Estes elementos paisagísticos representam as formas de produção e transformação dos espaços construídos na cidade de Luanda e facilmente pode-se observar fazendo recurso a ferramenta digital do Google Map.

Na observação directa à ocupação, uso e transformação do solo nesta cidade e outras do interior do país, depreende-se que não houve preocupação com a dimensão ambiental, a partida, como uma das dimensões do planeamento e estruturação do território, e as normas técnicas de edificabilidade não foram cumpridas originando os bairros precários, e evidenciando a complexidade da gestão desses espaços. Este fenómeno é preocupante porquanto não é um assunto de hoje, já remota ao passado, desde o tempo do colono, mas o facto é que agora tem vindo a ganhar cada vez mais notoriedade nas principais cidades do país, pelas razões que mais adiante serão apresentadas ao longo deste relatório. Por este motivo, o presente trabalho aborda a problemática em volta da co-produção e autoprodução destes bairros.

Partindo deste contexto, recorreu-se aos seguintes parâmetros de pesquisa:

Tema: Gestão sócio-espacial e ambiental dos bairros autoproduzidos consolidados ou em consolidação em Luanda.

Objecto de estudo: Os processos públicos de intervenção, abordando concretamente o caso de estudo o bairro Soba Kapassa.

¹ Terminologia utilizada em Angola para descrever os bairros com escassez de infra-estruturas de saneamento básicos e equipamentos

Objectivo geral: identificar sistemas de gestão integrados que contribuam ou promovam a melhoria da qualidade de vida urbana e ambiental dos bairros autoproduzidos

Objectivo específico: identificar os processos que estão na origem, expansão e consolidação desses bairros autoproduzidos; identificar as medidas de gestão estatal para dar resposta a problemática e para combater as assimetrias territoriais; identificar práticas quotidianas de apropriação dos espaços autoproduzidos que visem a sobrevivência; sistematizar os impactes ambientais dessas ocupações no território.

Questões: As questões que nortearam a investigação são: (1) Tem o Executivo ou não responsabilidades na origem dos bairros autoproduzidos? (2) Está ou não o Executivo² envolvido para melhoria da gestão destes bairros? (3) E se está, este envolvimento é prioritário? (4) Será que as soluções identificadas para a resolução dos bairros autoproduzidos na cidade de Luanda podem servir e serem aplicadas também noutras províncias do interior do país? (5) Que práticas de sobrevivência os habitantes adoptam para a gestão dos bairros autoproduzidos?

Estas questões partem da percepção inicial de que o Estado adopta um posicionamento pouco eficaz no que toca a qualidade de vida urbana, dirigindo-se mais para as lógicas do mercado e os resultados são pouco impactantes na vida dos segmentos mais carenciados. Em contraponto, quando integram nas suas acções os ensinamentos dos habitantes, pontos de vistas sobre como acham que as questões podem ser resolvidas os resultados aproximam-se mais das suas necessidades, ainda que pontualmente, como advogado por Viegas (2015).

Metodologia: recorreu-se a uma abordagem qualitativa, partindo do princípio de ser angolano, conhecer e viver o território em análise. Igualmente, nalguns contributos teóricos estruturantes do pensamento crítico, como por exemplo Lefebvre (1968) e Harvey (2010), e ainda outros que falaram sobre a produção dos bairros autoproduzidos, qualidade ambiental desses territórios e do direito à cidade.

Procedeu-se a quatro entrevistas estratégicas com intuito de suportar as reflexões críticas apresentadas nos diferentes pontos desenvolvidos no trabalho, tendo como critérios, a idade, o nível académico e a actividade laboral.

Estrutura da tese: Estruturou-se o trabalho em seis pontos, onde o primeiro ponto faz o enquadramento geral do trabalho, aborda a problemática dos espaços autoproduzidos na

² Terminologia usada em Angola na actual legislatura 2013-2017 para designar Governo.

perspectiva geral do país (Angola), de Luanda em particular e de duas cidades do interior como caso de controlo, ao que ocorre em Luanda (capital de Angola). Dá-se a conhecer aspectos que estão na origem deste fenómeno sócio-espacial da proliferação dos bairros autoproduzidos e os instrumentos políticos de governação para o controlo desses espaços e seus habitantes, reporta a perspectiva das ONGs como parceiros do Estado para a gestão do problema da proliferação dos bairros precários autoproduzidos, aponta potenciais fontes de financiamentos externos que podem ter incidência nestes bairros e resolver alguns problemas pontuais, cruzando com os programas em acção do Estado de autoconstrução dirigida para melhoria das condições de vida dos habitantes.

O segundo ponto, refere as questões que estão na origem dos bairros autoproduzidos em Angola, suas potencialidade e limitações, os instrumentos políticos desenvolvidos para contrariar a consolidação destes bairros e o papel da ONGs envolvidas na problemática, terminado com uma reflexão crítica.

O terceiro ponto, apresenta o caso de estudo “o bairro Soba Kapassa”, mergulhando em questões como: a caracterização e contextualização na cidade de Luanda, os factores que estiveram na sua origem, dinâmica de ocupação, expansão e crescimento, (transformação e apropriação do espaço), terminado com uma reflexão crítica.

O quarto ponto, traduz os aspectos da qualidade ambiental no bairro Soba Kapassa, contextualizando os instrumentos políticos em curso no país em geral, Luanda em particular e análise dos factos no bairro, em específico, para se poder entender a dimensão do ambiente no quotidiano dos seus habitantes, terminado com uma reflexão crítica.

O quinto ponto, apresenta a reflexão cruzada sobre a problemática dos bairros autoproduzidos expondo alguns contributos e compromissos que podem ser adoptados para gestão equilibrada desses espaços autoproduzidos e potenciar o correcto ordenamento das cidades e do território em geral. E, para finalizar, o sexto ponto, apresenta as conclusões do trabalho, respondendo as questões que nortearam a investigação, deixa sugestões para trabalhos futuros e uma nota de esperança para os habitantes destes bairros autoproduzidos e todo povo angolano.

1 - Enquadramento geral

1.1 - Enquadramento empírico-teórico

Conceitos

O relatório resume-se ao uso de determinados conceitos ou terminologia no sentido iluminar a investigação, porque nem sempre o sentido do entendimento são óbvios, podem querer dizer coisas ou ter significados diferentes, e aqui, há intenção de clarificar o que se quer dizer concretamente. Por exemplo, o conceito de regeneração urbana em Portugal significa operação de renovação, reestruturação ou reabilitação urbana, orientada por objectivos estratégicos de desenvolvimento urbano, em que as acções de natureza material são concebidas de forma integrada e activamente combinadas na sua execução com intervenções de natureza social e económica. Em Angola, significa transformar o espaço partindo tudo (tábua-rasa) e fazer outro novo com infra-estrutura. Daí relevar-se como estruturante evocá-los no trabalho, espelhando o que significam e estruturando a narrativa que se vai formular ao longo do texto, nomeadamente: ocupação desordenada; regeneração urbana; cidade; aglomerados urbanos; operações urbanas; habitação; qualidade de vida; qualidade ambiental e musseque.

Ocupação desordenada, em Angola é um conceito ou terminologia utilizada constantemente e refere-se a um determinado uso do espaço que está associado a lógica informal de transformação diária do espaço, de acordo com lógicas próprias de sobrevivência, transformando as dificuldades em oportunidades. Também pode ser entendida como uma expressão utilizada habitualmente para caracterizar loteamentos e ocupações de terra realizadas a margem da lei vigente, normalmente associada a forma pejorativa de intervir no território.

Regeneração urbana, em Angola é usada para transformar o espaço partindo tudo (tábua-rasa) e fazer outro novo com infra-estruturas. São acções que visam a revitalização dos espaços e tem como função a melhoria da qualidade de vida das populações e a imagem da cidade.

Cidade, significa aglomerado urbano assim classificado por normas de ordenamento de território, a que tenha sido atribuído foral e com número mínimo de habitantes definidos.

Aglomerados urbanos, são zonas territoriais dotadas de infra-estruturas urbanísticas, designadamente de redes de abastecimentos de água, electricidade e de saneamento básico,

contanto que na sua expansão se processe segundo planos urbanísticos na sua falta, segundo instrumentos de gestão urbanística aprovados pela autoridade competente.

Operações urbanas, são operações materiais de urbanização, de definição ou de utilização do solo e das edificações nele implantadas para fins não exclusivamente agrícola, pecuários, florestais, mineiros ou de abastecimento público de água.

Qualidade ambiental, é o equilíbrio e a sanidade do ambiente, incluindo a adequabilidade dos seus componentes as necessidades do homem e de outros seres vivos.

Qualidade de vida urbana, é o resultado da interacção de múltiplos factores no funcionamento das sociedades humanas que se traduzem no bem-estar físico, mental e social e na afirmação cultural do indivíduo.

Musseques, é a zona da cidade sem asfalto, com terra vermelha, conceito colonial ligado a segregação entre o colono e os indígenas. As Nações Unidas definem como assentamentos contíguos cujos habitantes caracterizam-se por terem condições inadequadas de infra-estruturas básicas e de habitação.

Autores de referência

Na busca de melhor entendimento sobre **o processo de urbanização dos bairros autoproduzidos e sobre as transformações** que ocorrem nesses espaços recorreu-se, igualmente, a abordagem de alguns autores que trataram e têm vindo a tratar essa problemática, e que para o presente trabalho são fundamentais na medida em que as suas teses se cruzam com o tema em análise, e localmente podem servir de referência, porquanto pouco se tem estudado o assunto. Portanto, revela-se oportunos os seus contributos para Angola como princípios basilares para defesa, análise e gestão desses territórios com vista a salvaguarda da equidade social e do respeito a natureza (ambiente). Eis os autores:

Lefebvre (1968), filósofo francês nascido no início do século XX, referencia que a produção de espaço urbano deve ser racional, executada por um grupo multidisciplinar (economistas, professores, arquitectos, ambientalistas, sociólogos e políticos) de acordo com as mensagens culturais que recebe da fala do espaço público, da rua, das praças, dos vazios, da linguagem de conotações e dos sistemas. Desenvolve variadíssimas reflexões sobre o urbanismo e a cidade, destacando que o direito à cidade deve ser formulado como o direito à vida urbana, transformada e renovada.

Considerando que a problemática incide sobre um contexto de muitas insuficiências ao nível da ocupação e apropriação dos espaços urbanos, revela-se de todo fundamental a adoção desse princípio como forma de prover a cidade infra-estruturas e equipamentos acessíveis a todos os seus habitantes. Todavia, considera a absorção desta filosofia como o entendimento que deve nortear a forma de actuação dos governos e enquanto gestores de cidades devem proceder nesta conformidade para melhor equilibrar as suas acções no território.

Harvey (2010), geógrafo americano, pensador contemporâneo e especialista em sociologia urbana destaca que, as condições de habitabilidade, os benefícios da urbanização e, ainda, a importância do direito à obra da cidade feita por todos, num processo participativo e inclusivo, no qual o próprio indivíduo tem o direito a mudar consoante as mutações e novas experiências que o espaço citadino gera. Igualmente, aborda questões diversas sobre a economia contemporânea e defende que o capitalismo é o responsável por grande parte dos problemas sócio-espaciais que acontecem na cidade. Critica as políticas da economia neoliberal que conferem ao capitalismo protagonismo no desenvolvimento urbano, tirando às classes mais baixas o direito à cidade.

Concorda-se com o posicionamento deste autor e pensa-se que podia haver uma reflexão crítica dos gestores territoriais em Angola sobre como intervir no território a luz do que defende, adaptando as suas perspectivas para o contexto dos bairros autoproduzidos, da necessidade de incorporarem os resultados dos diagnósticos e análise do espaço como aspectos indispensáveis a considerar para intervenção e garantia do sucesso da operação urbanística quer pública e/ou privada.

Lopes e Oliveira (2016), professoras e especialistas em direito do urbanismo, espelham aspectos ligados ao ordenamento jurídico referenciando a necessidade da existência de política coerente sobre o território e de inclusão, do qual concorda-se porquanto a prática quotidiana reflecte exactamente o oposto, onde as assimetrias vogoram por falta de observância desse posicionamento.

Viegas (2015), investigadora e arquitecta, na sua tese Luanda cidade (im)previsível, aborda Luanda em duas esferas bicéfalas, isto é, atuação de Estado na transformação do espaço e reacção das populações, antes e depois da independência, concluindo o estudo que o poder autocrático quer colonial e vigente são responsáveis pela transformação que hoje o território de Luanda apresenta. Subscreeve-se esta visão, na medida em que o modelo de gestão do território foi herdado do sistema colonial de imposição, estratificação e exploração social,

sem grandes preocupação de uniformização dos direitos entre o colono e os indígenas, e hoje as transformações ao nível do contexto, os resultados são semelhantes, constatando-se muitas assimetrias entre o centro e o interior do país.

Gameiro (2011) professor e arquitecto angolano, consultor do Ministério de Urbanismo e Habitação, aborda o Programa Nacional do Urbanismo e Habitação (PNUH) no actual contexto, e tem sido o grande precursor e interlocutor das políticas do governo local e internacionalmente sobre os objectivos da implementação do programa, considerando-o como muito bom porque melhorará as condições de vida dos angolanos, com a previsão de construção de 1 milhão de habitações, que resolverá o défice habitacional do país. Abraça-se esta iniciativa, não obstante os factos mostrarem o contrário, na medida em que na realidade não se sabe qual é o verdadeiro défice habitacional, quando na prática os bairros autoproduzidos tendem a se proliferar e consolidar.

Na dimensão ambiental recorre-se a contribuições reflexivas saídas de algumas convenções internacionais, assim como algumas produzidas pelos autores cuja abordagem expressam grande preocupação aos impactes negativos irreversíveis que estes assentamentos humanos tem causado ao ambiente e a todos seus ecossistemas contruídos e não só. Igualmente, permitem avaliar o estado de situação ambiental dos bairros autoproduzidos e definir estratégias para a mudança urgente do quadro actual, pese embora nunca tenham estado em Angola.

Todavia, chamam atenção aos líderes continentais e organizações mundiais onde este fenómeno tenha expressão para redefinição de estratégias que visem a sustentabilidade do ordenamento territorial, do urbanismo e do ambiente.

Escolhe-se este pacote de autores porque referem cronologicamente a evolução das preocupações, sobre as questões da sustentabilidade urbana e ambiental dos assentamentos humanos, ao longo do tempo até aos tempos vigentes, refletindo aquilo que é divulgado a escala internacional, e que muitas vezes são depois adoptados como estratégias de gestão territorial e apropriados por muitos países, como por exemplo Angola, e que para o presente trabalho espera-se puder servir de elementos orientadores e pedagógicos, quando as questões abordadas forem relativas a sustentabilidade da vida humana e qualidade dos espaços urbanos. A citar:

Humano (1972), reporta os resultados da Conferência das Nações Unidas que estabelece princípios de comprometimento das nações para planearem os assentamentos humanos

evitando danos ao ambiente e obtenham, para todos, o máximo de benefícios sociais, económicos e ambientais. Estes princípios são de extrema importância e auxiliam o planeamento reacional dos espaços para o equilíbrio ambiental e a garantia da qualidade de vida. Outrossim, firmam que a defesa e o melhoramento do ambiente humano para as gerações presentes e futuras se converteu na meta imperiosa da humanidade, que se deve perseguir, ao mesmo tempo em que se mantém as metas fundamentais já estabelecidas, da paz e do desenvolvimento económico e social em todo o mundo.

Reforça o aspecto de que para se alcançar esta meta será necessário que as instituições, empresas, cidadãos e as comunidades em geral, aceitem nos planos as responsabilidades que possuem e que todos participem equitativamente, nesse esforço comum, sendo as administrações nacionais, locais, e suas respectivas jurisdições as responsáveis pela maior parte do estabelecimento de normas e aplicações de medidas sobre a gestão racional do ambiente. Assim, com o fim de se conseguir um ordenamento mais racional dos recursos e melhorar as condições ambientais e os Estados devem adotar um enfoque integrado e coordenado ao nível do planeamento do desenvolvimento, de modo a assegurar a compatibilidade entre o desenvolvimento e a necessidade de proteger e melhorar o ambiente.

A Conferência das Nações Unidas encarece aos governos e aos povos que unam esforços para preservar e melhorar o ambiente em benefício do homem e de sua posteridade. As deficiências do ambiente originário das condições de subdesenvolvimento e os desastres naturais colocam graves problemas e a melhor forma de geri-lo está no desenvolvimento acelerado, mediante a transferência de quantidades consideráveis de assistência financeira e tecnológica que complementem os esforços internos dos países em desenvolvimento e a ajuda oportuna que possam requerer.

Já recentemente, na Conferência das Nações Unidas para Desenvolvimento Sustentável (2015), espelha a veemência dos objectivos do desenvolvimento sustentável das cidade e comunidade, fixados na cimeira da ONU, Nova York (USA) 2015, dispondo 17 objectivos e metas, sendo que o 11º aponta o comprometimento de até 2030 garantir-se: o acesso a habitação segura, adequada e a preços acessíveis, a todos os cidadãos, assim como a garantia dos serviços básicos e urbanizar os musseques. Outrossim, reduzir o impacte ambiental negativo *per capita* nas cidades e aglomerados humanos, prestando especial atenção a qualidade do solo, ar, água, gestão dos resíduos e outros, e propiciar áreas verdes livre e espaços públicos seguros, apoiar os países menos desenvolvidos por meio de assistência técnica e financeira para construções sustentáveis e resilientes utilizando materiais locais.

Iii, H.(2016), traduz os resultados da 3ª Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, 2016, realizada em Quito, Equador, designada Habitat três (HIII), que reconhece as directrizes internacionais para o planeamento urbano e territorial (DIPUT) integrada no programa das nações unidas para os assentamentos humanos, aprovadas pelo conselho de governação da ONU-HABITAT, na 25ª sessão em Abril de 2015, e expressa a necessidade das organizações mundiais implementarem os compromissos saídos destes encontros e traz novos paradigmas que identificam a urbanização como o fenómeno chave do desenvolvimento da humanidade.

Este documento reporta a necessidade de um planeamento equilibrado de curto prazo com resultados desejados de longo prazo e com alta qualidade de vida e ambiental, devendo os mesmos, serem flexíveis as dinâmicas quotidianas. Igualmente, orienta que os planos do ordenamento devem promover ocupações de vazios urbanos (áreas livres), regeneração, reconversão, reabilitação e urbanização dos musseques numa abordagem participativa que envolva todos actores.

Amado, *at al.* (2016), desenvolveram recentemente um trabalho científico na Província do Huambo, Angola, sob a égide do processo de regeneração dos bairros informais, e reportam que a problemática dos assentamentos informais a todos dizem respeito. As características destes aglomerados humanos variam em tipo e estrutura, padrões urbanos e sua estrutura social e económica.

Reportaram que as várias formas de intervir sob a realidade dos factos a situação económica global é fundamental na medida que integra todas as dimensões de desenvolvimento sustentável. A metodologia deve ser apoiada na análise do contexto social e processo de *design* deve ser altamente participativo. Defendendo que para o caso, Huambo, os modelos de parcerias público-privado é o que mais se ajusta, definindo tarefas concretas para cada uma das partes e onde o setor público fornecesse condições de desenvolvimento para o setor privado, sendo estes suportados por mecanismos de regeneração que estabeleçam os papéis e procedimentos de cada *stakeholder* envolvido no processo, mediante múltiplos critérios que propiciem uma abordagem integrada.

Abordam que o chamado contexto institucional "informal" deve ser priorizado e de facto ser reconhecido como o mais importante factor de desenvolvimento urbano. Argumentam aqui, que o envolvimento com essas formas complexas de troca de conhecimento requer maiores compromissos sustentados no planeamento do uso da terra, que podem ser melhores geridos

através de abordagens transdisciplinares, e não apenas em situações de fraqueza institucional, como é o caso de Angola.

Geneletti, *at al.* (2017), cujo artigo científico aborda os desafios da aplicação do planeamento sustentável nas periferias urbanas, na medida que os sistemas urbanos continuam a crescer em todos mundo e as periferias aumentam em quantidade e tipologias. Os resultados mostraram que a classificação das periferias são défices de sintetizar na abordagem do planeamento sustentável e muitos autores reconhecem os riscos transversais relacionados à complexidade e dinamismo das periferias urbanas, que eventualmente podem levar o planeamento a insustentáveis ou resultados não esperados.

Expõem algumas limitações como: as condições sócio-económicas que limitam os recursos comunitários para a participação, outras dizem respeito às dúvidas quanto a eficácia socio-ambiental de alguns modelos de planeamento sustentável, da abordagem e a mensurabilidade dos reais efeitos ambientais, do desenvolvimento sustentável das periferias urbanas (Deakin, 2002; Zimmerman, 2001), da Falta de indicadores espaciais adequados (Tsenkova & Damiani, 2009) e dos dados de boa qualidade (Rojas-Caldelas et al., 2008). Para superar essa limitação, é necessário que se faça o monitoramento constante ao ambiente, que seja capaz de fornecer dados quantitativo aos processos de planeamento (Saville, 2009; Wigle, 2010).

Transcrevem que a urbanização e a peri-urbanização não podem ser reivindicadas como positivas ou negativas, mas produzem resultados positivos e negativos. Os resultados devem ser equilibrados considerando o contexto sócio-económico e ambiental local (Haller, 2014). Quando não encontram equilíbrio produzem resultados inesperados e indesejados. Assim, recomenda a integração de práticas de planeamento de baixo para cima como um pré-requisito importante para aumentar a eficácia da tomada de decisão, atingindo os objetivos mais ambiciosos do desenvolvimento sustentável (Hudalah et al., 2007)

Abordam as periferias urbanas e concluem que elas ainda não fazem parte das preocupações centrais das pesquisas do planeamento sustentável, e que as abordagem levantadas em muitos estudos centralizam mais atenção em questões específicas no contexto da criação da estrutura do planeamento sustentável, tendo subscrito que os vários estudos reconhecem a necessidade de considerar as periferias contemporâneas e áreas suburbanas como parte dos sistemas metropolitanos, exigindo a existência de novos instrumentos de planeamento de múltiplas escalas, integrando as componentes sociais, económicas, políticas espaciais e ambientais.

Ciente das dificuldades que haviam de ser encontradas no desenvolvimento do trabalho, realça-se que ao longo da investigação observou-se algumas limitações de natureza teórica para a plena compreensão do tema sobre a produção do espaço urbano autoproduzidos, principalmente na sua autogestão. Outrossim, houve algumas inflexões relativas ao acesso as informações sobre o local em análise que potenciariam ainda mais o trabalho.

1.2 - Enquadramento metodológico

Metodologicamente, recorreu-se a uma abordagem qualitativa. Após **revisão bibliográfica** (teórica e sobre a realidade empírica), identificou-se que registos existem sobre Luanda em geral e sobre os bairros autoproduzidos em particular, incluindo escritas e cartográficas. Fez-se **entrevistas semi-estruturadas** (Ver anexo II, tabela 5, pág.94) aos “proprietários” não oficiais de alguns lotes no bairro Soba Kapassa com o intuito de contextualizar situações do quotidiano no bairro em análise, para reflectir sobre os processos de produção e de transformação do espaço habitacional, suas limitações e potencialidades, encontrar soluções de compromissos na gestão desses espaços e controlar o seu aparecimento e/ou expansão. Igualmente, fez-se **observação directa** ao espaço para consolidar o conhecimento sobre a realidade e cruzar com o adquirido enquanto participante activo numa cidade onde vivo e trabalho, e sinto os seus problemas todos os dias e os meus concidadãos também o sentem.

Assim, por vivenciar-se todos os dias as preocupações dos habitantes nos bairros autoproduzidos e acreditar-se enquanto arquitecto urbanista que podem existir outras medidas de actuação e gestão para produção e transformação destes espaços urbanos autoproduzidos, que não sejam unicamente as de costume “as dominantes por uns e por outros” ou as que têm vindo a ser implementadas pelo Estado com apoio do sector privado, este estudo, faz uma **abordagem qualitativa e empírica** aos factos, e aponta alternativas de soluções para a gestão mais equilibrada dos bairros autoproduzidos, onde, o debata e discussão publica assumem-se como indispensáveis antes de qualquer tomada de decisão com incidência nestes espaços.

Tendo esta percepção, pretende-se contribuir para identificar melhores saídas para o resolver, na medida em que o não cumprimento das funções de ocupação e uso do solo conforme medidas de gestão e planeamento trará sempre consequências nefastas ao território e ao ambiente em geral, como por exemplo: precariedade dos espaços, o desordenamento do

território, a degradação dos solos e dos seus ecossistemas, conflitos de gestão dos espaços construídos entre outros.

As informações recolhidas, foram agrupada segundo quatro categorias de análise como; (1)Território, (2) Governação, (3) Sociedade, (4) Qualidade Ambiental. (Ver anexo I, tabela 4, pág.93)

Para o **caso de estudo**, foi-se ao Município do Kilamba Kiaxi, Distrito de igual nome e analisou-se o “bairro autoproduzido Soba Kapassa”, abordando questões assentes nas categorias de análises já mencionadas, no parágrafo anterior, para responder as questões que se prendem com as razões que estão na origem e expansão do bairro e qual é o papel dos seus ocupantes na autogestão e respeito ao ambiente.

Os autores seleccionados para análise das questões do espaço, por um lado, e do ambiente, por outro, já enunciados anteriormente permitem abordar aspectos relacionados com a equidade social, a garantia do direito à cidade, e da qualidade ambiental dos espaços urbanos. Outrossim, recorre-se à alguns conceitos para melhor situar o problema e clarificá-lo, porquanto são terminologias muito utilizadas em Angola e servirão para ajudar a pensar sobre a problemática dos bairros autoproduzidos, acautelando abordagens dicotómicas/dissonantes/contrárias. Por exemplo, conceptualiza-se o bairro autoproduzido como bairro produzido pelos próprios habitantes, em vez de bairro informal que está associado a conotações negativas e pejorativas (à margem da lei).

Procedeu-se (1) a revisão bibliográfica, (2) revisão documental (leis, notícias) e iconográficas (mapas e fotografias); (3) entrevistas; (4) observação directa e (5) produção iconográfica.

Tomou-se como caso de estudo “o bairro autoproduzidos Soba Kapassa em Luanda, e como casos de controlo duas cidades do interior, cidade do Lubango (Huíla) e do Luena (Moxico), onde o fenómeno também ocorre, embora em escala diferente, mas a forma de produção e transformação do espaço é similar.

Dá-se destaque as questões ambientais nos espaços autoproduzidos em Luanda e propõem-se apresentar, em função dos défices infra-estruturais uma estimativa, na perspectiva do planeamento, sobre o que seria necessário para suprir as insuficiências no bairro Soba Kapassa (caso de estudo), nomeadamente em matéria de electricidade, abastecimento de água potável, tratamento das águas residuais e existência áreas verdes.

1.3 - Enquadramento geográfico - a problemática no contexto geral de Angola e de Luanda em particular

Actualmente as cidades de Angola vivem um intenso processo de transformação dos seus espaços pelos seus habitantes, e o Estado, que tem a responsabilidade do controlo e gestão de todos os recursos nacionais, manifesta-se quase ausente nalgumas coisas, porque o quadro expressa alguma desordem em matéria do ordenamento do território e das cidades, pela ineficiência da aplicação dos instrumentos políticos e legais em vigor no país. Estas transformações ocorrem segundo lógicas de desenvolvimento e de estratégias de sobrevivências de angariação de dinheiro e outras quotidianas de produção dos espaços que nem sempre se consegue identificar, dando a entender que não há uma estratégia firme sobre o que se quer realmente sob o território e das cidades, por não haver uma estratégia nacional do ordenamento do território e os respectivos instrumentos de aplicação. Isto, promove alguma “arbitrariedade” por todos habitantes desses espaços (principais actores que participam na produção e transformação do espaço) traduzidos nas manifestações quotidianas de ocupação e utilização dos espaços.

Neste quadro, o estudo configura-se fundamental e oportuno na medida que oficialmente há uma preocupação nacional do Executivo para a melhoria das condições de habitabilidade dos habitantes desses bairros autoproduzidos, provendo infra-estruturas integradas como: o de saneamento básico, água e energia. Outrossim, consta das prioridades da Nova Agenda Urbana das Nações Unidas para os próximos 10 anos, dar uma atenção particular aos moradores dos bairros precários e assentamentos informais, zonas habitadas maioritariamente por pessoas de baixos rendimentos, de acordo a III Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano (Habitat III), realizada em Outubro de 2016, na cidade de Quito, Equador, referindo que o desenvolvimento sustentável pressupõe o combate às múltiplas formas de discriminação, sobretudo aquelas que atingem mulheres e meninas, crianças e jovens, pessoas com deficiência, idosos, povos autóctones e comunidades suburbanas. (Jornal de Angola, 7.01.2017)

No que se refere aos dados estatísticos, o censo geral da habitação de 2014, cujos resultados definitivos saíram em Março 2016, reporta que Angola tem 25.789.024 habitantes, residindo na área urbana 63% e na área rural 37%. Sendo que Luanda é a província com mais população a nível nacional com cerca de 6.945.386 habitantes, representando pouco mais de um quarto (27%) da população do país, também apresenta a maior densidade populacional

do país com 368 habitantes por quilómetro quadrado, cerca de 18 vezes superior a média do país.

A maioria dos agregados familiares vivem em habitação autoconstruída (70%), 19% vivem em casas arrendadas (privado e estado) e apenas 6% vivem em casas compradas ou em processo de compra, sendo que a maior parte do território apresenta classificação rural (ver figura 2), e ocupada maioritariamente por comunas urbanas que na prática traduz num conjunto bairros informais precários (musseques), onde estão implantados os aglomerados populacionais, destacando a problemática de grande relevância e preocupação, uma vez que sob a vista aérea as cidades e seus arredores vislumbra-se que quase 80% do seu crescimento e expansão não obedece a princípios basilares de planeamento e gestão estratégica do território constantes na LOTU (Lei do ordenamento do território e do Urbanismo-Lei nº3/04, 25 de junho).

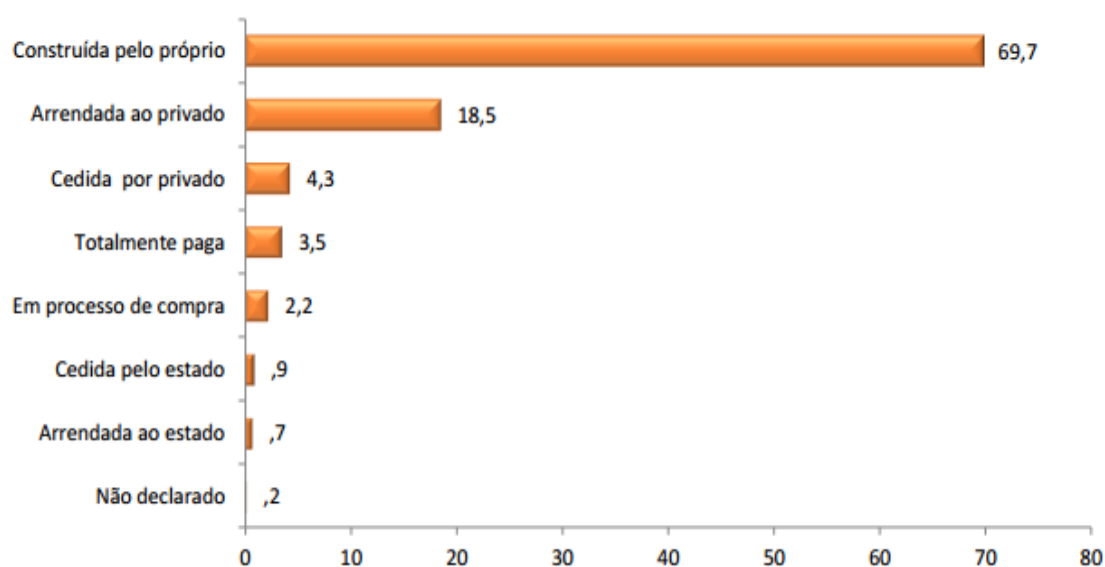


Figura 1 - Gráfico da proporção de agregados familiares, segundo o regime de ocupação da habitação em Angola, 2014

Fonte: INE - Censo habitacional (2014)

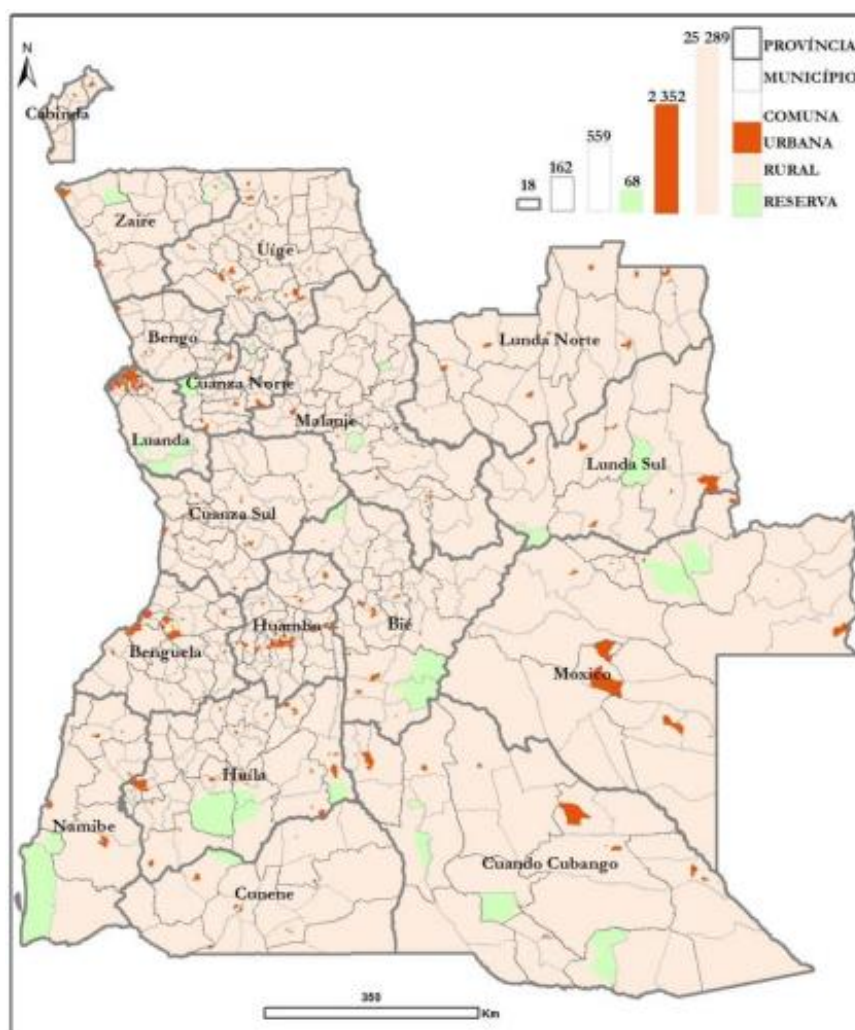


Figura 2 - Cartograma-classificação da ocupação territorial angolana por municípios, comunas e localidade por províncias, 2014

Fonte: INE, Censo Habitacional 2014

Ainda na ordem do mesmo censo 2014, os bairros em termos gerais ocupam uma grande parte das zonas periféricas das principais cidades do país, quase 80%, e em Luanda particularmente esses bairros tem muita expressão, isso também ocorre nas outras cidades de Angola, apresentando particularidade comuns, mas naturalmente com dinâmicas diferentes.

2 - Factores que estão na origem dos bairros autoproduzidos em Angola

Luanda pós-independência desde 1975 até à actualidade em 2017, a divisão político-administrativa sofreu várias alterações, na medida que ao longo desses períodos foram introduzidas alguns ajustes decorrentes do crescimento populacional e económico dos

habitantes, e outras de natureza política como a opção da estratégica da UNITA³ alargar os seus limites de controlo sob do território no período do conflito armado.

No alvorecer do século XXI - Angola passava por um fracassado processo de paz 1992-1998, após longos períodos de guerra civil, ocorrendo várias ondas de migrações de pessoas deslocadas do interior das zonas mais afectadas pela guerra civil 1998-2002, para às principais sede de capitais das províncias. Luanda, capital de Angola, foi e é a cidade onde são mais visíveis os efeitos destruturantes desse fenómeno numa cidade pouco preparada para estas transformações abruptas. Todavia, houve um agudizar sistemático sobre a ocupação e o uso do solo, registando a sua periferia desordenamento e falta de controlo do Estado, onde a propriedade informal prosperava e até então perdura.

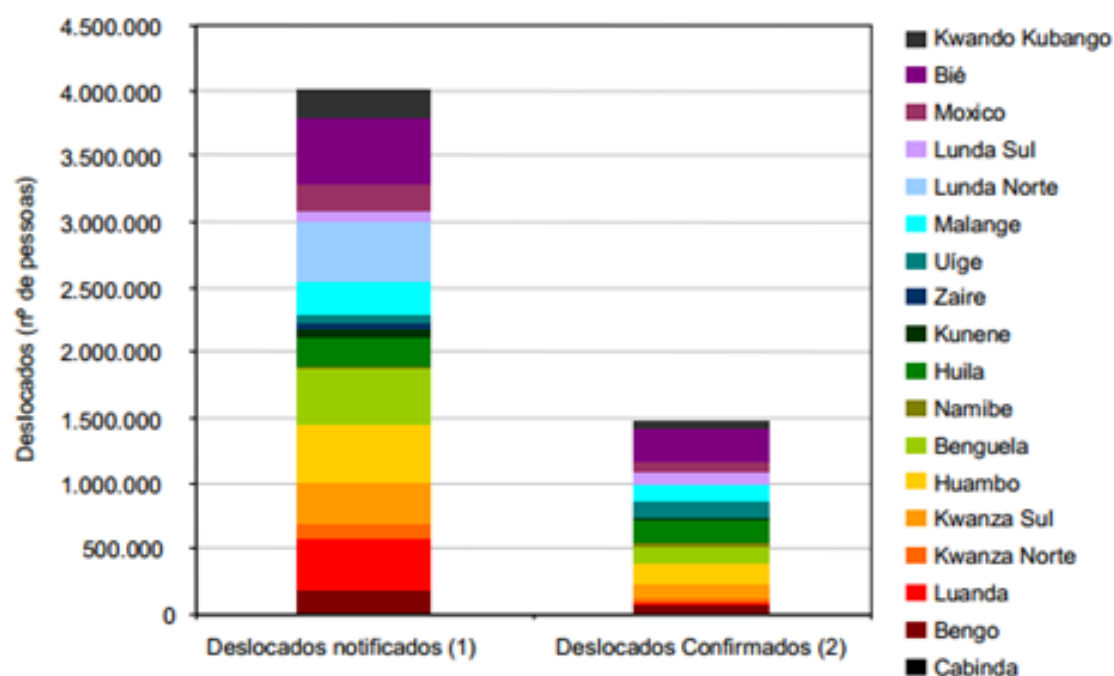


Figura 3 - Número total de deslocados, por província, Maio 2002.
Fonte: PNUD (2005)

Esses territórios periféricos em Angola são ocupados por quase todas as classes sociais, contrariando a ideia de que só as pessoas mais carentes é que habitam e ocupam anarquicamente os espaços periféricos das cidades. Entretanto, o seu surgimento deve-se a diversos factores, nomeadamente: falta de uma política habitacional eficaz; falta de fiscalização por parte das autoridades; falta do cumprimento rigoroso dos Planos de Desenvolvimento Provinciais por parte do poder local, oportunismo económico e

³ Partido político angolano que tentou por via da força tomar o poder político e o controlo do território em desde 1992 até 2002

consciencialização sobre o valor da terra, falta de controlo do Estado sobre a ocupação dos espaços pelos cidadãos, não existência do plano de ordenamento do território ou planos alternativos específicos de pormenores para gestão desses bairros; falta de políticas públicas específicas que possam auxiliar a população de baixa renda e não só, no acesso aos terrenos urbanizáveis e moradia as pessoas que realmente necessitam deste bem como um direito fundamental; falta de conscientização dos habitantes sobre os danos que esta ocupação causa ao ambiente como: a degradação do solo e destruição dos ecossistemas.

Esses bairros têm surgido em qualquer lugar livre/baldio próximo do centro das cidades ou na periferia das cidades, por cidadãos de todas as classes (desde, por exemplo; oficiais superiores exército e da policia nacional, funcionários públicos, empresários, e cidadãos com menos recursos).

Fisicamente o território autoproduzido apresentam habitações e loteamentos irregulares, sendo que os seus ocupantes não têm a titularidade sobre a terra e o imóvel, porquanto a terra é propriedade originária do Estado, de acordo com o regulamento vigente no país, (Lei de Terra, Lei nº 9/04, de 9 de novembro). O processo de produção desses espaços autoproduzidos e co-produzidos não é uma excepção para algumas províncias e outras não, virou “regra e/ou hábito” e as constatações ilustram estes factos.

Todo reflexo sobre a economia nacional incide maioritariamente as suas concretizações na Cidade Capital (Luanda), ou seja, os investimentos económicos são feitos grande parte em Luanda, talvez por opção política. O movimento do êxodo rural forçado, ou não, pelos conflitos armados (guerra civil-1998-2002) trouxeram consequências como: a falta do pensamento sobre como desenvolver as cidades na época, falta de elaboração dos planos territoriais que enquadrassem o contexto que se vivia; o atraso na elaboração e aplicação dos instrumentos de gestão territorial de uma forma geral, cujos custos sociais para reverterem a situação, hoje, oneram ainda mais acções do Estado. O desencontro entre o que politicamente se planeia (planos sectoriais de desenvolvimento locais) e o que efectivamente se executa na prática, estimulam ainda mais o surgimento dos bairros autoproduzidos, pelo seguinte:

- Não acompanhamento do plano urbanístico e territorial anterior (colonial) naquilo onde seria possível ajustar ao contexto actual beneficiando os angolanos, apesar destes terem sido segregadores.
- Processo de nacionalização dos terrenos pelo Estado em 1975 e revisto em 1992, sem criar condições para que concretamente cada espaço territorial cumprisse as suas

funções, embora tenham constituído reservas, elas não pressupõem ser um plano de pormenor de gestão dos espaços. Todavia, criou-se muitos espaços vazios que no decorrer dos tempos têm servido de ambientes favoráveis aos surgimentos dos bairros autoproduzidos.

- Inexistência do plano estratégico do ordenamento territorial no período pós independência e respectivos planos de pormenores a diversas escalas ou pelo menos a ponderação no acompanhamento ou cumprimento rigoroso dos anteriores planos (antes independência e suas sucessivas actualizações).
- Conhecimento sobre o valor da terra pelos cidadãos, gerando oportunismo imobiliário e aproveitamento político e económico, como: especulação e desordem no mercado imobiliário, não regulação do pagamento do imposto sobre a terra, luta entre as forças políticas locais sob olhar das lacunas de quem está no poder, etc)
- Ocupação massiva dos terrenos sob o olhar impune da administração local e outro até com a sua permissão (departamento de fiscalização).
- Modelo de desenvolvimento incapaz de controlar a brutal expansão populacional ocorrida na década de 90, que foi crescendo e ganhando grandes proporções nos anos posteriores, aumentando progressivamente com o decorrer dos tempos, com a ocupação dos espaços vazios urbanos.

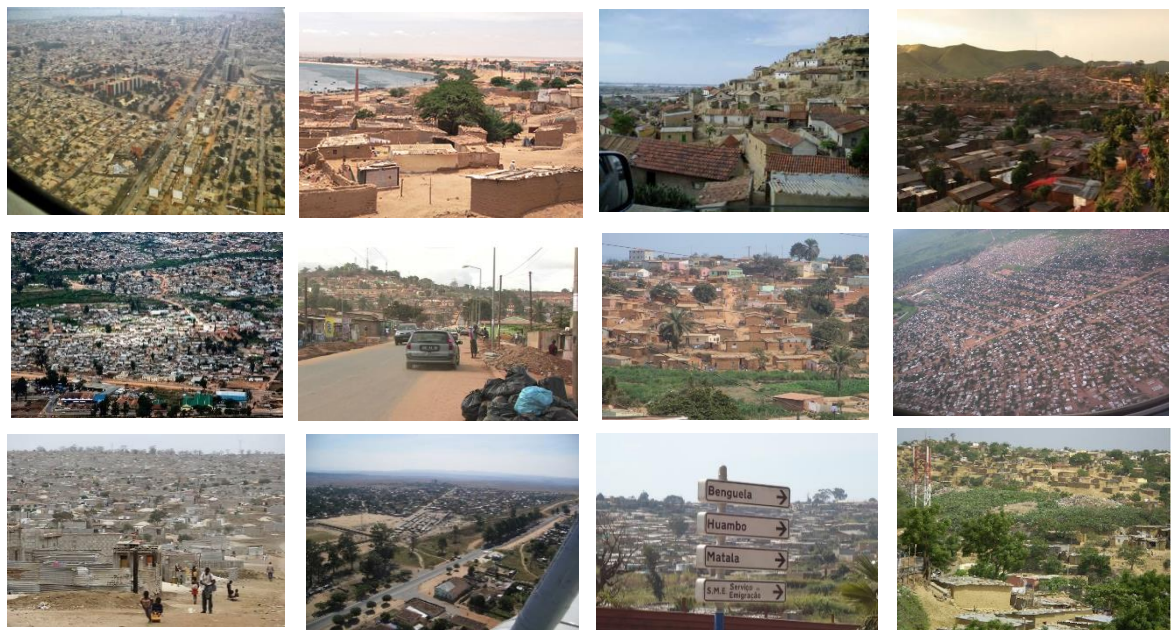


Figura 4 - Bairros autoproduzidos em Angola
Fonte: Google imagem, 16.06.2017)

2.1 - Problemática à escala da cidade Luanda (gênese e características actuais)

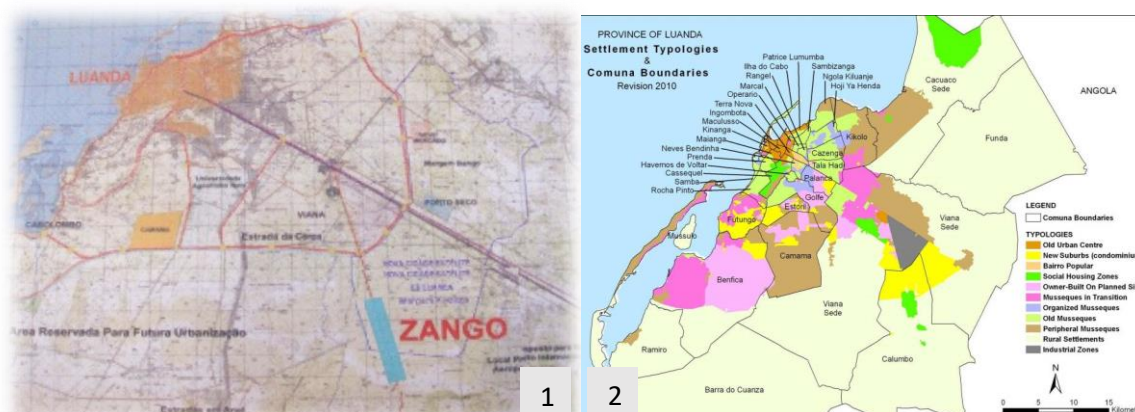


Figura 5 - Ortofotomapa da cidade de Luanda antes e depois da expansão
Legenda: 1 - Ocupação da cidade de Luanda 1975, 2 - Ocupação da cidade de Luanda 2002
Fonte: Moreno, reunião dos peritos Huambo, (2011) e DW (2011).

O Executivo continua a advogar a ideia de que a falta de condições de habitabilidade nos musseques configura a causa da maioria das transformações urbanas por si operadas, ou pelo sector privado com o seu incentivo, na última década.

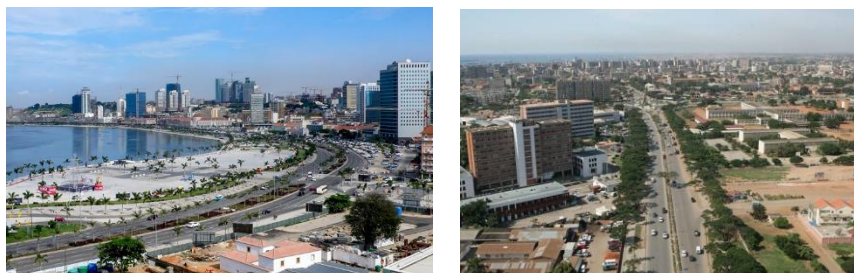
A problemática dá-se com maior intensidade com o fenómeno de êxodo rural e a guerra civil de que o País foi alvo entre 1998-2002, que promoveu o aumento exponencial de deslocados para Luanda e o crescimento populacional, agudizando os problemas urbanos e habitacionais desta cidade. As infra-estruturas e equipamentos sociais na zona urbana foram fortemente sobrecarregadas e as áreas peri-urbanas ocupadas sem obediência aos principais instrumentos do ordenamento do território, degradando a paisagem e os ecossistemas naturais. **Este cenário de ocupação desordenada promoveu a construção de uma nova urbanidade autoproduzida** (construída pelos habitantes), através do recurso a diversas estratégias de sobrevivência e à produção e transformação quotidiana do espaço habitacional.

A apreciação desta problemática em Luanda remete a três escalas de análise urbana que hoje constituem o espaço contruído da cidade que contempla: (1) o centro da cidade, (2) os musseques e (3) os condomínios habitacionais em altura ou de piso único privados/estatais, centralidades e outros, que são percebidas no actual contexto como soluções encontradas de transformação e produção urbana.

Centro da cidade

O centro de Luanda caracteriza-se pela densificação dos seus espaços urbanizáveis onde todo espaço baldio é ocupado e serve para o mercado imobiliário, insuficiência de espaços colectivos fazedores e integradores de urbanidade, deformação constante das suas infra-estruturas de saneamento, falta de manutenção, substituição e redimensionamento das infra-estruturas para suportar a nova onda de edifícios modernos implantados na baixa da cidade e os que ainda estão por vir a ser implantados, degradação ou alteração do velho património edificado (cidade antiga), a descaracterização dos edifícios com o aumento de um ou dois pisos nos terraços, obras de melhoria das condições dos munícipes por períodos dilatados e o combinar do derrame dos esgotos por saturação da rede que impossibilitam a circulação viária, congestionamento ou densificação dos bairros mais próximos do centro como: Maianga, Prenda, Mártires e consequentemente a precarização das suas condições de habitabilidade, assim como outros velhos bairros coloniais de expansão urbana a citar: o conjunto habitacional do Prenda, Bairro da Corimba, Catambor, Zamba 2, Morro da Luz, etc.

Figura 6 - Centro da cidade
Luanda
Fonte: Google
imagem,16.06.2017



Entre muitas outras vivências locais, a sua experiência contempla igualmente o deambular permanente da mulher zungueira e dos vendedores ambulantes nos principais eixos viários de acesso e saída ao centro, dos rapazes controladores dos carros nos parques de estacionamento público exigindo um troco (vulgo gasosa), inexistência de espaços verdes e jardins públicos para lazer, a deposição dos resíduos nas valas ou linhas de água que atravessam a cidade em direção ao mar, permanente poluição sonora, ruído dos geradores para abastecimento de electricidade, das serenes das ambulância e carros das forças de segurança, o buzinar dos candongueiros, o contínuo pingar de água proveniente dos aparelhos de ar condicionado que juntamente com as antenas parabólicas, compõem os alçados dos edifícios poluindo o ambiente visual, o permanente contacto com os seguranças armados que assinalam as entradas das habitações, escritório e/ou serviços, tal como a

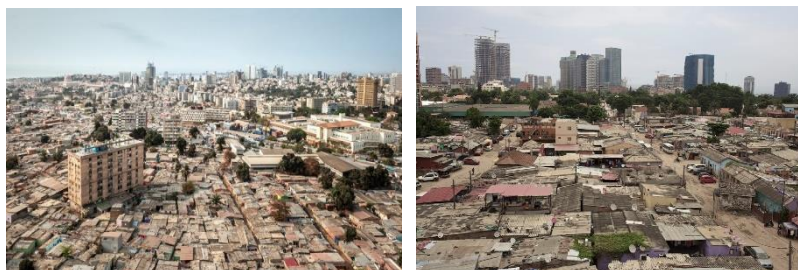
presença da polícia nacional que patrulham periodicamente a cidade para a manutenção da ordem e segurança pública.

Musseque

Nos musseques de Luanda grande parte da população vive em cenário de pobreza urbana e um sacrifício permanente de sobrevivência. Caracterizado pela sua densidade populacional e a falta do controlo rigoroso sobre as dinâmicas de gestão destes territórios pelo Estado, as suas carências habitacionais tendem a se agudizar sobre tudo nas áreas mais afastadas do centro da cidade, condicionadas pela distância em relação ao centro, às oportunidades de emprego e escassez de infra-estruturas (electricidade, viárias, água potável, saneamento básico) e equipamentos sociais (serviços, escolas, hospitais, centro comerciais).

Neste contexto, prevalece o descaso acentuado pelo respeito a coisa pública, primeiro porque alguns moradores desde que nasceram foram sujeitos a marginalização e o conceito de urbanidade nestes espaços tal como entendido pelo Executivo é diferente, as montanhas de resíduos fazem parte da paisagem do meio desses espaços como se de um jardim se tratasse, cada um constrói segundo a sua lógica de ocupação do lote, fazendo o traçado no chão de como acha que os compartimentos devem estar dispostos e aí se ergue o imóvel, a informalidade no sector de serviços é vigorante, segurança pública é um caso preocupante, não tem quem não tenha a casa blindada ou com arame farpados, constantes falhas de energias e outros não tem mesmo vivendo sem estes serviço de electricidade, fazendo recurso permanente ao gerador, candeeiro a petróleo, velas de cera quando tem possibilidade ou a lamparina de óleo vegetal, habitações arrendas (vulgo alugadas) repartindo os cómodos da casa, ou quatinhos no anexo a casa principal como forma de obter alguns dinheiro, consumo de água potável de fonte desconhecida, comprando-se nas cisternas; actividade doméstica na rua em plena luz do dia como, lavar roupa, cozinhar, dar banho as crianças, entre outras. Também, é o musseque a fonte para produção cultural, servindo de base de inspiração para muitos artistas conceituados do mercado nacional e não só, traduzindo as suas vivências em várias formas de manifestação cultural como: musica, dança, poesia e outras.

Figura 7 - Musseques
pericentrais de Luanda
Fonte: Google imagem,
16.06.2017



Associadas a essas dificuldades, destacam-se também as situações inesperadas como o mau tempo provocando precipitações longas levando os habitantes a perderem os seus haveres e forçosamente a terem de se mudar para a casa de um familiar mais próximo até que a situação volte a normalidade.

A sobrevivência é quotidianamente reinventada, em grande parte assente no comércio informal que se reproduz no dia-a-dia, invadindo completamente a cidade. O facto é que esta dualidade do cenário urbano e não urbano parece estar já enraizada na cultura das pessoas, o que é preocupante na medida que segrega ainda mais os seguimentos sociais que mais têm condições de vida dos que menos têm e agudiza a situação de precariedade urbana.

Projectos habitacionais na periferia

Hoje em Luanda, a renovação das áreas centrais e pericentrais promovidos pelo Estado em parceria com o sector privado, envolvem uma série de actores internacionais como: Português, Brasileiros, Chines, Vietnamitas, Italianos, Sul-Africanos e Inglês a trabalharem nestes projectos.

Foram promovidos novos conjuntos habitacionais nas áreas periféricas que por sinal antecedem a implementação do programa nacional de urbanismo e habitação (2009), alguns direccionados para o mercado imobiliário de média e alta renda, nomeadamente, o complexo habitacional e de serviços o Lar do Patriota, Talatona e Nova Vida. Outrossim, em simultâneo outros complexos foram erguidos para as classes de renda média baixo como as casas amarelas no bairro Kalembe 2, Distrito do Kilamba Kiayi onde foram realojadas as populações que saíram da antiga fábrica de sabão, anexo a fortaleza de São Miguel, (hoje museu das forças armadas), assim como as pessoas que habitavam nos casebres do parque heróis de chaves (hoje, actual salão de festa privado) e na envolvente imediata da cidade alta.

Neste contexto, destacamos o projecto residencial de Talatona edificado na sequência do Programa Luanda Sul de 1996. Localizada a cerca de 18 Km² do centro urbano da capital, o projecto Talatona foi construído segundo o conceito Alphaville (S. Paulo, Brasil) para grupos sociais de médio e alto rendimento. Tendencialmente composto por condomínios fechados (Viegas,2012).



Figura 8 - Condomínios residenciais fechados barricados por entre muros altos, em Talatona.

Fonte: Google imagem, 16.06.2017)

São exemplos de condomínios em Talatona o pioneiro Atlântico Sul assim como o afamado Cajueiro. Na mesma região, foi inaugurado em 2007 o primeiro centro comercial de Angola, Belas Shopping. Em 2008, a zona passou a acolher um grande centro de convenções (CCTA), seguindo-se o seu hotel de cinco estrelas construído em 2009. Outro, é o projecto habitacional Nova Vida, localizado no Golfe II, a cerca de 17 Km do centro de Luanda, que também foi promovido pelo Governo para minimizar o problema habitacional da sua capital. A primeira fase deste projecto começou por ser construída em 2002 e a segunda em 2006. Ambas as fases contemplavam dois tipos de edificação: em altura e em piso único. A sua promoção implicou práticas de despejos forçados nos bairros autoproduzidos Cambamba I e II.



Figura 9 - Projecto habitacional Nova Vida

Fonte: Google imagem, 16.06.2017

Outro exemplo expressivo de intervenções habitacionais em áreas periféricas o Lar do Patriota, localizado a cerca de 21 Km da baía de Luanda. O empreendimento foi construído em sistema de cooperativa para antigos combatentes. Actualmente, muitas das suas residências foram alugadas principalmente por agregados familiares de média renda e

estrangeiros, por valores situados entre os 1.000 USD/mês e os 3.000 USD/mês consoante a tipologia habitacional (entrevista a um proprietário com casa arrendada neste empreendimento, pelo Autor, Luanda 5/04/2017).



Figura 10 - Complexo residencial Lar Patriota
Fonte: Fotografias do Autor

A nova cidade do Kilamba, o maior empreendimento residencial promovido em Angola desde sempre, que merece algum elogio pela coragem e actitude do Estado angolano, mas que na escala do pormenor muito se pode discutir. Enquadra-se no âmbito do Decreto Presidencial n.º 32/11, de 9 de Fevereiro, que delimita a urbanização do Kilamba Kiaxi ao perímetro por este demarcado. Divulgada como uma nova centralidade, a cidade do Kilamba configura uma iniciativa habitacional de natureza pública que, em articulação com o privado, aponta para a dinamização do mercado imobiliário. Localizada a aproximadamente entre 27 a 35 km do centro urbano de Luanda, insere-se numa reserva fundiária do Estado, a sul da área densamente povoada de Kikuxi - Sapú - Benfica, confinando-a perto da área envolvente ao Estádio 11 de Novembro.



Figura 11 - Centralidade do Kilamba
Fonte: Google imagem, 16.06.2017

Paralelamente, definiu a construção de um novo conjunto habitacional, adjacente à nova cidade do Kilamba, em 2011, denominado KK 5000, destinados a classe média baixa ao abrigo dos Planos Integrados de Expansão Urbana e Infra-estruturas de Luanda e Bengo

(2011). A par desde projecto habitacional, outros ainda hão de aparecer na área de expansão da cidade do Kilamba, de acordo com as medidas do governo de combater as áreas periurbanas de Luanda.

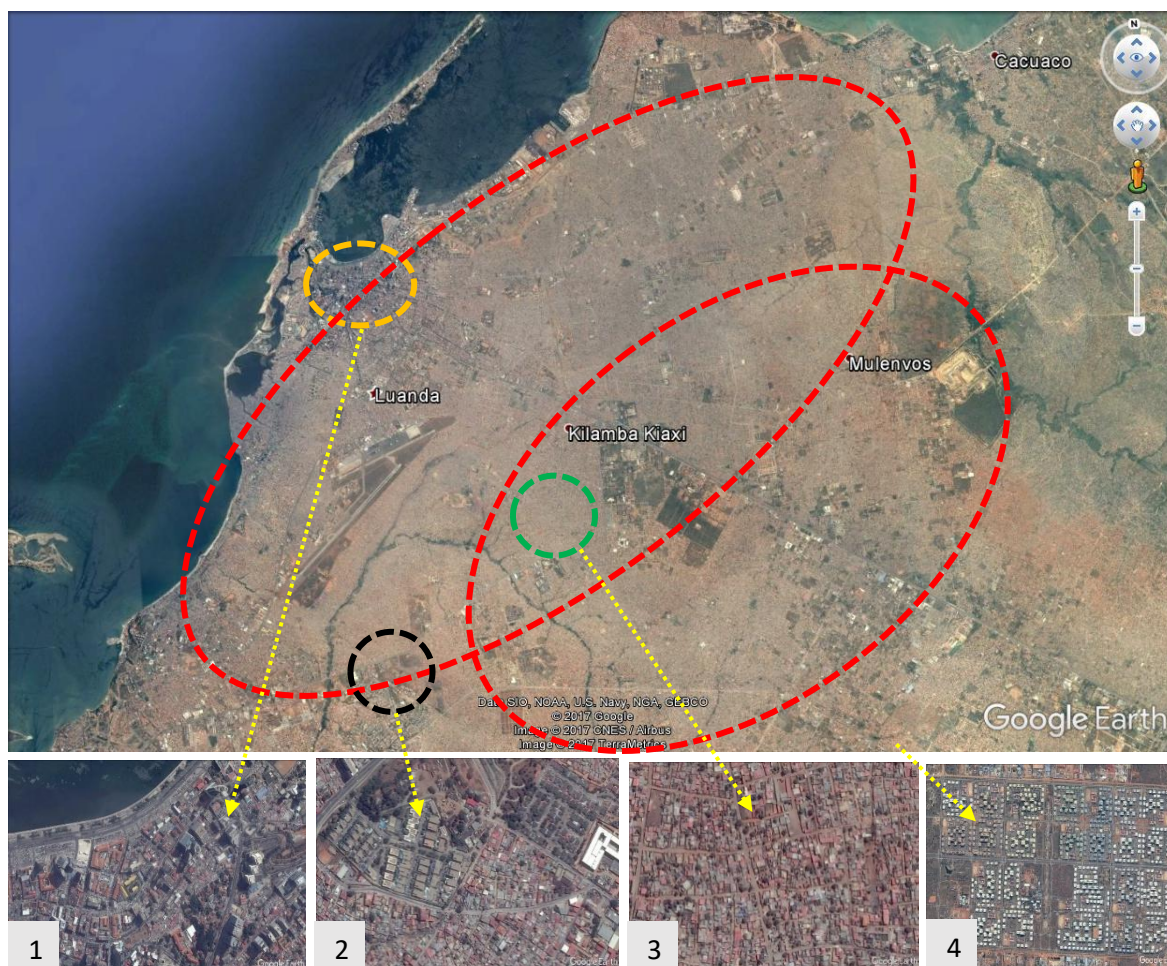


Figura 12 – Diversidade de produção dos espaços em Luanda.

Legenda: 1-Centro da cidade, 2-Condomínio habitacionais, 3-Bairros autoproduzidos, 4-Centralidade do Kilamba. Fonte: Google Earth trabalhado pelo Autor, Fotografias do Autor (2017).

Neste âmbito, o Estado transforma a área prevista para a ampliação da intervenção original, de acordo com lógicas, incluindo as morfológicas, difíceis de identificar, porquanto na prática não ilustram estes resultados sendo que a classe que devia beneficiar destas transformações tem sido a que menos tem possibilidade por escassez de recursos para suportar os encargos da vida nestes espaços.

O crescimento acelerado urbano da cidade e falta de uma gestão que acompanhe as dinâmicas e se antecipe para garantir o equilíbrio do direito à cidade e da qualidade ambiental urbana, permeia que em volta de todos os complexos habitacionais, quer no Talatona, Nova

Vida e Lar do Patriota, e cidade do Kilamba e outras, os musseques cresçam ao seu redor, acompanhando a construção destes conjuntos residenciais, tudo por causas das motivações já enunciadas. Embora o Governo advogue a redução da pobreza urbana, as políticas urbanas e habitacionais do Estado apostam em paradigmas de intervenção que tendem a agravar as desigualdades sócio-espaciais herdadas do colono. Talvez não chegaremos lá desta forma, sendo hora para reflectir sobre o caminho que se quer conduzir o crescimento e o desenvolvimento da cidade, talvez reestruturar o programa com apoio da opinião crítica da sociedade civil organizada contrária ao que está em curso.

Diante da exposição destes elementos que compõem e caracterizam a cidade de Luanda, pode levantar a seguinte questão: Será que as soluções identificadas pelo poder central para ordenamento da cidade de Luanda como: construções de habitações e condomínios residenciais com apoio do sector privado nacional e internacional, podem servir e serem aplicadas também noutras províncias do interior do país?

2.1.1 - Potencialidades e limitações dos bairros autoproduzidos em Luanda

Geralmente estes bairros formam-se nos interstícios da cidade em terrenos vazios e nas áreas periféricas da cidade, como anteriormente já exposto, no mapa da ocupação dos terrenos de Angola (figura nº2), em que a maior parte do território das províncias são compostos por áreas rurais, daí o seu baixo valor imobiliário, não têm infra-estruturas básicas de transportes, abastecimento de água potável, saneamento básico entre outros tornando os seus custos de vida muito elevados (deficitário), onde a estratégia de sobrevivência é a actividade informal, arrastando consigo consequências irreversíveis ao ambiente como: poluição dos solos, desagregação do coberto vegetal, entre outras.

As potencialidades são: proximidade ao centro da cidade e possibilidade de partilha dos mesmos equipamentos, nomeadamente educação, saúde, lazer, comércio e serviços vários que ajudam a resolver muitos problemas da população residente nestes espaços. Não obstante, serem espaços com conotações negativas predominando a actividade informal, ausência de infra-estruturas e equipamentos que promovam a habitabilidade aos cidadãos, servem de base para inspirações e produção cultural de muitos artistas.

Estes espaços podem ser convertidos em áreas construídas perfeitamente harmonizados na malha de cidade, se forem alvos de operações urbanas com vista a sua regeneração, aproveitando todas as suas potencialidades físicas-geográficas, por via da atribuição de algum

poder económico e a administrativos as comissões dos moradores, para resolverem diariamente os problemas que directamente os aflige, mas claro, sempre sujeitos a superintendência dos órgãos do poder central. É preciso haver alguma flexibilidade ou até mesmo alguma autonomia para que os municípios elaborem os seus Planos Directores Municipais (PDM) e Planos de Pormenores (PP) alinhados a uma estratégia de desenvolvimento e ordenamento do território harmonioso que traga vantagens para todos angolanos.

As limitações são: em geral, têm problemas de drenagem das águas plúvias, formando-se lagoas de águas estagnadas que são berço de mosquitos, moscas, vermes, bactérias que são propagadores de doenças como a malária e paludismo, constituindo um perigo para a saúde pública, principalmente para as centenas de crianças que vagueiam pelas ruas.

Grande parte dos habitantes destes bairros recebem ordenados muito baixos ou vivem de pequenos biscates, venda ambulante ou fixam pequenas bancadas em frente de casa; falta da posse sobre o terreno onde construiu a moradia, ruas não asfaltadas, carência de infra-estruturas de saneamento básico (poeiras em tempo seco, lagoas em tempo de chuva, águas domésticas atiradas na rua), escassez de equipamentos (escolas, centro médicos), inexistência de plano de gestão e tratamento dos resíduos, degradação da sua paisagem expressa pela variabilidade da cércea das edificações, a impermeabilização do solo pela deposição dos resíduos e pavimentação dos quintais, obstrução de algumas vias colectivas pela deposição irregular de entulho de resíduos; alto índice de vulnerabilidade social e ambiental, problema de saneamento (descarga do esgoto directamente no subsolo sem tratamento). Falta de água potável canalizada implicando o consumo de água sem qualidade, transportada por cisternas que capitam muitas vezes em fontes duvidosas, directamente em fontes superficiais sem tratamentos.

No que se refere aos comportamentos dos indivíduos e a segurança, a delinquência assola os bairros autoproduzidos, fácil atracção dos jovens ao álcool e as drogas, crimes de roubo e furtos.

2.2 - Instrumentos políticos desenvolvidos para contrariar a produção e consolidação dos bairros autoproduzidos

“O desenvolvimento urbano, não pode ser baseado em modelos standardizados, importados ou de geração própria. As possibilidades de desenvolvimento são diferentes em

cada cidade e têm que ser avaliadas no contexto da sua própria região. O que funciona numa cidade, pode ser totalmente inadequado noutra”. Gameiro (2011)

Existe para o país em geral o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação - PNUH, (2009-2012) cujas lógicas continuam a ser implementadas até actualidade, articulado com os programas de desenvolvimento provinciais, e Luanda, em particular, não foz a regra, sendo aplicado na prática pelo programa de desenvolvimento da Província de Luanda, pelo Programa Integrado de Expansão Urbana e Infra-estruturas de Luanda e Bengo (2011), e recentemente pelo Plano Director Geral Metropolitano de Luanda (PDGML), ainda em estudo e preparação.

Estes instrumentos são os únicos elementos legais que estão a servir de base para intervenção no território no quadro da construção da cidade. Apesar das dificuldades encontradas para a sua implementação, na prática, devido a vários factores desde o não conhecimento pormenorizado sobre a realidade onde intervir, como intervir, escassez de recursos, e nalguns casos resistência das populações entre outras de ordem burocrática, têm sido, os únicos instrumentos políticos de base para intervenção e transformação do território aprovados e/ou em preparação. Todavia, têm vindo a ser aplicados e implementados por um conjunto de gabinetes *ad hoc* que foram criados pelo Estado, quer públicos quer privados, para sua execução.

As competências destas entidades investidas para gestão da cidade Luanda estão plasmadas em decretos específicos, do qual não se via abordar, uma vez que não constitui o foco do presente trabalho. Mas, a título de exemplo e de forma sucinta, dizer que o Ministério do Urbanismo e Habitação é o órgão do poder central que acompanha a aplicabilidade de todas as medidas tendentes ao planeamento e o ordenamento das cidades de Angola. O Programa Integrado de Expansão Urbana e Infra-estruturas de Luanda e Bengo (2011) e Plano Director Geral Metropolitano de Luanda (PDGML) em estudo e preparação, têm ambos a função de solucionar de forma integrada os problemas de ordenamento e crescimento que a Província de Luanda apresenta.

Os gabinetes *ad hoc* como: Gabinete Técnico de Reconversão Urbana do Cazenga e Sambizanga é responsável pela gestão e requalificação desses Municípios em Luanda, tidos como os mais populosos de país; e outros como o Gabinete do Perímetro Turístico do Futungo, Gabinete Técnico da Orla Costeira, entre outros, todos com incidência em Luanda,

tem como função gerir os territórios da cidade de Luanda de forma controla e conferir melhor qualidade de vida aos seus habitantes.

As centralidades, por exemplo, inicialmente foi gerida pelo gabinete de reconstrução nacional (público) e algumas empresas privadas, mas a venda em 2012 pela Sonangol Imobiliária e sociedade (SONIP), hoje, toda gestão, quer a construção, quer a venda, são da responsabilidade da empresa EMOGESTIN (privada)

Instrumentos políticos para Angola

Estes instrumentos foram divulgados na reunião dos peritos que teve lugar em 2011, na província do Huambo, e no âmbito geral tem sido aplicados pelo Executivo através do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação (PNUH-2009-2012), que visa a resolução do problema habitacional em Angola, essencialmente através da promoção de habitação, de interesse público infra-estruturada, a par do ordenamento do território, e é apoiado pela Lei do Fomento Habitacional (2007) e seu Regulamento (2009). Têm como objectivos gerais a prossecução de medidas de política públicas complementares, nomeadamente:

- *As medidas de política fundiária que propiciem reservas fundiárias e acesso a terra urbanizada; (todas as províncias possuem reservas fundiárias para fins habitacionais)*
- *As medidas de política de apoio as empresas de construção civil, imobiliária e as empresas de fabrico de materiais de construção;*
- *As medidas de política fiscal que possibilitem compensações fiscais; (Decreto Lei nº 24/09, de 11 de Dezembro)*
- *As medidas de política de crédito habitacional que propiciem o estímulo as poupanças das famílias e a concessão de facilidades de crédito para fins habitacionais;*
- *As medidas de política aduaneira no sentido da isenção temporária de direitos para equipamentos e materiais destinados a projectos de urbanização e de construção habitacional de interesse social;*
- *As medidas de política ambiental no sentido da valorização da conservação do património natural e paisagístico como garantia do equilíbrio natural e melhoria da qualidade de vida urbana; (Lei de Bases do Ambiente)*
- *As medidas de política de preços tendentes ao embaratecimento e disponibilidade dos equipamentos e materiais de construção civil;*

- *A adopção de medidas institucionais indutoras de melhoria de funcionamento do aparato institucional do sector do urbanismo e habitação e não só;*
- *A adopção de medidas conducentes a produção sistemática de projectos e de estudos de planeamento, nomeadamente os planos provinciais e interprovinciais de ordenamento do território, planos directores urbanos, planos de urbanização, plano de pormenor, plano de ordenamento rural e outros planos especiais e sectoriais;*
- *A adopção da pertinente legislação concernente ao urbanismo e habitação e ambiente.*

Realçar que o programa nacional de urbanismo e habitação será aplicado por via de sub-programas e estruturados pelas seguintes dinâmicas e actuações:

Sub-programa de urbanização; *os lotes devem estar localizados em áreas a urbanizar em função dos Planos de Urbanização (PU). Abrange todos os extractos sócio-económicos, com ênfase para as classes de rendas baixa e média e áreas para auto-construção dirigida.*



Figura 13 - Projecto Novas Centralidades

Fonte: Expansão urbana e requalificação de assentamentos e o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação. Gameiro (2011)

Sub-programa de habitação em regime de auto-construção dirigida: *O Governo vai incentivar a auto-construção de habitações nos termos da Lei de Bases do Fomento Habitacional (LBFH), através das seguintes opções: (1)Políticas de concessão de terrenos urbanos a baixo-preço e oferta de projectos-tipo diversificados; (2)Programa de orientação e apoio técnico assistencial na execução de projectos - tipo de habitações rurais, com a incorporação dos materiais locais e melhoria da qualidade das edificações rurais tradicionais, bem como das condições de salubridade, sem prejuízo da salvaguarda do traço arquitectónico e dos valores das culturas tradicionais.*

Este sub-programa prevê (1) requalificação ou renovação urbana, implicadas em operações de renovação ou requalificação dos bairros precários antigos, visando garantir a posse

jurídica sobre terrenos e melhorar as condições de habitabilidade, (2) regularização fundiária, onde os residentes em áreas peri-urbanas consolidadas e urbanisticamente regularizáveis serão chamados a aderir ao processo com a: a) legalização criteriosa de terrenos que ocupam; b) valorização económica das suas habitações e complemento das infra-estruturas públicas e dos equipamentos sociais em falta.



Figura 14 - Construções que estruturam a paisagem de Luanda

Legenda: 1-Condomínio Privados-fechados, 2-Condomínio em altura, 3-habitações privadas e de cooperativas, 4-habitações de auto-construção dirigida

Fonte: Gameiro,2011

Subprograma de habitação agrícola: Serão promovidas habitações vinculadas às agrovilas, pelas instituições estatais ou em regime de parceria público privada, no âmbito de projectos de desenvolvimento rural integrados. As agrovilas propostas são: (1) pesqueiras-agrícolas; (2) agrícolas-pecuárias; (3) pesqueiras-agrícolas-pecuárias. E serão implantadas nos locais onde existam potencialidades para essas práticas produtivas.

Figura 15 - Projecto novas aldeias rurais

Legenda: 1-projecto integrado agrícola da Quiminha, Catete, 2-projecto aldeia solar comuna de Cassanzo e Omasanga, Município de Icole-Benbo-Luanda

Fonte: <http://tahal.com> e <http://www.angolabelazebelo.com>



Isto, é o que estava previsto para sua realização do ano 2009 até 2012, mas até agora 2017, ainda não se concluiu com a implementação deste programa. Nalgumas províncias do interior do país fez-se algumas habitações, noutras nem sequer começou. Entretanto, hoje, assume tratar-se de uma estratégia do Estado, que tem vindo a ser aplicada de forma gradual a medida da existência de recursos financeiros. Portanto não faz sentido não haver nenhuma reflexão sobre o estado de implantação deste programa uma vez que apresenta avanços e recuos, e que seria oportuno encontrar pontos acesos de debates com vista auxiliar a sua realização plena.

Não obstante, as limitações financeiras tidas como o principal freio do sucesso do programa, seria necessário serem acauteladas o cruzamento de várias políticas sectoriais, porque a prática mostra que todos os sectores do Estado constroem habitações sem uma articulação consentânea sobre a política habitacional, e não se sabe ao certo quem realmente necessita de habitação, quantas já foram construídas a luz do programa, incluindo as feitas por outros sectores do Estado e com recursos públicos. Só depois de cadastradas todas habitações feitas pelo Estado, em geral, com apoio do sector privado, e as construídas pelos próprios cidadão haverá condições para redefinição da continuidade deste programa ou saber, pelo menos, o verdadeiro estado de situação, e daí surgirem novas demandas de intervenções, se serão ainda necessárias construções de habitações como prioridade, ou construções de infra-estruturas para tornar funcionais as habitações já construídas.

Instrumentos políticos para Província de Luanda

Tal como identificou Viegas (2015) estes instrumentos apresentam perspectivas de enquadramento por via de alguns programas quer estatais e privados com particular enfoque na melhoria das condições de vida das populações, a citar: o Programa Integrado de Expansão Urbana e Infra-estruturas de Luanda e Bengo (2011); Plano Director Geral Metropolitana da Cidade de Luanda (PDGML), em preparação e desenvolvimento; e visam reforçar a visão estatal na melhoria das condições de habitabilidade das populações e o posicionamento *hierárquico da capital angolana no âmbito do contexto internacional de competitividade (IPGUL, 2010).*

Este programa tem superintendência de topo ao nível do Estado angolano, e o mote é “Luanda Cidade Mundial”, dividida em três grandes vertentes de acção: (1) o planeamento estratégico de todas as áreas de crescimento e expansão (Província de Luanda e Bengo);

(2) a requalificação urbana da cidade informal – actual área de musseque e reabilitação do centro (zona antiga da cidade de Luanda).



Figura 16 - Cidades ambicionadas para Angola

Fonte: 2ª reunião dos peritos sobre assentamentos humanos, Huambo (2011)

territoriais, e como tal experiencia tudo e mais qualquer coisa, para depois servir de modelo de aplicação nas restantes províncias do país.

Estes programas ambicionam tornar as cidades belas, seguras e habitáveis sustentavelmente, correctamente geridas e em cadeias integradas de gestão articuladas dentro dos direitos, deveres e obrigações devidamente assimilados pelos principais actores que fazem a cidade.

No cômputo geral, estes instrumentos advogam pretender promover a requalificação urbana, integrando a regularização fundiária, habitação, água, saneamento básico, energia eléctrica e ambiente. A questão que se levanta é realmente saber se a efectivação desses instrumentos vão ou não resultar e se haverá financiamento para a resolução do problema que os bairros autoproduzidos apresentam?

2.3 - Problemática à escala das cidades do Lubango (Huíla) e Luenen (Moxico)

Começar por expor que o exercício da actividade enquanto técnico ligados as questões da arquitectura e do urbanismo, por várias vezes, visitei as duas cidades e dei para perceber a relação morfológica entre o centro e periferia, igualmente, a ordem da organização territorial que apresentam. Daí, manifestar o interesse em cruzar os seus dados com a problemática em análise, uma vez que afiguram características muito semelhantes no que concerne ao seu modelo de organização territorial, nem um nem outro se desenvolve com base num Plano de Desenvolvimento Provincial (PDP), resultando em saídas pouco aconselháveis de ocupação e uso do território e para o ambiente naturalmente, permeando na sua maioria o informal. Todavia, isto é notório no sentido do crescimento e expansão das cidades, nas relações entre

o centro e periferia, que acompanham uma lógica de produção e transformação do espaço difícil de uma compreensão científica.

As cidades do Lubango (Huíla) e do Luenha (Moxico) embora com características específicas no que tange o desenvolvimento territorial, espelham algumas semelhanças morfológicas no modelo de produção e transformação dos espaços configurando a sua paisagem, tal como a cidade de Luanda, constituído pelo: (1) centro, (2) os musseques, (3) centralidades e condomínios como formas alternativas de melhoria das condições e qualidade de vida dos habitantes em alinhamento as práticas do actual contexto. As figuras abaixo (17 e 18) ilustram claramente ou refletem aspectos anteriormente expostos sobre as características de organização e crescimento das cidades de Angola.

Complementando a análise sobre o que se observa nas imagens, o território urbano destas cidades estão fortemente evidenciados por tudo que os bairros autoproduzidos possam trazer ao de cima. Entretanto, a mancha ocupacional espelha alta densidade habitacional próximo do centro da cidade e escassez de espaços públicos que promovam o bem-estar das cidades.

A análise sobre a mancha da cidade, quer do centro, da envolvente imediata e da periferia, reportam convivência com alguma normalidade na medida que o quotidiano das pessoas consolidam estas relações.

A morfologia urbana pré-existente, desde a época colonial, expressa uma organização mais retilinear, de régua e esquadro, diga-se mais axadrezada, à imagem da intervenção mais colonial, mas os actuais bairros autoproduzidos, embora com alguma tendência do seguimento destas lógicas coloniais, de longe se aproximam da filosofia anterior na medida que o tecido urbano é ocupado “desordenadamente”, e está tudo densamente ocupado, a precariedade domina o uso do espaço, as tipologias construtivas e habitacionais são feitas cada uma à seu jeito e de acordo com o bolso ou rendimento das pessoas, mobilidade reduzida percorrendo-se grandes distâncias até ao centro da cidade, escassez de infra-estruturas e redes de transportes colectivas, sendo o seguimento social dos idosos e pessoas especiais como, cegos e outras que por alguma razão tenham limitações de locomoção têm dificuldades de viver nestes locais. Entretanto, na generalidade há insuficiências de alternativas para viver com algum conforto nestas cidades no actual contexto e a incapacidade da administração local em controlar a situação tende a promover algumas arbitrariedades pelos cidadãos.

Evidenciam-se construções de bairros autoproduzidos em direção à áreas ambientalmente sensíveis (zonas de leito de cheias, terrenos com riscos de ravinas, construções nas encostas das montanhas) tudo isto, integram a paisagem da cidade e expressam o que elas são como reflexo das vivências dos seus utilizadores. Naturalmente, que tudo isto ocorre por causa de alguma falta de controlo das entidades responsáveis pela gestão do território, o Estado, por um lado, e por outro lado, pelos próprios habitantes que a luz das preocupações quotidianas da vida não pesam as consequência que podem advir ao morarem nestes locais de riscos. Isto, traduz-se num prejuízo ao território e ao ambiente irreparáveis, e para a vida de todos habitantes, embora sejam as pessoas que vivem nestes locais as mais prejudicadas.

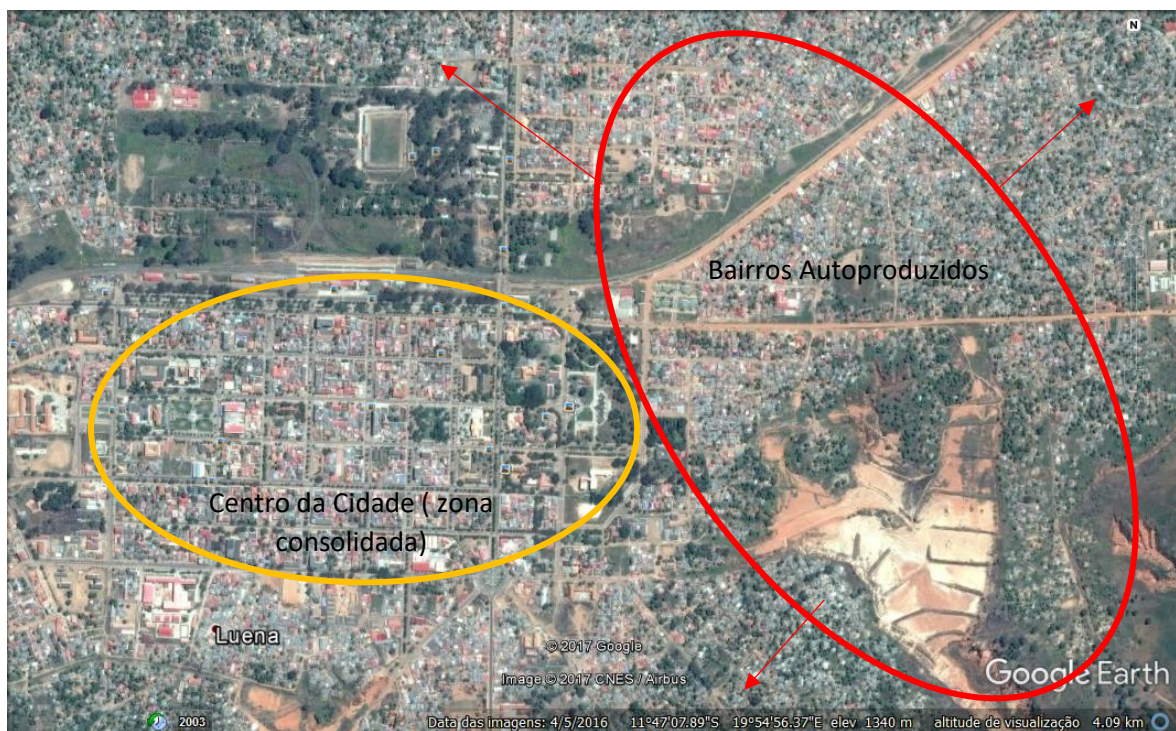


Figura 17 - Ortofotomapa da cidade do Luena e expansão
Fonte: Google Earth, trabalhado pelo Autor (2017).

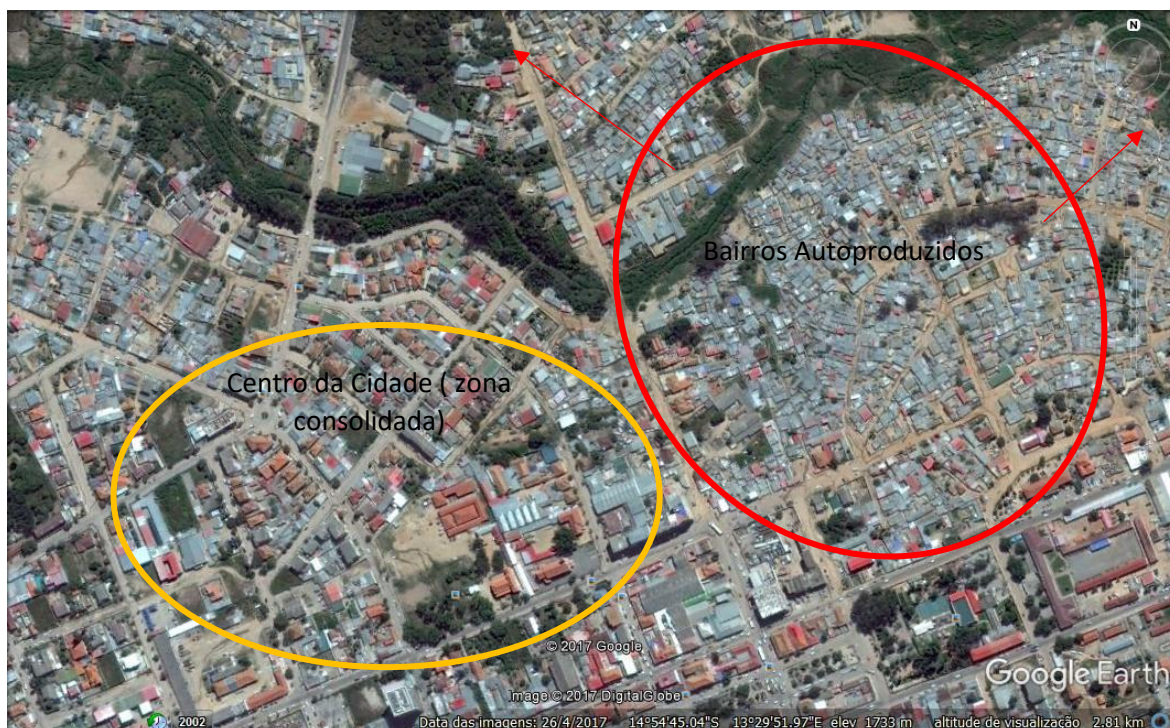


Figura 18 - Ortofotomapa da cidade do Lubango e expansão
 Fonte: Google Earth, trabalhado pelo Autor (2017).

Parafraseando o Arquitecto angolano André Mingas⁴ “*Toda imagem exterior do corpo humano é reflexo do que está a ocorrer no seu interior*”, As breves constatações traduzem esta filosofia e evidenciam que o desenvolvimento físico e territorial das cidades do interior do país são reflexos do que está a ocorrer na capital, Luanda.

Com este presságio, as ocupações nas províncias da Huíla (cidade do Lubango) e Moxico (cidade do Luenha) como caso análogos, são semelhantes e reflectem o que está a acontecer em Luanda, tendo os gestores das cidades, talvez, a ideia de que o pensamento sobre as formas de “planear e pensar” as cidades em Angola devam necessariamente passar pela pedagogia que Luanda reporta, e que os seu modelo de orientação de operações urbanísticas devam impor-se como referência sob o território nacional. Não obstante este facto, dizer que não tem de ser assim porque as dinâmicas são diferentes, motivados por factores sociais, económicas, culturais entre outros.

⁴ Arquitecto e músico angolano, já falecido, que sempre integrou nas suas obras as vivências e relações nos musseques de Luanda, e que incansavelmente se bateu e defendeu o sonho de tornar Angola no belo país, lindo e de grande inspirações e de fortes emoções.

2.4 - O papel das ONGs envolvidas na problemática dos bairros autoproduzidos

A importância da Development Workshop:

Resultante da apreciação acumulada sobre o fenómeno ao longo de algum tempo, enquanto participe e beneficiário das acções que têm sido levadas a cabo no território angolano, realçar que talvez a *Development Workshop* (DW⁵) seja a única ONG, entre muitas, na sociedade civil organizada angolana que consegue em simultâneo com toda as dificuldades que a situação acarreta, estar próximo das pessoas nos bairros e também do Executivo, contrariando algumas vezes os posicionamentos e discursos do Executivo Central e seus representantes, no interior do país, mas apresentando alternativas a partir das práticas locais, essencialmente sobre as questões que tem a ver com o ordenamento do território.

A DW é a ONG mais antiga de Angola e trabalha há muitos anos no contexto de uma crise humanitária prolongada e complexa, sempre a procurar construir capacidades locais e buscamos soluções sustentáveis mesmo no ambiente de emergência. A DW está envolvida nas questões do território para a melhoria e requalificação destes bairros periurbanos como um parceiro crítico no programa de descentralização do governo nas áreas do planeamento municipal participativo e reforma da posse da terra. Com mais de três décadas de pesquisa e prática em Angola, a *Development workshop* conseguiu oferecer lições para replicação e influenciar a política pública em matérias como: a posse da terra, habitação, abastecimento de água e redução da pobreza. Actualmente tem focos paralelos nas comunidades periurbanas onde a provisão de infra-estruturas, serviços básicos e desenvolvimento económico comunitário continuam a ser o desafio e no apoio à reabilitação das infra-estruturas sociais, no apoio aos processos de assentamento para as comunidades do planalto central (Huambo) e nas Províncias de Cabinda e Luanda.

Entretanto, ajuda a população e o Executivo local, com algumas limitações têm conseguindo alcançar alguns objectivos positivos. Logo, isto é uma prova de que quanto maior for a abertura do Estado à entrada de doadores externos que tenham lógicas de actuação complementares ou eventualmente contrárias, ou quanto mais rica for a participação das ONGs na transformação do território, maior será a ajuda na melhoria desta problemática.

⁵ A Development workshop vem trabalhando em Angola desde 1981, a pedido do governo nacional para ajudar no desenvolvimento de políticas e programas para assentamentos humanos e habitação de auto-ajuda. Ao longo das últimas décadas, adotou uma estratégia de apoio à emergente sociedade civil angolana e ao processo de descentralização do governo local enquanto trabalhava em estreita colaboração com organizações comunitárias locais. Fonte: <http://www.dw.angonet.org/>

Oportunidades para as ONGs:

Na óptica desta acção da sociedade civil organizada com vista a melhoria da qualidade de vida das populações, aproveita-se cruzar à nova tendência do empreendedorismo sócio-ambiental para obtenção de financiamentos externo para intervir na revitalização dos bairros autoproduzidos, na medida que reporta-se de todo relevante, porquanto são conhecidas as limitações de ordem financeira do Estado angolano em resolver todos os problemas que afectam o urbanismo, a ocupação e uso do território. Assim, expõe-se algumas fontes de financiamento externo como: GDF Suez Foundation Desenvolvimento Multi-países⁶ e EuropeAid. Ambiente, turismo sustentável⁷, que estando a actuar em África, concretamente em Cabo Verde pode-se aproveitar fazer a ponte, com vista a orientar potenciais investidores imobiliários locais, e ONGs em Angola a candidatarem-se aos financiamentos para ajudarem a intervir nos bairros e contribuírem para a sua melhoria e reestruturação, sobre tudo nas áreas que mais limitações de salubridade apresentam.

Apesar da capacidade financeira limitada do Estado pela baixa nas receitas do petróleo, e do esforço da procura da implementação do Programa Nacional do Urbanismo e Habitação (PNUH) com apoio do sector privado o Estado entende que não tem capacidade financeira e provavelmente não terá para resolver todos os problemas das infra-estruturas e equipamentos nos bairros autoproduzidos num só exercício financeiro. Mesmo assim, com recurso à fontes de financiamento externo ou doações os valores são reduzidos talvez não se chegue lá, se se comparar com o Orçamento Geral do Estado (OGE) angolano estas doações muito pontuais de 500 000 Euros, com período de amortização de 36 meses, sem taxas de juros e outros até a custo zero, estes valores não têm expressão, mas podem contribuir para a melhoria das condições de saneamento básico e habitabilidade das populações que habitam os bairros autoproduzidos.

A limitação de recurso financeiro para resolver o problema não é o mote da situação caricata do território, mas sim a escala do problema porque mesmo que o Estado investisse todo dinheiro do país nos bairros autoproduzidos não chegaria para o resolver cabalmente. Entretanto, não se pode deixar de responsabilizar o Estado que ainda assim tem algum

⁶ Fundação internacional que ao longo ano apoia projetos nos sectores da infância e juventude, energia solidária, biodiversidade, urbanismo e arquitetura sustentável.

⁷ Programa Temático para Organizações da Sociedade Civil e Autoridades Locais que visa a preservação e melhoria do património social, cultural e ambiental como fator de diversificação e desenvolvimento do turismo sustentável e solidário em Cabo Verde

dinheiro se compararmos aos outros países de África como Guiné, São Tomé, Moçambique. Logo, talvez a resolução da problemática não passe só em haver ou não dinheiro, mas sim pelo facto de poder haver intervenção externa crítica, contrária, reguladora que traz a diferença, porque pode trazer novas formas de ouvir, de olhar e de intervir no território, contrárias ou complementares as do Estado, que se apoia exclusivamente nas lógicas do mercado e no financiamento do sector privado, que por consequência, admite obrigações de se sujeitarem as regras do doadores, de trazer os seus técnicos e o conhecimentos, pondo de parte, algumas vezes, a análise preliminar de discussão pública sobre as melhores metodologias que reflectam o interesse nacional ou buscam o consenso geral de Norte a Sul e do Este a Oeste do país.

2.5 - Reflexão crítica: a governação e o direito à habitação nos bairros autoproduzidos

Do exposto considera-se que o mais relevante foi a expressa vontade do Executivo em debelar os problemas dos bairros autoproduzidos, na medida que parece haver contradições entre os instrumentos e as acções que estão a serem aplicadas na prática. Por exemplo, o PNUH é abrangente, mas é pouco preciso nas acções desenvolvidas, e prevê a eliminação dos bairros autoproduzidos para construção de outros novos, o que tornará mais oneroso os custos das operações para o Estado que já apresenta limitações financeiras devido a baixo do preço do petróleo no mercado internacional.

O censo habitacional de 2014 evidencia que quase 80% dos agregados familiares do país vivem em habitações autoconstruídas, o que pressupõe que a maioria da população de Angola vive nestes bairros, muitos dele implantados na periferia das cidades, mas que Luanda é a cidade em que estes bairros autoproduzidos têm maior expressão, ocupando aproximadamente 80% do território urbanizável. Este quadro, traduz que quase a totalidade dos espaços urbanizáveis das cidades de Angola e de Luanda em particular, os seus habitantes residem nestes espaços. Logo, é precisamente por causas desta escala do problema, que pensar sobre o mesmo e arranjar soluções é importante.

Os actores mostram caminhos que podem ser adaptados para o equilíbrio na gestão destes bairros gerando a harmonia de interesses, pelo reconhecimento das reais causas por de trás desta forma de produção do espaço. Não se deve negar a sua existência, faz parte do quotidiano da sociedade angolana e talvez devesse constituir motivo de orgulho com estes feitos, na medida que não se deve importar modelos de desenvolvimento, quer sejam

Português, Chines, Vietnamitas, Italiano, Sul-Africanos, Inglês que não se ajustem aos hábitos e forma de viver dos potenciais beneficiários, mas procurar reunir o mínimo de consenso para acertar no que é bom para todos.

Estes bairros surgem em tudo quanto sejam áreas livres, reservas, ou terrenos baldios que não tenham sido vedados e definidos planos concretos de ocupação e uso. Note que, não são ocupados apenas pelas pessoas de menor recurso, mas sim por todos estratos sociais, incluindo estrangeiros. É preciso definir estratégias de gestão destes espaços livres com Plano de Pormenor concretos e de aplicação imediata para acautelar o problema e evitando a arbitrariedade em Luanda e nas outras províncias do interior do país, de que são exemplos, as províncias de Huila e Moxico.

O Estado advoga falta de condições de habitabilidade e infra-estruturas nos musseques como motivação da maioria da transformação urbana por si operada em parceria com o sector privado. Esta apreciação, não deve servir como o único ponto para justificar que tudo que a população fez nos bairros esteja mal. Entretanto, se assim for, está a negar a própria cultura. Por exemplo, tudo quanto se produz hoje, em termos culturais tem como fonte de inspiração estes bairros (maioria do território urbanizável das cidades), portanto é preciso agir com alguma flexibilidade e ponderação e sempre com algum equilíbrio.

A aplicação dos programas ou instrumentos para o controlo dos bairros autoproduzidos e dos seus habitantes, projectos centralidades e outros privados que vão sendo implantados, por todo o país, têm apresentado muitos interregnos por falta de recursos e até então ainda não resolveram o problema do défice habitacional no país. Na prática estes projectos promovem ainda mais a segregação social, na medida que atendem as necessidades da classe média alta. E as outras, onde ficam? Todavia, isto, compromete o sucesso do programa em si. Deve-se construir para atender as necessidades do presente e não para os que não sabemos se virão ocupar os espaços.

As cidades do Lubango e Luenene, como caso de controlo ao que acontece em Luanda, reportam que é preciso haver descentralização/desconcentração de algum poder para o sucesso do desenvolvimento nas cidades do interior. Elas são o reflexo do que está a ocorrer em Luanda, mas com uma escala reduzida. Entretanto, talvez fosse salutar, experienciar a descentralização/desconcentração do poder, confinando os órgãos centrais, apenas, a fazerem auditorias, fiscalização, monitoramento, supervisão aos programas de desenvolvimento das Províncias e a responsabilizar o incumprimento.

É de prever, a possibilidade do envolvimento das ONGs como parceiros do Estados para a melhoria das condições sócio-espaciais e ambientais destes espaço autoproduzidos, por via da obtenção de financiamentos e transmissão de conhecimentos, sobre estudos e metodologias que melhor se adequam para a resolução dos problemas locais.

Com estes pontos apreciados como os mais relevantes neste capítulo, passamos para o próximo, onde se vai analisar a problemática do espaço autoproduzido à escala do pormenor, no bairro Soba Kapassa em Luanda, sendo este, o caso de estudo.

3 - Apresentação do caso de estudo “ o bairro Soba Kapassa”

Inicialmente tinha-se escolhido o bairro Camama 1, mas não foi possível avançar com estes caso de estudo porque houve algumas inflexões motivadas: (1) pela actualização na divisão político-administrativa da Província de Luanda, e hoje, a cidade apresenta outra configuração administrativa e este bairro passou a fazer parte do Distrito Urbano do Talatona, com diferença de escala territorial comparado ao bairro Soba Kapassa; (2) limitações no acesso a informações oficiais sobre o local, dificultando a sistematização das mesmas atempadamente, e (3) indisponibilidade dos moradores do bairro em dar informação, sob receio de sofrerem represálias. Assim, escolhe-se “o bairro Soba Kapassa” porque é representativo de um bairro característico autoproduzido consolidado da cidade Luanda, e como este, muitos existem como reflexo da ocupação e expansão maioritária do território urbanizável das principais cidades de Angola.

3.1 - Caracterização do bairro

Uma vez identificada a problemática dos bairros autoproduzidos em Luanda, no âmbito das operações de expansão e consolidação destes bairros, procura-se aprofundar como caso de estudo o bairro Soba Kapassa, considerando ser um exemplo típico, que retrata a problemática destes bairros em Luanda e não só.

Recentemente, o país conformou uma nova divisão político-administrativa que resulta da necessidade de reformular e introduzir inovação a organização e gestão do território, às alterações legislativas sobre as unidades territoriais de forma a garantir, no essencial, uma resposta adequada à prestação de um serviço público mais eficientes as populações⁸, sendo que o bairro em análise, é resultado dessa alteração, pertencendo, agora, ao Distrito Urbano do Kilamba Kiaxi.

⁸ De acordo com a nova Lei 18-16, 17 de outubro de 2016, Lei da Divisão Político-administrativa de Angola

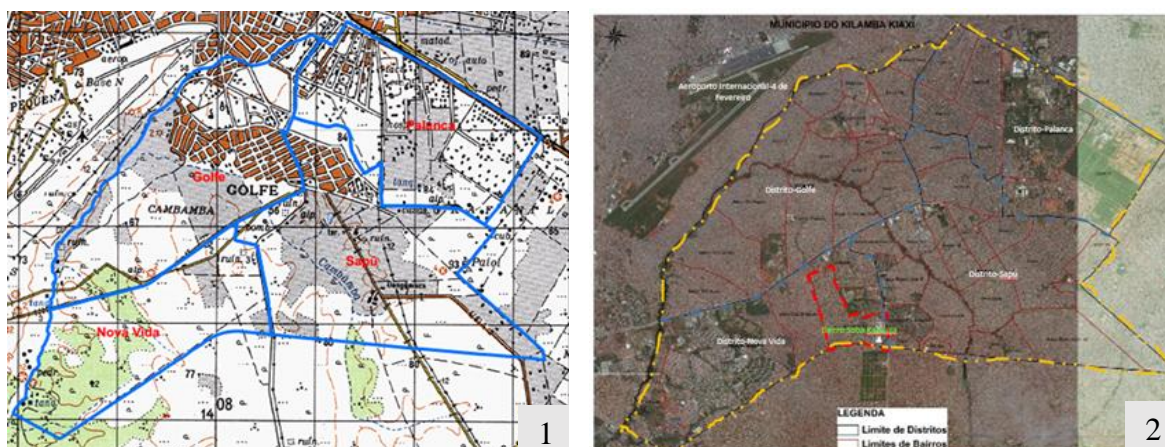


Figura 19 - Distrito do Kilamba Kiaxi antes/depois (1975-2017)

Legenda: 1- Planta do Distrito do Kilamba Kiaxi sob o mapa de 1975, 2 - Distrito do Kilamba Kiaxi e demarcação dos bairros

Fonte: IGCA e Administração Distrital do Kilamba Kiaxi, trabalhado pelo Autor(2017).

O bairro está limitado a Norte pelo bairro Estoril Golf2, a Sul pelo bairro Cemitério Camama, a Este pelo bairro 28 de Agosto, e a Oeste pelos bairros Estoril Golf2 e condomínio da Maboque.

O terreno do bairro apresenta várias formas, decerto acima do nível do mar, apresentando-se de forma regular, com algumas variações de cotas. Sendo que a cidade de Luanda predomina dois grupos fundamentais de solos, que são os solos Musseque⁹ e Catete¹⁰, o bairro é caracterizado essencialmente por solo musseque, que na perspectiva geral de Luanda, inicia no topo da arriba costeira e, estendem-se para leste. A coloração varia de acordo com a situação topográfica, tomando cores mais vivas, desde o vermelho ao laranja.

⁹ Expressão que significa terra vermelha

¹⁰ Expressão que significa margas argilosas gipsíferas ou rochas argiláceas

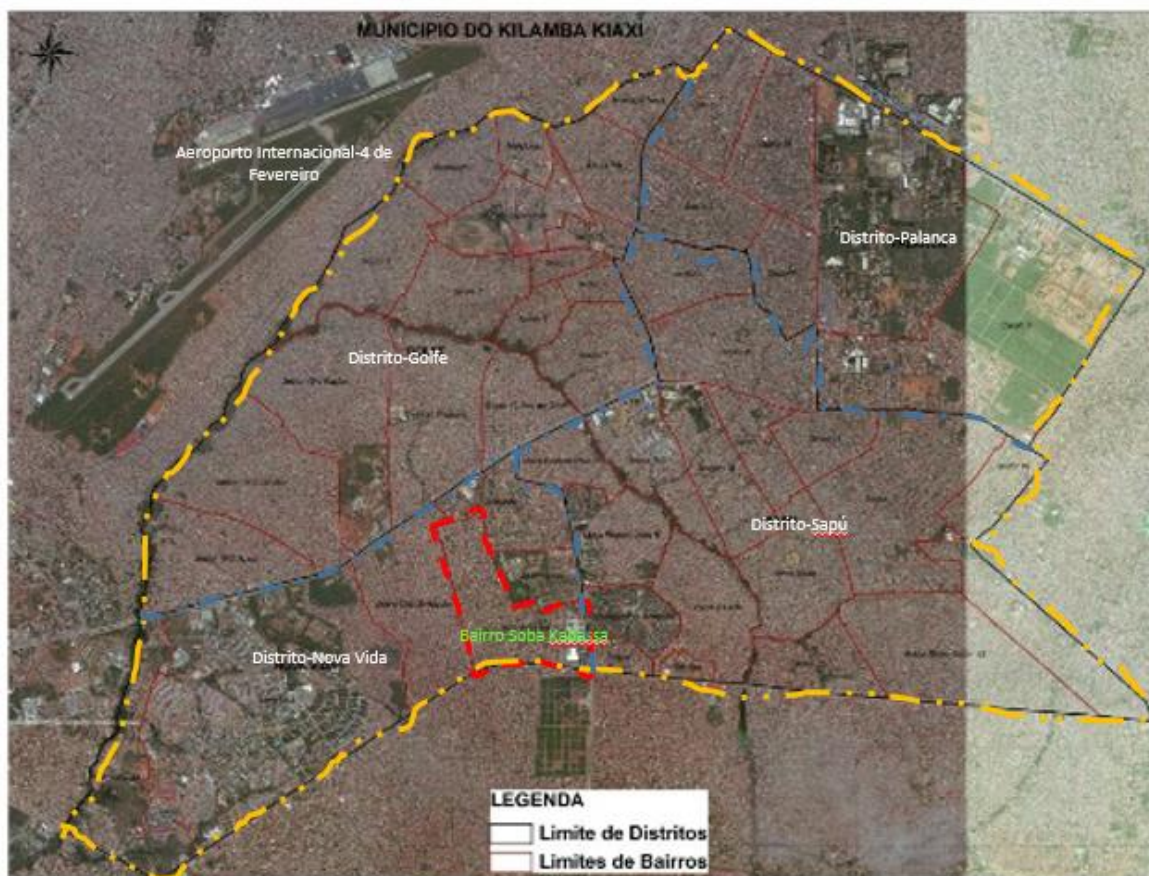


Figura 20 - Mapa da Divisão Político-Administrativa do Distrito do Kilamba Kiaxi e localização bairro Soba Kapassa (caso de estudo)

Fonte: Administração Distrital do Kilamba Kiaxi, trabalhado pelo Autor (2017).

3.1.1 - Bairro no contexto da cidade

O bairro Soba Kapassa é importante para a vida dos habitantes da cidade Luanda e não só, na medida que estão implantados equipamentos sociais e infra-estruturas que conferem notoriedade e representatividade no contexto da cidade como: o Hospital Geral de Luanda, a unidade comercial mista Alimenta-Angola e a central de pesagem resíduos da ELISAL. Igualmente sob sua superfície, atravessam alguns eixos de ligação entre a periferia e o centro da cidade, e outros eixos que permitem o acesso aos novos bairros e loteamentos em desenvolvimento e crescimento na cidade de Luanda como: centralidade do Kilamba, projecto urbano do Camama, Talatona entre outros.

Não obstante esta representatividade, ao nível da província de Luanda e dos seus habitantes, o bairro Soba Kapassa, também foi alvo de processos de despejos e demolições sob a égide

do plano da implementação do Hospital Geral de Luanda, em 2003, particularmente, na área envolvente do local onde hoje está implantado o edifício. Alguns moradores foram indenizados, outros (a maioria) não foram.



Figura 21 - Formalidades no interior do bairro Soba Kapassa
 Legenda: 1-Hospital Geral de Luanda, 2-Super mercado Alimenta Angola, 3-Futuro viaduto do Camama
 Fonte: Google Earth e Fotografias do Autor (2017).

Dados estatísticos e perspectiva de crescimento do bairro

O bairro tem uma população estimada de 34122 habitantes (INE, 2016), e uma superfície aproximada de 3,7 km²¹¹. O indicador sobre a natalidade e a mortalidade são muito importantes na medida em se percebe a expectativa de crescimento do bairro nos próximos 10/15 anos, em que se nascer muitas crianças a densidade populacional vai aumentar e a necessidade de habitação poderá aumentar, assim como outros equipamentos e infra-estruturas.

¹¹ Estimativa feita pelo autor com base em ferramenta Google e AutoCad

O quadro geral de natalidade em Angola é de aproximadamente 45.48 nascimentos por 1000 pessoas em 2014, de acordo os dados do Banco Mundial, no entanto este bairro não apresenta dados. O retrato de uma enfermeira no bairro regista muitos nascimentos, mas tenha-se em atenção que os problemas como a falta de higiene, água potável, saneamento básico, limpeza e recolha de lixo porta á porta, permite que haja muitas doenças.

A taxa de mortalidade infantil em Angola é imensa de acordo com OMS (2015) é de 1,6%, registando morte de 156,9 crianças até cinco anos por cada 1000 nascidas vivas, enquanto por cada 100 mil nados vivos morreram 477 mães.

Com base nestes dados, contrariamente ao disse a enfermeira no local, perfaz aproximadamente 0,06 criança nascida anualmente no bairro Soba Kapassa, dentro do universo geral da população angolana. Portanto, de acordo com está estimativa oficial quase não nascem crianças neste bairro, no entanto a apreciação que se tem é que nascem muito mais.

Origem das pessoas

No período da guerra civil (1992-2002) houve uma deslocação de habitantes do interior para a capital, e agora após o término do conflito civil (2002) as pessoas sentiram a oportunidade de desenvolvimento e de crescimento neste contexto de paz e procuram fixarem-se de uma forma mais definitiva nalguns bairro e este em particular, foi escolhido por muitos concidadãos.

As pessoas que estiveram em países vizinhos (refugiados de guerra) que regressaram após a guerra civil, voltaram para reforçar os laços sociais com as sua famílias e outras que regressaram as suas terras por falta de condições de habitabilidade, emprego e melhores condições no geral, influenciaram a dinâmica de transformação do bairro. Todavia, este fluxo migratório, de ir e vir, e do faz e não faz, configura que o contexto social é flutuante, de transformação no dia-a-dia porque as pessoas se viram permanentemente para conseguir viver.

Miscigenação e herança cultural

Constatou-se que houve crescimento exponencial de imigrantes no bairro porquanto a maioria dos estabelecimentos comerciais quer em mecânica-auto e lojas mista de produtos alimentares; oficinas de bate-chapa e serralharia, e no sector construtivo, actuarem mais estrangeiros. A cooperação que o Estado angolano estabeleceu com outras nações para

auxílio na reconstrução país, abriu portas para este fenómeno e as implicações estão na ordem da miscigenação de culturas, fazendo com que os valores culturais pertencentes a outras culturas façam parte da autóctone pelo processo de adaptação e enriquecimento da diversidade cultural. Não obstante, residem pessoas de vários estratos sociais e seguimento culturais, podendo-se afirmar que é um lugar marcado por uma miscigenação de cultura, que tende a se ajustar aos tempos.

Constatou-se que por via das crenças populares as pessoas tem animais para afastar o mau-olhado, que estão ligadas as tradições antropológicas ou a questões mais ligadas aos meios rurais do que aos meios urbanos, e portanto isto mostra que ainda há pessoas que habitam os musseques ou que se localizam em zonas urbanas, mas tem fortes tradições que são de herança cultural, e isto também se espelha na forma como elas habitam esses espaços urbano. Como estes, também tem animais que estão associados a doenças como rato, barata aranhas que por falta de higiene, limpeza e saneamento e de recolha de lixo contribuem para sérios problemas de saúde pública.

Figura 22 - Animais domésticos ligados as crenças populares no bairro Soba Kapassa
Fonte: Fotografias do Autor (2017).



Porquê que estes espaços urbanos autoproduzidos são diferentes dos espaços produzidos pelo meio político? Ou económico? Porque são espaço que traduzem os desejos, as dúvidas, os medos, as crenças das pessoas que nele habitam e toda uma série de possibilidades baseadas nas vivências quotidianas.



Figura 23 - Apropriação dos espaços no interior do bairro Soba Kapassa.
Legenda: 1-Comércio informal ambulante no carro de mão e *roulotte* em frente de casa, 2-Cantina e churrasqueira (cabrité)
Fonte: Fotografias do Autor (2017).

3.2 - Dinâmica de ocupação, expansão e consolidação do bairro

O bairro era um conjunto de lavras pertencente a várias famílias e os filhos pelo conhecimento do valor da terra estimularam os pais para venderem no prenúncio dos anos 2001 e assim começou a constituição da sua malha definida pelos cidadãos, linha e riscos no solo. Teve origem espontânea e produzido sem observância de um plano, não obstante os seus moradores mesmo sem o direito a posse sobre terra, não se intimidaram quanto a ilegalidade, nem viram reduzidas a possibilidade de investirem no local.

Os factores que estiveram na base da ocupação do espaço foram: a necessidade de segurança e espaço para morar, trabalhar, procura pelas melhores oportunidades de vida, acesso a universidade e emprego. Igualmente, o mercado imobiliário também teve reflexos na sua rápida ocupação, porquanto alguns moradores que residiam no centro da cidade venderam as suas residências para habitarem e investirem no bairro devido aos custos de vida mais reduzidos.

Os processos da sua origem e dinâmicas estão directamente associados as práticas quotidianas, sem excepção de estrato social, pois atendem vários interesses, na medida em que muitos dos seus habitantes são funcionário desta cidade e quadros importantes que contribuem para os vários serviços da quotidianidade. A venda de terrenos em 2003 rondava entre USD 4500,00 dependendo da dimensão. Os preços foram aumentando em função da implantação de muitas infra-estruturas ao arredor da área. Por exemplo, em 2008 no mesmo local um terreno de 11x12 (132 m²) custava USD 15.000.00, mesmo na informalidade e o Estado nem conseguiu sequer, na altura, tentar orientar as pessoas ou pôr termo a esta especulação sobre os preços.

A malha do bairro apresenta uma organização métrica recticular de fácil percepção, ela é caracterizada por ocupações a margem da lei, e marcada por espaço co-produzidos e autoproduzidos fragmentados e desiguais, devido a inexistência de planos de pormenores e respectivos regulamentos para as operações urbanísticas no local. O solo é densamente ocupado por habitações e insuficientes equipamentos e infra-estruturas essenciais de apoio a habitação, revelando falhas em matérias do planeamento territorial e ambiental.

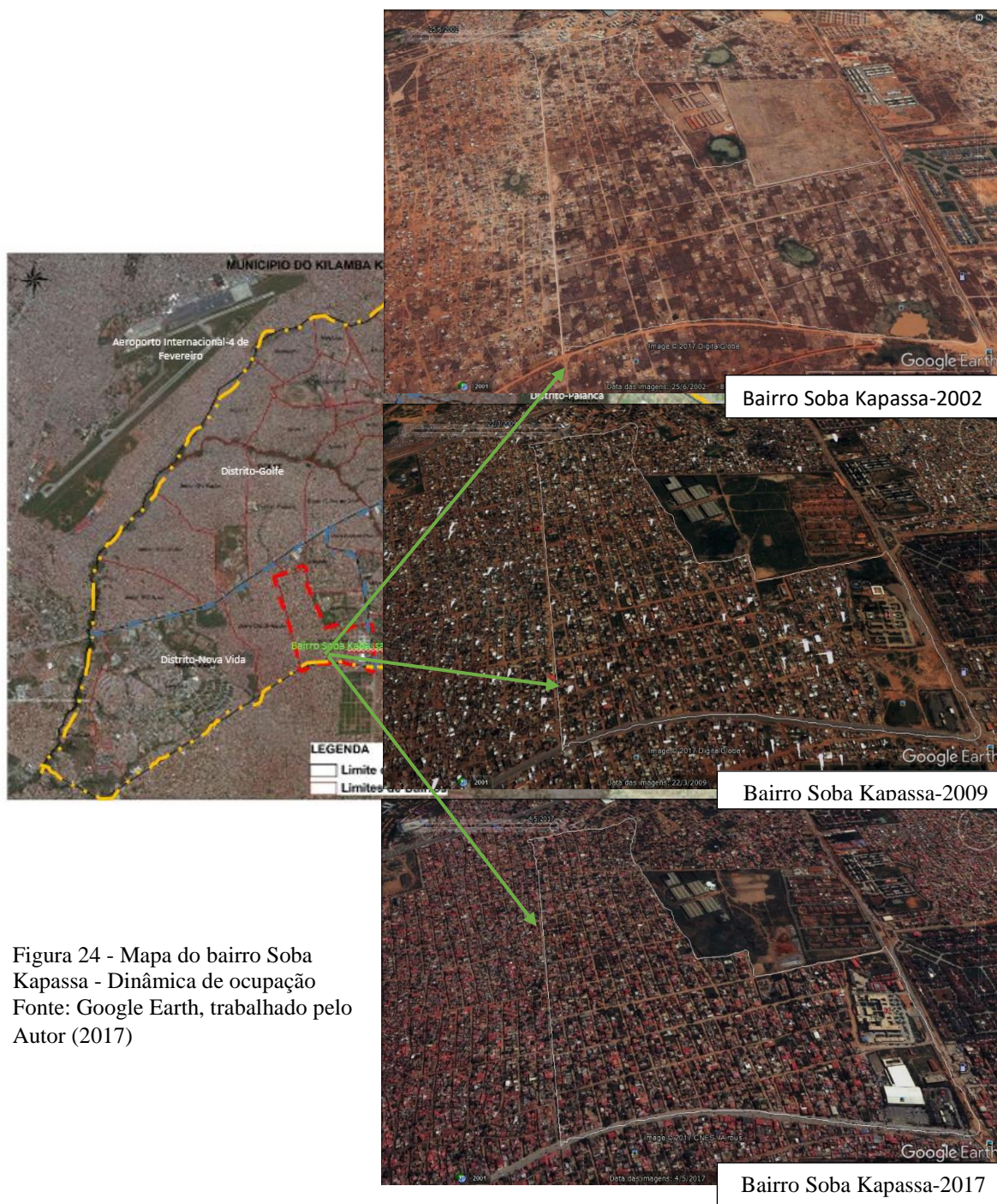


Figura 24 - Mapa do bairro Soba Kapassa - Dinâmica de ocupação
 Fonte: Google Earth, trabalhado pelo Autor (2017)

Em 2003/2004 fazia-se o percurso do bairro até o Golf2 sem barreira e se via quase tudo do outro lado, as construções eram térreas e algumas de bate-chapas, a área era completamente livres, as pessoas que viviam no local organizavam-se em grupo para fazer ronda as noites para protegerem os seus bens dos ladrões que rondavam o bairro.

Entrevista 1 - “Em 2005/2006 é que houve mesmo ocupação de verdade com casa de construção convencional (de cimento, betão armado e tijolo cerâmico), e muitos que tinham pequenas parcelas ao redor do bairro, no fundo como vizinhos imediatos acabaram por não

conseguir comprar terrenos no bairro, e nem nos apercebemos da dinâmica de ocupação que ocorreu para aquele tipo de transformação no espaço...Foi nessa altura que se dá os problemas dos tiroteios sobre o terreno do hospital geral de Luanda.” (Ver anexo II, tabela nº4)

Mais do que a repentina ocupação, de quem conseguiu ou não terreno no local, assim como os conflitos em volta do terreno do hospital geral de Luanda, os habitantes não se sentiram intimidados e avançaram com a construção das suas residências com orientação ou não da administração local, apoiadas pela estratégia do vamos fazer e depois o governo que se organize e dê condições as pessoas. Ou seja, a necessidade de habitação era urgente, que as normas foram postas de parte.

Tabela 1 - Dados de ocupação e crescimento do bairro Soba Kapassa baseado na observação ao longo dos anos, estimados pelo autor com base na densificação do espaço expressa na figura nº24.

Ano	2002	2009	2017
Densidade ocupação	15%	75%	98%
Habitantes	1000	19 000	34 122
Cobertura de infra-estruturas	1%	5%	10%
Cobertura equipamentos	1%	15%	20%

É surpreendente que os números expressam sempre um crescimento o que denota haver muito por que se preocupar na perspectiva do planeamento, uma vez que é urgente a promoção de condições que absorvem as necessidades presentes e futuras.

O bairro apresenta determinados indicadores que são claros de riqueza (mais capacidade financeira) ou de pobreza (menos capacidade financeira), e que isto demonstra que existem ou coabitam diversos estratos económicos dentro de um espaço que é tido como se fosse um espaço de pobreza extrema.



Figura 25 - Apropriação dos espaços no interior do bairro Soba Kapassa - Sinais exterior de pobreza e riqueza
 Legenda: 1,2-habitação-estrato social pobre. 3,4-habitação-estrato social média alta
 Fonte: Fotografias do Autor (2017).



Figura 26 - Deficientes equipamentos sociais de apoio à habitabilidade no bairro Soba Kapassa.
 Legenda: 1,2-Escolas do 1ª e 2ª Ciclo de ensino comparticipadas pelo Estado,3-Adaptação da via pública como campo para prática desportiva,4-Bancada para comércio informal em frente de casa
 Fonte: Fotografias do Autor (2017).



Figura 27 - Apropriação do espaço no interior do bairro Soba Kapassa
 Legenda: 1,2,3 e 4 - Bancada para comércio informal em frente de casa
 Fonte: Fotografias do Autor (2017).

3.2.1 - Habitação, infra-estruturas, equipamentos sociais e apropriação dos espaços

Como referido o bairro é habitado por famílias de vários estratos sociais, aspecto evidenciado pelas características construtivas dos imóveis e dos materiais empregues, sendo o seu crescimento e expansão reflexo das acções quotidianas dos habitantes.

A tipologia habitacional são de características variável na medida que vai de encontro a possibilidade dos seus habitantes, são implantadas conforme o desejo do proprietário, a construção baseada na técnica convencional sendo empregues materiais como de blocos de cimento e cerâmico, cobertura em chapa de fibrocimento, telha cerâmica, betão armado, e chapa de zinco entre outros. A generalidade das moradias do bairro Soba Kapassa foram construídas segundo o método convencional, com estrutura de betão armado e alvenaria de tijolo cerâmico e betão.

A habitação é gradeada, sendo que a segurança no bairro é necessária para protecção, tem que se blindar os imóveis para evitar que sejam vandalizados. A pintura e pavimentação são feitas com especificações de tipo, cor e textura ao critério dos seus donos.

Entrevista 2 -“O bairro Soba Kapassa pode ser considerado como o resultado do somatório de todas informalidades autorizadas pelo poder local na transformação do espaço, sem observância de plano nenhum!...só é reflexo do impacte das políticas públicas no território que o governo faz no país.” (Ver anexo II, tabela nº 4)

Salienta-se com isto, haver algumas falhas na administração pública na aplicação das medidas que visem a correcta gestão e ordenamento do território. Entretanto, as políticas públicas devem ser certas e condicentes aos problemas reais das habitantes. O quadro actual, não é dos melhores e a informalidade norteia os actos dos cidadãos, daí as lamentações de que a administração não tem sido bem exercida.

Figura 28 - Apropriação dos espaços no interior do bairro Soba Kapassa
Legenda: 1,2 Casa gradeadas para protecção dos assaltos,3-Tendência a construção na vertical,4 padaria
Fonte: Fotografias do Autor (2017).



Ao nível das infra-estruturas, são evidenciadas défices como: estradas não asfaltadas, inexistência de iluminação pública, deficiente serviço no fornecimento de electricidade, de abastecimento de água e saneamento básico inexistente.

Recentemente em 2016, algumas intervenções foram feitas para acudir alguns défices que o bairro apresenta, como instalação da rede domiciliar água potável canalizada no sentido da diminuição de muitos problemas de saúde cuja principal fonte de exposição é a água. As obras ocorreram no âmbito do projecto nacional de prover água potável a todos os bairros da cidade de Luanda (programa de 700 mil ligações domiciliarias).

Não obstante estas intervenções, os maiores problemas têm a ver com o saneamento básico, na medida que não foram providos infra-estruturas de escoamento das águas plúvias, águas residuais domésticas, entre outras. As famílias atiram as águas brancas para rua e constroem fossas rotas nos quintais para contenção das águas negras e brancas. A irregularidade no

fornecimento de energia eléctrica fazendo as pessoas recorrerem a fonte alternativa como: geradores a gasolina e gásóleo.

Figura 29 - Apropriação dos espaços no interior do bairro Soba Kapassa: problema de infra-estruturas
Legenda: 1- Sinalética da EPAL confirmando da ligação domiciliar de água potável, 2-Drenagem das águas domésticas para rua.
Fonte: Fotografias do Autor (2017).



Ao nível dos equipamentos sociais e dos serviços, nomeadamente no que refere a educação, esta apresenta um défice, na medida em que apenas têm escolas do 1º e 2º ciclo, servindo-se dos bairros circunvizinhos para continuidade ao 3º ciclo. Outro aspecto, são as propinas que são cobradas aos alunos que não estão a altura dos bolsos das famílias, forçando mesmo algumas crianças a ficarem fora do sistema de ensino.

Já no que diz respeito as igrejas, estas participam no processo de instrução e educação dos cidadãos, mas os seus resultados ainda são incipientes porque as famílias desestruturadas (mães viúvas e desempregada, sem o comer para as crianças não priorizam a formação das crianças, pelo contrário, forçan-nas ao trabalho prematuro, quando outras crescem mesmo ao relento e tendo o tempo como o mestre dos seus destinos), outros, que por terem pais separados ou sendo vítima da fuga a paternidade. Estes factores, muito têm contribuído para que os jovens não apreendem as regras de convivência social (deveres cívicos e morais), inclinando-se para os comportamentos socialmente desviantes.

Em termos culturais, a capacidade de resposta do bairro é pobre, marcado pela inexistência de equipamentos que fomentem o crescimento intelectual de quem no bairro vive e/ou sempre viveu, pois não é possível responder às necessidades de recreação, lazer, convívio, e meditação.

Figura 30 - Equipamentos Sociais no bairro Soba Kapassa
Legenda: 1 Escola 1º e 2º ciclo; 2- Igreja Pentecostal
Fonte: Fotografias do Autor (2017).



Há constatação de não existência de bibliotecas nem quaisquer equipamentos análogos, onde se possa estar, descansar, repousar e reflectir. O único refúgio para muitos tem sido as igrejas, onde analisam a palavra bíblica e partilham as suas reflexões sobre as formas de encarar os problemas do quotidiano na lógica cristã. As festas e convívios da juventude aos fins-de-semana são normalmente por contribuições, tendo como recinto os quintais dos próprios moradores. A ocupação nos tempos livres da população residente, é feita essencialmente pela prática de futebol sobretudo os mais jovens no terreno baldio da empresa Maboque ou na rua, devido a inexistência de espaços de lazer público nomeadamente: quadras desportivas, praça ou parque infantil, e nalguns casos, os habitantes percorram grandes distâncias a procura destes equipamentos para realização deste direito.



Figura 31 - Apropriação do espaço no interior do bairro Soba Kapassa

Legenda: 1-Prática do futebol na rua, 2-Actividades desportiva e de educação física no quintalão da Maboque, 3-Igreja

Fonte: Fotografias do Autor (2017).

Não obstante os aspectos referidos anteriormente, o bairro Soba Kapassa, hoje, conta com alguns serviços que ajudam a minimizar os problemas dos habitantes locais e arredores, por exemplo, o Hospital Geral de Luanda, alguns balcões de Bancos privados, centro comercial Alimenta-Angola entre outros. Estes, de modo geral são os aspectos que expressam o quadro do bairro em termos de equipamentos urbanos.

No que se refere a apropriação dos espaços, a autogestão do bairro foi se ajustando com o passar do tempo e o facto de o Estado ter levado infra-estrutura eléctrica, atraiu e criou maior segurança para investimentos no local, sendo notório a especulação sob os preços dos terrenos, rendas dos imóveis e um constante interesse de pessoas com algum recursos, mudarem-se para o local tornando o bairro misto sob ponto vista das classes económicas (alta, media e baixa renda).

As pessoas aspiram melhores condições de vida, e encontram como alternativas, a adaptação de habitação para servirem de serviços nomeadamente: creche, restaurante, oficinas, colégios, clínicas, residenciais e outros. Contudo, é notório a dinâmica nos vários campos da vida quotidiana dos habitantes para consolidação da estabilidade social.



Figura 32 - Apropriação do espaço no interior bairro Soba Kapassa
 Legenda: 1-Actividade de serralharia na rua, 2-Paragem dos Taxis Camama/Talatona, Gamek, 3- Comércio informal de água potável, 4, 5, 6- Autoprodução do espaço ininterrupto
 Fonte: Fotografias do Autor (2017).

O comércio informal faz parte da estratégia de sobrevivência das famílias, as cantinas na frente dos quintais, *roulottes* móveis e corpos fixo à habitação, configuram a actividade quotidiana indispensável das famílias, sendo que em Angola as pessoas não vivem só dos ordenados, devem diversificar as fontes de subsistência.

Não obstante, estes serviços operarem no mesmo espaço, espelham o combinar dos dois extremos, formal e informal. Foi constatado que o comércio informal predomina como actividade de subsistências dos habitantes do bairro Soba Kapassa, transformando os quintais exteriores de suas residências espaços favoráveis a prática do comércio como: restaurantes ou esplanadas para vender qualquer coisa. O défice de emprego e o salário reduzido de muitas famílias, forçam as mesmas, a adoptarem alternativas várias, usando os pontos do bairro com maior fluxo para o comércio e ver se consegue algum dinheiro para resolver os problemas de falta de água, de luz, da educação dos filhos, da alimentação e de saúde.



Figura 33 - Apropriação dos espaços no interior do bairro Soba Kapassa

Legenda: Estratégias de sobrevivência-venda informal no interior do bairro-1,2,3,4,5-venda em frente de casa, 6-venda de água potável

Fonte: Fotografias do Autor (2017).

Não obstante, o bairro ser caracterizado pelo comércio informal, o grande promotor da apropriação do espaço, também é conotado com existência de muitos serviços como: escritório, lojas mistas, escolas, creches, mini-mercados, farmácias, salões de beleza, restaurantes, casas de festas, entre outros, não havendo sequer, uma rua, quarteirão que não tenha uma bancada, *roulotte*, cantina ou pelo menos uma família que não venda alguma coisa, mesmo assim, os habitantes ainda recorrem ao Distrito do Talatona e outras circunscrições vizinhas para minimizarem as necessidades referentes as questões do lazer, recreação, educação e outras necessidades.



Figura 34 - Equipamentos e serviços no interior do bairro Soba Kapassa

Legenda: 1,4,5 Serviços; 2,3 Igrejas; 6 Moinho de farinha de milho/mandioca

Fonte: Fotografias do Autor (2017).

3.3 - Reflexão crítica

Sendo que o bairro foi construído pelos seus habitantes e com meios próprios sem observância de um instrumento urbanístico e acompanhamento do Estado, o resultado da sua organização e gestão expressam lógicas pouco inteligíveis ao nível do urbanismo, ordenamento e ambiente. Neste quadro, o bairro é caracterizado pela ausência de infra-estruturas de saneamento básico e deficiência de gestão do seu próprio espaço, e as acções individuais de substituição ao Estado dos moradores, tendem apenas a fazer face a estes défices infra-estruturais e de equipamentos como forma de aproximar os seus desejos e manifestações ao alcance do direito à cidade e da melhoria das condições de vida

As intervenções do Estado ainda são lentas e as vezes mesmo inexistentes, forçando os cidadãos a arranjam alternativas criando danos irreversíveis ao ambiente e as suas vidas. Defende-se que é preciso criar urgentemente um programa específico de melhoria das condições de habitabilidade nos bairros autoproduzidos, assente no princípio da garantia do bem-estar dos seus habitantes, da protecção e respeito das suas vivências, e que de facto melhor a qualidade sócio-espacial e ambiental destes espaços.

Os indicadores de mortalidade em Angola, segundo a OMS são elevados, e as causas estão associadas as enfermidades que surgem por falta de saneamento básico e poucas condições de habitabilidade.

As habitações, as infra-estruturas e os equipamentos sociais andam interligados como garante de condições mínimas aceitáveis para se considerar alguma qualidade de habitacional. Na prática, estas condições criam-se com o tempo, conceito próprio de sobrevivência que obriga as pessoas a encontrarem soluções que muitas vezes poem em causa a sua própria vida como: construir em locais de riscos; utilização de materiais de construção que muitas vezes são tóxicos, sem noção da composição química-física; adaptações e arranjos permanentes as técnicas de sobrevivências para resolução dos problemas básicos essenciais a vida. Entretanto, a soma de todos estes factores e o conjunto de limitações que o bairro Soba Kapassa apresenta, pode-se afirmar que tem condições óptimas para a promoção sistemática de várias doenças aos seus habitantes. Portanto, é preciso uma intervenção que inverta as actuais formas de atacar os problemas nos bairros autoproduzidos de Luanda, em vez de levar água canalizada, como se está a proceder, devia-se antes criar as condições infra-estruturais para recolha das afluentes domésticos e seu devido tratamento e valorização o que resolveria o problema na base ou na origem, caso

contrário, os resultados dos programas dos serviços municipalizados de saúde pública serão ineficiente, condenados ao fracasso e se continuará a registar mortes dos cidadãos, e talvez comprometendo mesmo a continuidade da sociedade.

As actividades ligadas ao lazer e recreação nos tempos livres são desenvolvidos na rua e locais adaptados para o efeito em locais sem condições. Como estes, fala-se de outras ligadas as estratégias de sobrevivências no quotidiano dos moradores, que em comum expressão o desejo ou aspirações de um dia viverem o bairro com a urbanidade e onde a cidadania seja um facto, com organização e conforto de vida

A mundividência do bairro traduzem que é necessário a adequação ou flexibilização dos instrumentos de governação (programas e leis) na maneira de conceptualizar, olhar e intervir nos bairros autoproduzidos, uma vez que as constatações permitiram saber que os moradores destes locais são unanimes em dizer que a qualidade de vida não é das melhores, e que cada um salve-se como puder. Entretanto, tratando-se da qualidade de vida e da habitação como direitos consagrados na Constituição da República de Angola (CRA), os instrumentos políticos devem além das dimensões físico-espaciais, apoiar-se acima de tudo, na dimensão humana construída nesses espaços, porquanto a qualidade depende não só da forma como o bairro foi construído, mas da inter-relação individuo habitação, bairro e sociedade.

4 - Qualidade Ambiental

4.1 - Enquadramento geral

”Só um governo local forte pode assegurar que as necessidades, costumes, formas urbanas, prioridades sociais e condições ambientais da zona se reflectam nos planos locais para o desenvolvimento urbano”. Gameiro (2011)

Sendo que toda actividade humana (vivências sócio-espaciais) implicam multiplicidade de factores e consigo, arrastam impactes irreversíveis ao ambiente, expõe-se nesta temática factos do quotidiano angolano com repercussões na saúde do planeta e nas espécies que nele habitam. O quadro prático transcreve muitas irregularidades, o que configuram práticas danosas ao ambiente pelo desacordo as convenções internacionais e não cumprimento das normas locais para a promoção de uma gestão racional e sustentável dos recursos naturais.

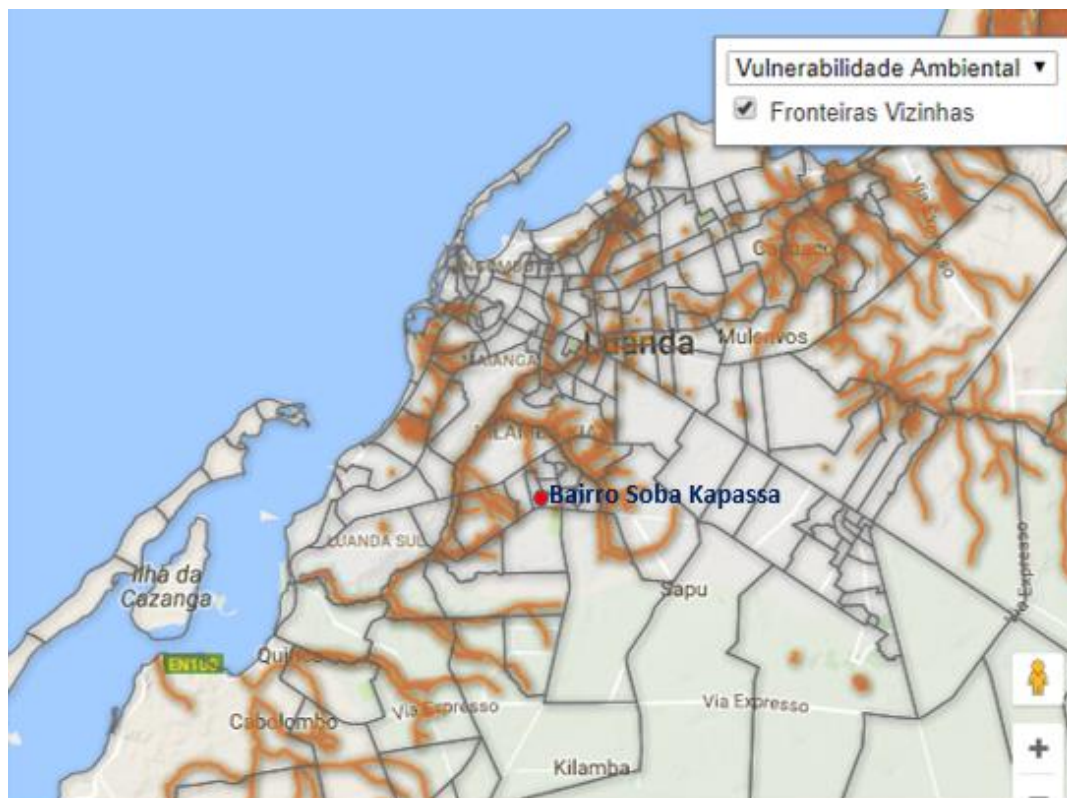


Figura 35 - Mapa de vulnerabilidade ambiental, bairro Soba Kapassa
Fonte: fórum.angonet.org, trabalhado pelo Autor (2017).

Normas aplicáveis em Angola:

O país hoje, já aborda a questão ambiental como preocupação política, tendo inicialmente aprovado a Lei de base do Ambiente, Lei nº5/98, de 19 de junho, e definido o Plano Estratégico para a Gestão de Resíduos Urbanos (PESGRU- Decreto Presidencial nº 196/12, de 30 de Agosto). Decorrente deste Plano Estratégico de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos surgem uma série de outras legislações, nomeadamente: o Regulamento sobre a Gestão dos Resíduos (Decreto Presidencial nº 190/12, de 24 de Agosto) sendo uma das acções, neste sentido, tal como a existência em todas estruturas locais de representação do poder central de um Gabinete que vele pela área do ambiente. O Estado reconhece as limitações que apresentam neste âmbito, mas firma o compromisso de proceder em conformidade as convenções internacionais para a salvaguarda do ambiente.

O Executivo tem vindo a trabalhar na promoção de normas ambientais sectoriais que definam parâmetros para a gestão ambiental a nível nacional, com realizações de eventos nacionais e internacionais para mostrar o seu posicionamento quanto a questão do ambiente. Já criou vários instrumentos reguladores de gestão de resíduos, marcando o início com campanhas de recolha selectiva e de separação dos resíduos. As normas terão de ser repercutidas nas acções das empresas para diminuir os impactes provocados pelo sector produtivo.

Existe no país instrumentos políticos sectoriais que se cruzam visando a salvaguarda das condições de qualidade de vida dos cidadãos e do planeta, da gestão racional do território, que estão a ser aplicados, embora a prática seja diferente, traduzido pelo incumprimento por parte dos gestores públicos, devido também alguma incapacidade e dificuldades de implementação de alguns artigos dispostos nos mesmos instrumentos legais.

Neste quadro, elenca-se de forma cronológica algumas leis com impacte ambiental, homologadas nos últimos 19 anos em Angola, sincrónicas com o final da guerra civil (1992) e o início da paz (2002), nomeadamente:

- Lei de base do Ambiente, Lei nº5/98, de 19 de junho

Artigo 6º, - “Cabe ao Estado através do Governo e dentro da Política Ambiental a definição e execução do Programa de Gestão Ambiental, no qual devem ser estabelecidas: a) responsabilidades a todos os órgãos do Governo cujo controlo e/ou actividade tenha influencia no ambiente, através da utilização de recursos naturais, produção e emissão de poluentes e influência nas condições sócio-económicas das comunidades; b) responsabilidade a todos os

agentes não estatais que façam uso de recursos naturais, influenciem o equilíbrio ambiental e as condições sócio-económicas das comunidades; c) responsabilidade aos cidadãos pelo uso incorreto de recursos naturais, emissão de poluentes e prejuízos á qualidade de vida.”

- *Lei das Águas, Lei nº 6/02, de 21 de junho*

***Artigo 10º**, - “A política nacional em matéria de gestão dos recursos hídricos visa a igualdade de tratamento e oportunidade para os intervenientes no processo de uso da água, a preservação do bem-estar e do ambiente, a promoção da prática de uso eficiente da água, bem como o incentivo à iniciativa particular ao uso racional dos recursos hídricos disponíveis.*

nº2 - Ao Estado compete implementar, em todo o território nacional e respeitando os Princípios de Gestão de Água, políticas de gestão orientadas para a realização dos seguintes objectivos:
a) garantir ao cidadão e entidades colectivas o acesso e uso da água; b) assegurar o equilíbrio permanente entre os recursos hídricos disponíveis e a procura; c) garantir o uso das águas disponíveis para todos os fins, através da sua utilização racional e planificada, com vista ao desenvolvimento sustentado da economia nacional; d) abastecer as populações de forma contínua e suficiente em água potável, para a satisfação das suas necessidades domésticas e de higiene; e) promover, enquadrar e regulamentar a utilização da água para fins agrícolas, pecuários, industriais e hidro-eléctricos; f) promover acções de pesquisa e uso eficiente dos recursos hídricos existentes; g) garantir o adequado saneamento das águas residuais e regular o lançamento de efluentes;”

- *Lei do Ordenamento do Território e do Urbanismo, Lei nº3/04, 25 de junho*

***Artigo 4º**, nº1 - “ O ordenamento do território visa em geral a criação de condições favoráveis, que garantam os fins gerais do desenvolvimento económico e social, do bem social, de defesa do ambiente e qualidade dos cidadãos em particular:*

a) Assegurar uma valorização integrada e racional da ocupação do espaço e condições favoráveis para o desenvolvimento de actividades económicas, sociais e culturais, sem prejuízo da salvaguarda dos interesses de defesa do território, segurança interna e do equilíbrio ecológico e do património histórico-cultural;

b) Assegurar a igualdade de oportunidades de acesso dos cidadãos aos equipamentos colectivos e serviços públicos no meio urbano e rural;

c) Adequar os níveis de densificação dos aglomerados urbanos às potencialidade infra-estruturais, de equipamentos e de serviços existentes ou previstos, de modo a suster a degradação da qualidade de vida para prevenir o desequilíbrio sócio-económico; de recuperar ou reconverter as áreas degradadas ou de ocupação ilegal;”

Artigo 13º - “Os planos territoriais como instrumentos sobre a ocupação, uso e aproveitamento do espaço territorial, visam essencialmente contribuir para a criação de condições propícias à realização do desenvolvimento económico e social e à melhoria da qualidade de vida das populações, quer nos espaços rurais, quer nos espaços urbanos, fomentando o aproveitamento útil dos solos.”

Artigo 14º, nº1 - “os planos territoriais devem ordenar a ocupação e uso do espaço territorial, em termos que preservem o ambiente, a qualidade e organização dos espaços rurais e urbanos, os valores de vida comunitária rural e urbana, paisagístico, históricos e culturais, urbanísticos e arquitecturais.

nº2 - As paisagens naturais, biologicamente equilibradas e as resultantes da actuação humana, caracterizadas pela diversidade, pela harmonia estética e pelos sistemas socioculturais que suportam, devem ser protegidas pelos instrumentos de ordenamento do território.

nº3 - As edificações isoladas ou em conjunto que integram a paisagem ou representam valores históricos e contribuem para valorização dos espaços devem ser preservadas pelos instrumentos de ordenamento do território.”

Artigo 16º, nº1 - “ Intervenção do ordenamento do território deve assegurar a justa repartição dos encargos e benefícios decorrentes da aplicação dos planos territoriais e urbanísticos.

nº2 - A ordenação dos espaços rurais e urbanos feita pelos planos territoriais destinada aos fins do desenvolvimento e do aproveitamento útil dos solos e deve proporcionar condições para uma política de concessões fundiárias que assegure a equidade no acesso as infra-estruturas e uma distribuição justa e equitativa dos solos, bem como equilibrada das funções de produção, trabalho, habitação, cultura e lazer.

nº3 - No ordenamento dos espaços, a programação, a criação e a manutenção de serviços públicos, de infra-estruturas e equipamentos colectivos e de espaços verde deve procurar atenuar as assimetrias existentes dentro dos perímetros urbanos, tendo em conta as necessidades específicas das populações, as acessibilidades e a adequação da capacidade de utilização.”

Artigo 18º,- “Em defesa da qualidade de vida dos cidadãos, os planos urbanísticos devem programar a reconversão ou recuperação das áreas urbanas degradadas ou de origem ilegal, em termos compatíveis com os planos financeiros adequados à sua execução.”

- Lei de Terra, Lei nº 9/04, de 9 de novembro

Artigo 14º, - “O Estado intervém na gestão e na concessão das terras a que se aplica a presente lei, de harmonia com os seguintes objectivos: a)adequado ordenamento do território e a correcta formação, ordenação e funcionamento dos aglomerados urbanos;”

Artigo 16º, - “A ocupação, o uso e a fruição das terras estão sujeitos às normas sobre proteção do ambiente, designadamente as que dizem respeito à protecção das paisagens e das espécies da flora e da fauna, preservação do equilíbrio ecológico e ao direito dos cidadãos a um ambiente sadio e não poluído.”

- Regulamento sobre a Qualidade da Água, Decreto Presidencial nº261/11, de 6 de outubro

Artigo 13º, nº1 – “A emissão ou descarga de águas residuais na água e no solo por uma instalação carece de uma licença a emitir pelo Ministério do Ambiente, na qual são fixadas as normas de descarga para mitigação ou prevenção dos danos aplicáveis.”

De forma geral, a falta de aplicação dos destes instrumentos políticos e legais permeiam o surgimento das anomalias ao ambiente, fazendo inclusive que o incorrecto passe a constar dos “*modus operandis*” das pessoas como que de práticas certas se tratassem, o que condiciona o sucesso do exercício sistemático da melhoria das condições nos assentamentos humanos e do seu impacte ao ambiente.

No que diz respeito a lei e a sua aplicabilidade, estão muito a quem das expectativas dos cidadãos, embora seja positivo a sua produção e existência como medidas tutelares ao ambiente, mas na prática, tornam-se difíceis cumpri-las por falta de condições materiais, técnicas e humanas, e as vezes até de alguma limitações do Estados de as implementar. Por exemplo, na lei de base do ambiental e o regulamento sobre os resíduos sólidos urbanos, constatou-se que o país ainda não tem infra-estruturas, e isto já um exemplo de que a lei não está adequada ao território, tornando-as difíceis a aplicabilidade dos diplomas legais, na medida que o país ainda não tem as infra-estruturas e condições para tal. Portanto, há um desajuste entre aquilo que são as políticas e as expectativas criadas pelas próprias leis e aquilo que o território tem capacidade para absorver na prática.

O Regulamento sobre a Gestão de Resíduos (Decreto Presidencial nº 190/12, de 24 de Agosto) tipifica a categoria dos resíduos e o seu nível perigosidade, especifica os destinos que devem ser dados aos resíduos e assegura as normativas vigentes no país em matérias identificação e classificação, mas constatou-se que o país ainda não tem infra-estruturas de tratamento e valorização dos resíduos, o que dificulta o processo de gestão. Não obstante esta constatação, o Estado reporta preocupações sobre a correta gestão dos resíduos tendo já implantado algumas incineradoras em Luanda para acabar numa primeira fase com as

lixeiros na cidade de Luanda e prevê a curto prazo implantar com financiamento externo privado as futuras centrais de tratamento e valorização de resíduos, começando pela capital do país, Luanda.

Resíduos sólidos urbanos em Luanda:

Costuma-se dizer que os problemas das capitais dos países e suas implicações são problemas do país inteiro, a problemática do ambiente em Luanda é abrangente, não é só da capital, mas do país em geral.

Luanda é uma cidade que nalguns períodos do ano, a recolha dos resíduos sólidos urbanos é deficiente e nalguns períodos é crítico, sobretudo em épocas de chuva. A concentração de resíduos sem serem recolhidos tende a ocupar faixas de vias públicas rodoviárias e a disseminação da epidemia da cólera ganha proporções alarmantes.

As valas drenagem das águas plúvias têm servido de depósito de todos tipos de resíduos e quando chega a época da chuva tudo é arrastado para o mar, quer os resíduos orgânicos e os inorgânicos. A costa litoral, começando pela Ilha de Luanda, da Chicala e da Corimba essencialmente nos locais de venda de peixe fresco, assiste-se diariamente a deposição na costa litoral, dos resíduos produzidos pelos escamadores/arranjadores de peixe, pelas senhoras vendedoras de refrigerante, bolos, refeições, e até necessidades maiores e menores são feitas a céu aberto. E à isto, não ficam de fora a Ilha do Mussulo, as praias do Benfica, Cacuo e do km 26.

Tudo em volta desses retratos dão indicadores de práticas danosas ao ambiente porquanto promovem consequências com repercussões negativas no sector do turismo, na saúde das populações e nos ecossistemas marinhos, na economia da cidade, nas embarcações, na própria actividade administrativa local com custos avultados para sua limpeza e remoção.

Existem duas empresas responsáveis pela limpeza e saneamento da cidade de Luanda, que são a Empresa de Limpeza e Saneamento de Luanda-Empresa Pública ELISAL-E.P, (Decreto nº55/04, de 17 de Agosto) que presta serviço público de limpeza, manutenção e expansão da rede de esgoto das áreas urbanas da Província de Luanda, e a Empresa Especial de Limpeza, designada por BEL-EP (Decreto presidencial n.º 238/10 de 14 de Outubro) que alegadamente assegura a manutenção, abertura e expansão da rede de esgotos, a manutenção e limpeza das valas de drenagem, a recolha de resíduos sólidos e a intervenção, em caso de calamidade provocada pelas chuvas e por desastres naturais, a reciclagem e a industrialização de componentes do lixo. Estas empresas tem por observância da lei e dos

seus estatutos competências para delegar tarefas a outras operadoras. Assim, tem tido mais intervenções nas áreas urbanas da cidade como por exemplo: no centro da cidade de Luanda e novas centralidades, e reservando para periferias outras empresas sub-contratadas.

A escala e a dimensão do problema coloca desafios quotidianos que estes operadores são na maior parte das vezes ultrapassados, na medida que a realidade mostra que ainda há muito que se fazer para melhorar a higiene da cidade e dos seus bairros.

Hoje, está em curso o ensaio do novo modelo de gestão de resíduos na cidade, com escala de intervenção ao nível de toda a extensão da Província Luanda, incorporando a taxa sobre o resíduo. A questão é saber se há ou não empresas devidamente preparadas para penetrarem nos bairros inacessíveis para recolha permanente, e que critérios estão na base desse processo ou modelo?

4.2 - Qualidade ambiental no bairro Soba Kapassa?

Tal como exposto na caracterização dos bairros autoproduzidos em Luanda, os bairros autoproduzidos apresentam défices de infra-estruturas e equipamentos vários, entretanto, o bairro Soba Kapassa não fez a regra, enquadra-se nesse escopo, não foi planeado. Todavia, o resultado da sua autogestão não seria o recomendável, na medida em que não foram acauteladas as regras de ocupação e uso do solo, do sentido lógico do seu crescimento e expansão em articulação com a envolvente, as tendências das suas dinâmicas e transformações salvaguardando menos impactes ao ambiente.

O crescimento desordenado do bairro Soba Kapassa provocou mudanças nos ecossistemas locais, embora não se possa medir o nível dos seus impactes, mas realçar que está na origem de muitos problemas de saúde dos seus habitantes com reflexo em doenças respiratórias aguda, tuberculose, cólera, malária¹², paludismo e quiçá estar na origem do baixo índice de esperança de vida dos seus habitantes.

É preciso frisar, que quando se fala do ambiente nos bairros autoproduzidos de Luanda, a percepção que se tem, a partida, é da planta, da árvore, do esgoto e do lixo. Sendo que o lixo prevalece na mão de cima das prioridades do Executivo e constitui o problema nacional,

¹² Principal causa de morte em Angola, com 19 vítimas por dia, segundo números divulgados em Abril pelo coordenador do Programa Nacional de Controlo da Malária, Filomeno Fortes., fonte: <http://www.conexaolusofona.org>, consultado as 18h30, domingo, 16.07.2017

estando neste momento em curso acções para estudar os melhores mecanismos para o transformar numa oportunidade de negócio, aproveitando-o para valorização, reciclagem e outros fins.

Embora se trate de sobrevivência, tem de haver regras, logo as pessoas não podem ficar impunes sob os actos que põem em causa o bem-estar de todos e do ambiente. A prática tem sido marcada pelo escoamento das águas domésticas nas ruas, pela construção de caixas técnicas e fossas rotas para descarga das águas negras, aplicação de drenos das águas brancas domésticas das habitações e serviços direccionados para as ruas, alagando-as e criando focos de doenças; inexistência de locais apropriados para depósito dos resíduos e falhas no sistema de limpeza e recolha dos resíduos. A vegetação insipiente e espaços verdes não existem.

A análise ambiental sobre o bairro Soba Kapassa ao nível do pormenor é difícil, porquanto as limitações não são só do autor do trabalho enquanto estudante, mas também de todos os técnicos que estão no local. Note que, quase sempre os técnicos da administração local se deparam com imprevistos no terreno para o implementar os projectos que se prendem com as infra-estruturas de modo geral, na medida que a vida nos bairros autoproduzidos são imprevisíveis, tudo é possível, e não têm condições para implementação de infra-estruturas que visem a melhoria a curto e médio prazo.

Entrevista 3 – “as pessoas não tem o conceito do ambiente ainda assimilado, só se preocupam com a barriga (o comer).” (Ver anexo II, tabela nº4)

As preocupações quotidianas dos habitantes dos bairros Soba Kapassa, pelo menos da maioria, é resolver, primeiro, o problema da fome. As pessoas têm fome e precisão de se alimentar. Logo, os princípios da preservação da natureza e de acções para gestão sustentável do planeta terra não constituem prioridade nem fazem parte do contexto diário dos habitantes. Isto, para dizer que a pobreza e o ambiente são opostos e dificilmente andarão casados, na medida que as pessoas ainda precisam de se alimentarem.

Os sinais da degradação da qualidade ambiental do bairro em análise “Soba Kapassa-Luanda” com efeitos na vida dos moradores não são facilmente percebidos pelos mesmos, na medida que apresentam outras prioridades quotidianas ligadas a estratégia de sobrevivência. Todavia, constatou-se no local que a falta da posse sobre o terreno onde está implantada a habitação do cidadão, a violência e a insegurança no bairro, a falta de infra-estrutura de saneamento básico, mau cheiro dos resíduos arredores, ruas interditas pelos resíduos, poeiras em tempo seco, lagoas e águas estagnadas quando chove, constituem

preocupações dos habitantes. As vivências nestes locais são marcados também pelo ruído permanente das casas recreativas sem isolamento (quintais abertos), discotecas, geradores eléctricos, oficinas de serralharia e mecânica-auto, igrejas, obras nos imóveis, música em alto volume, dos transportes motorizados interno vulgo kupapatas, acentuando o desconforto dos habitantes sem terem onde recorrer para reclamar, o bairro é assim e as pessoas tem de se adaptar.



Figura 36 - Apropriação do espaço no interior do bairro Soba Kapassa

Legenda: 1-Rua como ponto de vida doméstica, 2-Paragem dos kupapatas, 3-Comércio informal de roupa usada, as grades do alçado servem de estendal e montra, 4-Salão de festas, 5-Igreja sem designação, 6-Colégio 1º e 2º ciclo de ensino privado

Fonte: Fotografias do Autor (2017).

Não obstante, hoje o bairro ser alvo de implantação de infra-estruturas de abastecimento de água potável, a qualidade ambiental é má na medida que atropela constantemente os princípios da preservação da biodiversidade, marcado pelo incumprimento dos instrumentos políticos e legais em uso no território, refletindo-se (1) pela ausência de infra-estruturas básicas para habitabilidade promovidas pelo Estado, (2) falta de comprometimento dos cidadão com o planeta, (3) falta de fiscalização, educação e sensibilização sobre os serviços dos ecossistemas para vida do planeta e de todas espécies nele existente.

Na prática o que se nota permanentemente, não só nos bairros autoproduzidos de Luanda, mas no centro também se verifica alguns cenários similares, o atirar das águas domésticas (brancas) para fora de casa, quando não é na estrada, é nas sarjetas públicas com toda sua carga de resíduos sólidos orgânicos, e o confinar das águas negras (esgotos) em fossas rotas com descargas directas no subsolo sem nenhum tratamento. Portanto, a própria actividade quotidiana doméstica está na origem dos vários problemas a par de alguma incapacidade do Estado de resolver os mesmos problemas.



Figura 37 - Deficiente gestão das águas residuais domésticas no bairro Soba Kapassa.
 Legenda: 1,2,3, Drenagem das águas domésticas na via pública; 4,5,6 - Áreas com risco de enchentes em períodos de chuvas
 Fonte: Fotografias do Autor (2017).

A Gestão e tratamento dos resíduos sólidos domésticos no bairro configuram-se como assunto preocupante, na medida que a prática traduz a inobservância dos cidadãos dos princípios da correcta gestão e contribuem para o estado cada vez mais alarmante, talvez porque não estão educados ou sensibilizados sobre os ganhos deste dever cívico.

De acordo com as informações obtidas e as constatações feitas, os terrenos baldios no interior do bairro servem na maior partes da vezes como depósito de resíduos, a empresa ELISAL apenas tem os pontos de recolhas nos principais eixos viários que limitam o bairro, dificultando os seus moradores em percorrer grandes distâncias para deitarem os resíduos nos locais apropriados, que também são insipientes. Os residentes próximos destes depósitos manifestam-se agastados com a situação, na medida que os depositários fazem-no de forma clandestina, de madrugada, e não conseguem impedir com receio de virem a sofrerem represálias. Entretanto, encontram como meio-termo a queima dos mesmos para evitar acúmulo de resíduos e outras consequência que podem advir sem serem recolhidos.

Outro aspecto preocupante e constatado é a deposição dos resíduos indiferenciado directamente no solo com todos os riscos de contaminação do solo e subsolo, do ar e águas superficiais e subterrâneas, afectando negativamente todo este ecossistema. Igualmente, além do aspecto visual pouco agradável no meio habitacional, são queimados a qualquer hora pelas senhoras donas de casa, pelas seguintes razões: (1) pelos hábitos culturais de

alguns grupos que mesmo vivendo o espaço peri-urbano ainda permanecem os costumes rurais enraizados nas suas formas de transformação dos espaços, varrendo a casa de dentro para fora, defendendo que não se pode levar o resíduo de fora para dentro de casa, por isso é que queimam ou enterram no subsolo onde ficam melhor, (2) como referido, os pontos escolhidos pelas operadoras de limpeza para o depósito dos resíduos ficam muitos distantes das residências, (3) não existência de infra-estruturas de saneamento básico, faz os habitantes recorrerem a estratégias pouco adequadas como a construção de fossas rotas e caixas técnicas para confinarem as águas residuais domésticas, quer nos seus quintais, quer na via pública em plena luz do dia e a vista de todos como uma actitude da *praxe*.



Figura 38 - Deficiente gestão dos resíduos no bairro Soba Kapassa

Legenda: 1-Queima de lixo na via pública, 2-Drenagem directa para o solo dos lixiviados de posto de saúde privado, 3-Fossa rota de águas residuais domésticas na via pública, 4-Deposição de óleo do motor directamente no solo, 5-Drenagem das águas domésticas diárias para via pública, 6-Ponto de recolha de resíduos indiferenciados na parte traseira do Hospital Geral de Luanda

Fonte: Fotografias do Autor (2017).

Salienta-se a dificuldade das águas escoarem e penetrarem no subsolo, sendo que o bairro apresenta alguma saturação motivada pelos constantes enterros dos resíduos sólidos e recarga dos aquíferos pelas águas residuais das fossas rotas das habitações e edificações em toda extensão do bairro. As acções como a construção em locais com riscos de enchentes; poluição do solo pela deposição directa de resíduos domésticos a céu aberto; descarga dos lixiviados dos postos de saúde (clínicas) nas fossas rotas sem tratamento prévio, assim como o não encaminhamento dos resíduos das oficinas mecânicas e de serralheira para as unidades específicas de tratamento, e falta de fiscalidade do Estado, concorrem para ausência de qualidade ambiental no bairro Soba Kapassa.



Figura 39 - Deficiente gestão dos resíduos no bairro Soba Kapassa

Legenda: 1-Depósito de resíduo em terreno baldio,2-Depósito do resíduo na via,3-Oficina de motorizadas e gestão inadequada dos resíduos,4-Depósito de óleo usado do motor no solo e na via pública,5, 6-Serviços de recauchutagem sem segurança no trabalho e não aprovisionamento correto dos resíduos, 7-Rua interditada pelo acúmulo de resíduos, 8-Serviço de limpeza pública-empresa privada,9-Depósito de resíduo a céu aberto

Fonte: Fotografias do Autor (2017).

As dinâmicas da ocupação e uso do solo traduzem-se naturalmente pelas várias formas de transformação do meio pelos habitantes na luta pela sobrevivência. Claro está, que isto acarreta inúmeros desequilíbrios a natureza física do território e ao bem-estar dos ocupantes relativamente a qualidade de vida, tornando um problema de saúde pública preocupante. Entretanto, os factos falam por si, a qualidade ambiental ainda não constitui preocupação dos habitantes, pois é notório o convívio com as fontes de contaminação ambiental, integrando a paisagem do bairro.

Constatou-se que um ou outro morador teve a preocupação de plantar árvores em frente de casa e nos quintais interior e exterior, e que a generalidade do território apresenta o coberto vegetal e arbóreo deficitário. Igualmente a inexistência de espaços públicos verdes, de infra-

estruturas e de equipamentos sociais para fazer face a densidade populacional existente no bairro.

Entrevista 4 - “Falar de espaços verdes aqui no bairro é sonhar alto, se as pessoas já estão a se apertar em casebres, onde é que haverá mais terreno para se fazer áreas públicas como um jardins e pátios!” (Ver anexo II, tabela nº4)

O bairro foi construído sem observância de um Plano de Pormenor (PP), hoje, está densamente ocupado por habitação e a sua gestão espacial não é fácil. Entretanto, os habitantes estão sedentos de espaços para se sentirem amparados (habitação), e relegam os equipamentos como jardins e pátios, para último grau em termos de prioridades sociais.

Nalguns pontos ainda se nota alguma preocupação dos seus habitantes com os elementos vegetais, apresentando uma massa arbórea constituída pelas espécies frutícolas (mangueira, cajueiro,) para ensombramento e alimentação. Outras apenas para ensombramentos e enfeites como: casuarina, acácias, borracheiras, pinheiro, figueira, sentinela, né-medicinal, das quais as únicas que fazem parte da floresta nativa do local e que ainda se observa é o embondeiro e o cajueiro.



Figura 40 - Árvores associadas ao ensombramento e a alimentação das famílias no bairro Soba Kapassa
Legenda: 1-Casuarina e Acácia,2-Figueira,3-Pinheiro,4-Mamoeiro e Figueira,5-Mangueira,6-Cajueiro,7-Embondeiro,8-Sapa-sape,9-Acácia,10-Abacateiro,11-Borracheira,12-Acácia de jardim,
Fonte: Fotografias do Autor (2017).

4.3 - Necessidades de infra-estruturas *per capita* no bairro Soba Kapassa

Atendendo os défices de infra-estruturas no bairro apresenta-se ao nível da perspectiva do planeamento estimativas sobre o que seria necessário para atender o quadro actual, nas áreas como: (1) abastecimento contínuo de água potável (volume necessário ou a implantação de uma ETA), (2) fornecimento de electricidade, (3) ETAR, (4) recolha de resíduos sólidos urbanos, e (5) áreas verdes, claro tendo sempre como referência a população residente no local.

Parte-se para este ensaio, na mediada que são notáveis as dificuldades que o Executivo tem tido na implementação em grande escala (no país em geral) destas infra-estruturas eléctricas, de saneamento básico, entre outras. Apenas realçar que desde o tempo colonial a implantação destas infra-estruturas já eram insuficiente, as capacidades eram limitadas e a população muito inferior da actual, e com a sabotagem que houve nos períodos da descolonização e dos conflitos civis ficou pior, e depois com esta densidade populacional actual as mesmas não dão respostas ou não cobrem as necessidades. Tudo isto, para dizer que, há um problema muito a montante da questão do bairro do bairro Soba Kapassa, e que de todo, faz algum sentido ter em atenção.

As infra-estruturas de saneamento básico visam a saúde dos aglomerados humanos e sempre em observância aos mecanismos de controlo de pragas e qualquer tipo de agente patogénico. Embora sejam complexos dimensioná-los, vai-se tentar apresentar alguns indicadores sustentados por dados de dois países um da Europa-Portugal e o outro da América Latina-Brasil, que juntos partilham com Angola grande afinidade cultural e linguística, que podem servir de referências técnicas para o dimensionamento e planeamento das necessidades nos bairros autoproduzidos de Angola em função do número de habitantes, claro sem os imputes de especialidades que justifiquem a viabilidade económica ou não dos mesmos, porquanto cada caso é um caso, pois matérias como estas variam em função de muitos factores nomeadamente: económicos, políticos, geográficos, culturais e outros.

A média de consumo de electricidade e água potável, produção de águas residuais e de resíduos sólidos urbanos *per capita* em Portugal e Brasil, de 2009-2015, são apresentados na tabela nº2, assim como a necessidade de espaços verdes recomendados pela OMS, uma vez que ambos os países não apresentaram dados referentes a esta questão.

Tabela 2 – Indicadores médios *per capita* das necessidades de infra-estruturas em Portugal e Brasil para assegurar a qualidade de vida dos habitantes (2009-20015)

Infra-estruturas	Portugal	Brasil
Electricidade*	0,007 Mwh	0,0054 Mwh
Água potável	114 l/dia	165,3 l/dia
Águas residuais	84 l/dia	81,7 l/dia
Resíduos sólidos urbanos	1,2 kg	1,1 kg
Áreas verdes	34 m2	34 m2

* Valor considerado por cada 1000 habitantes

Uma vez identificadas as necessidades *per capita*, em Portugal e no Brasil, então para Angola pode-se assumir a média entre os valores dos dois países, e assim, o adoptar-se para simular ao nível da gestão e planeamento territorial as necessidades das infra-estruturas para a população residente no bairro Soba Kapassa, com vista a resolver os problemas que o bairro regista.

Tabela 3 - Indicadores médios *per capita* das necessidades de infra-estruturas no bairro Soba Kapassa, estimados pelo autor com base na média dos valores da tabela nº2

Infra-estruturas	População**	Necessidade/Produção diária
Electricidade	34122	0,42 Mwh
Água potável	34122	4766,8 m3
Águas residuais	34122	2828,7 m3
Resíduos sólidos urbanos	34122	39240,3 kg
Áreas verdes	34122	116.01 ha

** Número de acordo com o censo 2014

Era intenção fazer uma comparação para aquilo que seria desejável a realidade do bairro Soba Kapassa, no entanto não existem dados para o efeito. Pode-se, contudo, verificar que os dados propostos são francamente superiores do que aquilo, que de forma empírica, verifica-se no bairro Soba Kapassa, que mesmo sem dados consegue-se, a olho nu, perceber que o que se propõe é muito mais do que aquilo que existe lá existe.

4.4 - Reflexão crítica: a governação e qualidade ambiental dos bairros autoproduzidos de Luanda

Abordou-se a questão da qualidade ambiental no bairro Soba Kapassa na medida que o quadro da produção e transformação quotidiana dos seus espaços merecem atenção urgente do Estado e uma mudança de actitude dos cidadãos sobre a forma de ocupar e usar os solos. As constatações evidenciam práticas que podem ser classificadas como práticas danosas ao ambiente, colidindo com as políticas e os instrumentos de gestão em uso no país e as normas internacionais estabelecidas, sendo que estes são de difícil implementação tendo em conta a realidade existente

Considera-se relevante a intenção manifesta do Estado tentar mudar o quadro com a produção de leis, sendo importante a aplicação das mesmas, apelando a população para um envolvimento mais activo na preservação do meio porquanto só se conseguirá mitigar os défices com algumas intervenções integradas e locais, como a implantação das infra-estruturas no bairro. Não é vontade popular confinar os resíduos no subsolo, queimar os resíduos sólidos a qualquer momento, nem tão pouco conviver com os resíduos como se tratasse de uma peça de arte decorativa a integrar a paisagem urbana do bairro, mas é preciso que se criem as condições infra-estruturais de saneamento básico, de educação e sensibilização ambiental sobre os impactes da má gestão dos resíduos na saúde públicas e para o planeta, e que se aprimorem os mecanismos de recolha sistemática dos resíduos e os de acção fiscal para o controlo do problema.

Percebe-se que o bairro Soba Kapassa não é resultado do acaso, teve a sua razão de ser como reflexo dos instrumentos políticos de governação ou falta destes em curso no país. A sua consolidação ocorreu sob vários contextos, e o Estado sempre se fez presente em termos políticos. Entretanto, isto levanta questões como tentar saber o que fez o Estado na altura das ocupações, que pensamento sobre a gestão do território tinha, que permitiu que as coisas chegassem a este nível pouco racional de gerir o espaço, tendo em conta a sustentabilidade do planeta? O incumprimento do disposto nos instrumentos de gestão territorial existentes, e a falta de eficiência na sua aplicação, tipifica um modelo, apenas local/próprio dos angolanos, de gestão espacial que não se pode crucificar, quem lá habita ou envergonhar, porquanto é fruto de manifestações sociais e urbanas no território, de que a responsabilidade dos seus impactes quer urbanísticos, quer ambientais é de todos.

Os défices de infra-estruturas e equipamentos, permitem que os cidadãos reinventem formas de sobrevivências que danificam evolutivamente o ambiente incorrendo á práticas danosas ao ambiente sem que se apercebam. Entretanto, merecem atenção especial a implementação destes elementos para salvaguardar a saúde dos próprios habitantes e do ambiente, como advoga Iii, H. (2016), relacionando a necessidade de um planeamento equilibrado de curto prazo com resultados desejados de longo prazo e com alta qualidade de vida e ambiental.

A autoprodução do bairro Soba Kapassa demonstra o tipo de “paradigma” das intervenções quotidianas que veem sendo produzidos em quase todos bairros periféricos da cidade de Luanda, quer em terrenos cedidos pelo Estado e os ocupados pelos cidadãos à margem da lei. Nesta perspectiva, a acção passiva do Estado, por um lado, talvez de alguma impunidade, por outro, e o facto de não haver um instrumento concreto para gestão desses espaços autoproduzidos e que evitem criar constrangimentos à vida dos habitantes, têm vindo a contribuir para agravar ainda mais o fenómeno da sua proliferação. Todavia, pode-se depreender que o Estado anda a tentar resolver alguns problemas decorrentes das práticas dos habitantes, atrasando a aplicação das suas acções e competências, o que premeia consequentemente potenciais pontos de conflitos à posterior, sobretudo para a reversão da situação, atendo-se aos instrumentos em curso que visam a reestruturação desses bairros precários para melhores condições de habitabilidade e qualidade ambiental. É preciso antecipar alguns acontecimentos, planeando as acções no território e cumpri-los.

Embora o bairro seja autoproduzido e de conotação informal, é preciso evidenciar que a formalidade vai a dentro com a implantação de infra-estruturas e equipamentos públicos para o bem de todos os munícipes da cidade de Luanda. Entretanto, seria de todo sensato, a conformação do pré-existente num programa específico de avaliação das suas condições urbanísticas e daí desenhar-se os ajustes que se impuserem necessários para a melhoria da qualidade ambiental e urbana.

Os indicadores estimados sobre a necessidade das infra-estruturas ao nível do planeamento sevem de referência para que rapidamente os cidadãos e os gestores das cidades saibam das necessidades para cobrir seu bairro ou local de jurisdição, criando formas de conseguir financiamento ou recursos que visem a implementação das mesmas e atingir as metas para a resolução do défice que a sua área apresente no universo da população residente. Tendo em conta que os custos de implementação destas infra-estruturas podem ser elevados, aconselha-se estimar para períodos mais dilatados como 30 a 40 anos, assim salvaguarda-se já o crescimento populacional para este período.

Angola sendo um país do futuro, tem de promover este tipo de abordagem e de reflexões para que os seus contributos tenham reflexos na maneira de agir e pensar dos habitantes sobre o território. Por exemplo, o sector do turismo, atrairá mais turista com a higienização das cidades e bairros, e com isto muitos postos de trabalho se vão criar.

5 - Reflexão cruzada

É de realçar que toda acção humana tem como base o solo, e sendo um dos componentes do ambiente exige posturas mais racionais no seu usufruto ou classificações destinadas, atendendo a lógica da sustentabilidade. O direito do ambiente está consagrado na Constituição da República de Angola (CRA), e como direito fundamental, deve ser tutelado. Todavia, as manifestações do quotidiano nos bairros autoproduzidos reflectem que a sociedade angolana (governantes e governados, líder, gestores e outros) têm muito que percorrer em matérias ligadas a gestão do ambiente e do urbanismo, uma vez que não faz sentido haver instrumentos de governação, por um lado, e não se trabalhar na educação, sensibilização, compatibilização dos mesmos com as vivências das populações, por outro, e aplicá-las dentro do princípio da harmonização dos vários interesses sociais. Não basta que se programem as acções, que se façam os planos é preciso trabalhar na criação das condições para executá-las.

Estuda-se esta problemática da qualidade sócio-espacial e ambiental dos bairros autoproduzidos, na medida que constituem uma preocupação do urbanismo e do ordenamento do território que assola as cidades de Angola, que muito tem vindo a se degradar em termos ambientais. Decorrente das questões e constatações do trabalho, considera-se que:

(1) Há consciência do quão é difícil resolver a problemática ou controlar uma vez que, na prática, envolve interesses diversos, mas os habitantes dos bairros, hoje, não receiam nenhuma demolição, “os tempos difíceis já passaram”, tanto é que as famílias já desenvolveram o sentimento de pertença sob o bairro, configurando-se como um assunto de extrema complexidade em que a solução tem necessariamente que passar pelo envolvimento de todos;

(2) O ponto assente para intervenção nos bairros autoproduzidos deverá ser a lógica da concertação e da busca do consenso, entre os principais *stakeholders* (Estado-dono da terra

e agente imobiliário; agente imobiliário privado-empresário imobiliário; e população-habitantes dos bairros, porquanto traduz o melhor mecanismo para propiciar oportunidade de tomada de decisões que venham a ser a base da construção da cidadania e dos direitos humanos, através da humanização nos procedimentos na resolução do processo de regeneração dos bairros informais.

(3) Só se conseguirá a manutenção da boa convivência e o respeito pela coisa coletiva, promovendo a humanização da justiça, buscando equilibrar sempre o poder entre as partes e preservar o interesse e satisfação de todos, pois, ninguém melhor do que os próprios envolvidos numa disputa para saber tomar decisões sobre si mesmo.

(4) São necessárias soluções mitigadoras em termos de políticas públicas nomeadamente: programas concretos de controlo e gestão desses espaços autoproduzidos, exigindo várias alternativas, instalando equipamentos (campo lúdico recreativos, escolas, parques infantis, áreas verdes entre outros) e infra-estruturas (estradas asfaltadas, saneamento básico, água potável entre outros), e seguimento escrupuloso dos programas consensuais de melhoria dos bairros, sempre flexível, imprimindo ajustes necessários ao contexto, quando se revelarem necessários.

E, a estes pontos acrescento que descobri, (5) que as pessoas no bairro Soba Kapassa adquiriram o sentimento de pertença pelo bairro, pelo imóvel e pelo terreno mediante o conjunto de acções implementados pelo Estado como: luz, água potável, o que tem estado a promover a protecção dos cidadãos, o resgate da cidadania e dos valores morais, das relações de proximidade e defesa da coisa colectiva.

A Falta de consciência sobre o valor dos ecossistemas na vida dos habitantes, contribuem para o agravamento dos danos ao ambiente. Assim, realçar que os programas do Estado para o desenvolvimento das cidades surgiram depois das pessoas terem ocupado os espaços, constituindo este, o grande problema, e que a implementação dos ajustes actuais não têm sido inclusivas, falhando neste aspecto, porquanto os investimentos tem tido pouco impacte social na vida das pessoas que habitam esses bairros. Não se pode falar em saúde pública se não tiver saneamento básico resolvido e se os programas de desenvolvimento não contemplarem a componente do ambiente.

Igualmente, considera-se que a Habitação é um espaço de união e protecção ambiental e de dimensões essenciais para ocupar, criar e usar os espaços com qualidade, sendo que o actual quadro nos bairros autoproduzidos de Angola não se alinham a esta lógica. Entretanto,

apresenta-se algumas propostas de compromissos para que os principais actores envolvidos nomeadamente: (1) Estado (dono da terra e agente imobiliário), (2) agente imobiliário privado (empresário imobiliário) e (3) população (habitantes do local), assumam e retenham como princípios norteadores ou regras básicas para aprovação das operações urbanísticas de regeneração nesses locais, satisfazendo condições mínimas de justiça e equidade, a citar:

(1) Responsabilidade do Estado:

- Criação da figura jurídica para esse tipo de aglomerados;
- Definir e regularizar os direitos de ocupação da terra nos bairros autoproduzidos;
- Incorporar o direito à informação como prática efectiva divulgando publicamente os seus planos, intervenções, concessões e programas de reestruturação dos bairros;
- Reconhecimento de facto, dos direitos de ocupação do solo dos habitantes que, de boa-fé, compraram ou adquiriram suas terras através de algum outro mecanismo legítimo;
- Proceder a regularização dessas ocupações informais, fornecendo infra-estruturas sustentáveis e acesso a serviços, para reforçar os direitos de posse da terra e protecção dos bens dos mais carentes;
- Criar a base jurídica e de aplicação administrativa para que se evite a especulação imobiliária nestes locais e não só, regulando o preço do mercado por baixo, condicionando o privado a não passar os limites estabelecidos como forma de defender o interesse dos cidadãos;
- Disponibilizar o solo, trabalhar soluções para que as pessoas que habitam estes locais tenham os seus direitos observados, com infra-estruturas essenciais ou pelo menos programar e executá-lo por meio do comprometimento dos moradores em honrar com a amortização do investimento a longo prazo (via impostos e outras formas de financiamento);
- Criar medidas para estancar o oportunismo no mercado imobiliário, penalizar por infracção ao regulamento do Plano de Pormenor, e encontrar o melhor modelo de gestão territorial desses espaços desde que faça sentido e congregue o mínimo de consenso;
- Incentivar a participação activa dos beneficiários nos planos de intervenção desde a concepção à construção; estruturar e hierarquizar os planos de acções, dando prioridade sempre as suas necessidades;

- Desenvolver infra-estruturas urbanas e sociais que promovam a integração social, uma maior identificação e reconhecimento do local;
- Criar medidas políticas e administrativas no sentido de se proporcionar a integração das zonas peri-urbanas segregadas no contexto da cidade formal;
- Lançar o concurso público para a elaboração dos planos de pormenores (pp) de regeneração, sem tábuas-rasa, dos bairros autoproduzidos e sua consequente aplicação, a médio e longo prazo;
- Traçar as políticas ambientais para os bairros autoproduzidos;
- Traçar planos de acção para o futuro das zonas que passarem pelas transformações de melhoramento, para que haja um tratamento de manutenção evitando o retorno à situação de degradação;
- Reconhecer a importância da parceria público-privado para investimento nestes bairros;
- Criar o sistema municipal de cadastro para que consiga recolher receitas proveniente dos impostos de propriedade sobre a terra;
- Promover a participação efectiva dos habitantes na revisão dos planos e dos projectos em curso no país;
- Levar a cabo campanhas abrangentes de educação sobre os direitos à terra e das responsabilidades que os habitantes tem sobre ela.

(2) Responsabilidade do privado (promotor ou operador imobiliário privado):

- Devem atender a certas obrigações, mas numa perspectiva de alguma compensação. Por exemplos, algumas obrigações ambientais e outros direitos que tenham a ver com questões de equidade, justiça de encargos sociais e habitacionais;
- Devem fazer as propostas dos planos de pormenores e executar as obras da infra-estruturação dos espaços, mais sempre alinhadas as metas políticas de gestão e do ordenamento do território;
- Devem olhar o processo em sentido amplo, na perspectiva de dar resposta a questão sobre o que farão com as pessoas que habitam o espaço e para onde vão e em que condições em caso de realojamento?! Só após respondida esta preocupação é que receberá anuência do Estado para prosseguir com a operação urbanística local;

- Devem entender e conhecer profundamente o local a intervir, sua população e necessidades;
- Pagar os impostos correspondentes e cumprir as formalidades que venham a ser estabelecidas pela aquisição de terras.

(3) Responsabilidade da população:

- Envolver-se activamente na prossecução dos programas de reestruturação do bairro;
- Apresentar proposta de melhoria das condições do bairro e denúncias anónimas sobre os actos de vandalismos e de não observância às regras da boa convivência;
- Propor ao Executivo ideias e soluções que visem a resolução dos seus problemas;
- Preservar e conservar os bens colectivos do bairro como que de seu património se tratasse e honrar os compromissos de cidadania.

Pretende-se com esse conjunto de medidas demonstrar que o processo de regeneração dos bairros autoproduzidos heurísticamente pressuponha que a soma entre o demolir e realocar tem de ser positivo, algo melhor e constituir melhores condições para as pessoas, predispondo sempre espaços com condições de habitabilidade. Entretanto, com as regras propostas o investidor privado imobiliário continuará sempre interessado, na medida que a ordem, a disciplina e o plano de gestão vinculam a atuação dos beneficiários as suas necessidades. Outrossim, não há dúvida que se este conjunto de medidas fizer parte das acções futuras interventiva nos bairros precários de Angola, a possibilidade de sucesso será maior. Claro, não resolve tudo, mas algumas coisas ficarão acauteladas sobrando para Estado menos por resolver.

Principais riscos e incertezas para aplicação das medidas em Angola no actual contexto:

Ceticismo quanto a implementação imediata da proposta por falta de preparação e capacidade técnica, política e administrativa do Estado para abraçar esse desafio. Outrossim, escassez de recursos humano, financeiros e de algumas informações tendo em conta a dimensão das áreas a intervir, a quantidade de pessoas envolvidas, e ainda todas as implicações das intervenções que dão benefícios a uns e prejuízo a outros, torna-se muito difícil pôr em prática todo este leque de medidas;

Limitações do trabalho e etapas seguintes: Dificuldade em obter informações localmente; conseguiu-se responder a algumas questões que nortearam a investigação e outras não por falta de dados que retratam em específico a problemática dos bairros autoproduzidos em

Angola, outro porque os dados existentes não estão sistematizados no sentido da percepção quantitativa dessa ocupação nas principais sedes de cidade do país.

Parcerias a estabelecer/perspectivas: Estabelecer e reforçar as parcerias com ONGs e organizações internacionais para obter financiamento externo, e que na perspectiva da nova tendência do empreendedorismo no sector do urbanismo sustentável desenvolver projectos no sentido da revitalização desses espaços autoproduzidos. No domínio científico/tecnológico promover concursos para descoberta e aplicação de árvores autóctones com funções de remediação do solo face as constantes agressões ao ambiente e aos seus ecossistemas como acima apresentado ao longo do trabalho.

6 - Conclusões

Pode-se avaliar que cada caso é um caso e naturalmente que os princípios para as actuações nos bairros autoproduzidos precários serão variáveis e deveriam ser devidamente ponderados, porquanto têm as suas próprias características e origens, inseridas num contexto histórico e cultural específico. Contudo, os bairros informais (musseques), periurbanos ou centrais, requerem princípios condutores de intervenção salvaguardando sempre o princípio do equilíbrio.

A reflexão sobre a expansão e a consolidação dos bairros autoproduzido da cidade de Luanda no actual contexto direccionou a pesquisa para a formulação de um breve enquadramento sócio-espacial, desde o período pós colonização até à contemporaneidade. Neste âmbito, por um lado, observou-se que a produção do espaço urbano e habitacional por iniciativa dos próprios habitantes e incentivo do Estado tem como um dos seus objetivos transformar os espaços periféricos das cidades em urbanos.

A pesquisa permitiu perceber que o descaso dos cidadãos face a sua envolvente e a inexistência de políticas específicas para gestão destes bairros estão ou tendem a agudizar ainda mais os níveis de insalubridade do meio. Todavia, a produção e transformação dos espaços habitacionais promovidos pelos particulares e pelos grupos sociais de poucos recursos, emerge em parte, como resultado da ineficiência das políticas e práticas públicas em curso no país. Identificou-se que os habitantes com menor recursos e não só, apontam que as práticas dos órgãos representantes do poder central ainda são ineficazes para melhorar as condições do saneamento básico do bairro e o equilíbrio social em todo sentido, por se manifestarem contrárias ao advogado por Harvey (2010), sobre a necessidade da justa distribuição dos recursos urbanos e a participação coletiva da população na vida urbana transformada.

Efectuou-se a análise aprofundada do caso de estudo, o bairro autoproduzido Soba Kapassa, que se traduz num caso típico das actuais práticas quotidianas da produção desses espaços. Todavia, responde-se as questões que nortearam a investigação:

(1) - (1) Tem o Executivo ou não responsabilidades na origem dos bairros autoproduzidos?

Sendo o Executivo responsável pela elaboração de políticas que visem o ordenamento racional do território e das cidades tem responsabilidade, na medida que se manifesta omissivo aos acontecimentos da produção e transformação desses espaços e nunca se antecipa com

planos concretos de ocupação e uso territorial. O facto de não haver instrumentos legislativos e regulamentares específicos para gestão destes espaços autoproduzidos, contribuem de forma directa para sua proliferação e reine alguma arbitrariedade no território.

Sendo que Luanda, hoje, sustenta-se de vários cenários de operações urbanas públicas em que os bairros autoproduzidos serão substituídos por outros novos ao longo do tempo, ocorrerá o fenómeno da tábua-rasa, a curto e médio prazo, sobre tudo nos bairros mais próximo ao centro da cidade nomeadamente: Chicala, Ilha, Boavista, Catambor, Rocha Pinto, Morro da Coreia e outros, e muito ainda há por se verificar sobre as consequências sociais que este processo despoleta.

A intenção até é compreensível, na medida que o território da cidade de Luanda está densamente ocupado por esses bairros, daí a necessidade de melhorar o quadro do urbanismo da cidade. Não obstante esta apreciação, apela-se a observância de mecanismos de gestão que melhor se equacionem na óptica de intervenções mais equilibradas e humanitárias, caso contrário, estar-se-á a condenar a regeneração urbana da cidade ao fracasso e agravando ainda mais os problemas socio-espaciais e ambientais dos habitantes.

(2) - Está ou não o executivo envolvido para melhoria da gestão destes bairros? (3) E se está, este envolvimento é prioritário?

O executivo está envolvido na melhoria das condições destes bairros autoproduzidos, por via da implementação do Programa Nacional de Urbanismo e Habitação (2009-2012) ainda em execução. Alega ser prioritário na medida que este instrumento visa a substituição gradual desses bairros, transformando-os em novas áreas urbanas idealizada. A prática quotidiana demonstram que estas intenções estão longe de se materializarem na medida em que há escassez de recursos. Outro, estes espaços são ocupados por pessoas de todos estratos sociais, embora com maior pendor para os mais carenciados, as intervenções implicarão negociações sistemáticas para acções mais inclusivas mediante paradigmas de intervenções quer do Estado, quer do privado e dos próprios populares de forma fluente, com vista a salvaguardar o princípio de equidade e de outros direitos.

(4) Será que as soluções identificadas para a resolução dos bairros autoproduzidos na cidade de Luanda podem servir e serem aplicadas também noutras províncias do interior do país?

A cidade de Luanda, hoje, ao nível do urbanismo expressa lógicas difíceis, na medida que as soluções apresentadas pelo Executivo ainda não tem sido expressivas na vida dos

habitantes. Os instrumentos em aplicação para o controlo a situação dos bairros em curso são: Programa Integrado de Expansão Urbana e Infra-estruturas de Luanda e Bengo (2011) e o Programa Nacional de Urbanismo e Habitação (2009-2012), e agora o Plano Director Geral Metropolitano de Luanda em preparação. Os dois primeiros muito se questiona sobre os seus efeitos, porquanto tendem a segregar de forma clara os estratos sociais mais carentes, cuja aplicação baseia na parceria público-privado, promovendo mais a criação de novas cidades satélites e isoladas do centro para a classe media-alta: condomínios murados e centralidades nas zonas periféricas, sem que sejam melhores incorporadas no centro com o redimensionamento de algumas infra-estruturas e equipamentos sociais (cidades mais compacta e de optimização dos recursos). Por este motivo, e porque cada caso é um caso, as cidades são feitas sob dinâmicas diferentes e culturalmente têm de ser observadas as especificidades que melhor se harmonizam as acções no território. Logo, as cidades do interior não podem ousar as mesmas fórmulas que a de cidade de Luanda.

(5) Que práticas de sobrevivência os habitantes adoptam para a gestão dos bairros autoproduzidos? A prática tem sido assegurada pela estratégia de sobrevivência assente no comercio informal e biscatos, onde a dimensão ambiental ainda não é prioridade, posta de parte em detrimento de: (1) ter casa para morar, (2) conseguir alimentação e (3) conseguir algum dinheiro para a atender a várias necessidade básicas a vida como saúde, educação e outras.

O desenvolvimento desta reflexão representou uma experiência muito gratificante, pois permitiu a conhecer os elementos fundamentais que promovem a apropriação dos espaços autoproduzidos, seus mecanismos de autogestão, organização e o funcionamento, sendo que constituem, hoje, a maiorias dos bairros periféricos da cidade Luanda e das cidade de Angola. Foi uma mais valia, tendo sido possível conhecer de perto as estratégias quotidianas dos habitantes para garantia da sua subsistência e como incorporam a dimensão ambiental no seu quotidiano. Igualmente, permitiu encontrar as respostas as questões levantadas ao longo do trabalho. Todavia, esta reflexão não se dá como terminada, na medida que abrange áreas multidisciplinares e dinâmicas ao tempo, e que numa reflexão como esta, apenas é possível apontar caminhos que também podem servir ou serem adoptados ao nível da gestão territorial e ambiental pelo gestores públicos e privados e a população em geral, para a mudança do quadro actual e criar condições para que nos próximos tempos as condições sejam óptimas e sustentáveis para todos. Portanto o mestrando na área vem despertar que é importante desenvolver reflexões como esta, pois permitem confirmar se as acções de gestão

com incidência no território de forma geral, tem sido eficazes e racionais para a sustentabilidade do planeta.

Sugestões para desenvolvimentos futuros

Como referido anteriormente é difícil resolver os problemas dos bairros autoproduzidos de Luanda, devido a vários factores de ordem organizativas, culturais e financeiras, e isto, leva a práticas de gestão inadequadas e danosas ao ambiente. Por isso, para trabalhos futuros recomenda-se que (1) o Estado, a luz das ratificações de acordo internacionais na área do ambiente, se for viável, fazer o estudo para medir os impactes ambientais dos bairros autoproduzidos de Angola, sendo que o resultado deste estudo permitirá adoptar outras medidas de gestão e planeamento das cidades. (2) Outro aspecto que pode influenciar na melhoria das condições destes bairros autoproduzidos de Luanda é a elaboração e execução de planos específicos de reestruturação criando áreas livres em que o sistema natural (áreas verdes) e edificações andem juntos. (3) E, para complementar, aproveitar as linhas de água que atravessam estes bairros autoproduzidos e potenciá-los como corredores agrícolas (hortas urbanas). Posto isto, dizer que este trabalho não fica terminado, espera-se que venha contribuir para trabalhos futuros dentro da mesma temática, sendo um ponto de partida para a compreensão dos processos referentes a gestão dos bairros autoproduzidos em Luanda e do país em geral, e quiçá outras cidades do mundo onde o fenómeno da proliferação dos bairros autoproduzidos também têm bastante expressão.

Nota de esperança:

Dada a conjuntura geral e a todas as dificuldades apresentadas no quotidiano da gestão dos espaços autoproduzidos considera-se que o futuro melhor para os habitantes desde espaços é possível, havendo realmente actores envolvidos na resolução dos seus principais problemas de precariedade e de ausência de infra-estruturas e de equipamentos sociais, que hoje, enfermam a maior partes dos bairros das cidades de Angola. Só faz sentido abordá-los, se criar a consciência sobre a tutela e conservação das vidas neles existentes, integrando os múltiplos interesses que a todos faz parte. Enquanto houver vida, nada estará perdido e o melhor está por vir.

Referências Bibliográficas

Livros

- DULCE, L. e OLIVEIRA, F.P (2016) - As Áreas Urbanas de Gênese Ilegal (AUGIs) no contexto da “política” de legalização, Coimbra, Almedina, 2016.
- LEFEBVRE, H (1968) – o direito a cidade. 1ª ed. Paris: Económica, 2012. 139 p. 3ª ed. 1968. ISBN 978-989-8268-15-0, lisboa, Estúdio e Letra Livre

Artigos electrónicos

- AMADO, M. P., RAMALHETE, I., AMADO, A. R., & FREITAS, J. C. (2016). Regeneration of informal areas: An integrated approach. *JCIT*, 58, 59–69. Disponível em: <http://doi.org/10.1016/j.cities.2016.05.015>
- AUGUSTO, C., Graduado, F. B., Mpeg, I., & Ic, B. (2010). Análise da cobertura vegetal como indicador de qualidade ambiental em áreas urbanas : Um estudo de caso do bairro da Pedreira – Belém / PA, (Lombardo 1985), 1 – 13. Disponível em: <http://www.uc.pt/fluc/cegot/VISLAGF/actas/tema3/cezar>
- Do, E., Planalto, B., Município, N. O., & Mg, D. E. U. (n.d.). Analysis of Environmental Quality Through the Geoprocessing : A Study of the Neighborhood Planalto in the City of Uberlândia / mg, 100–112. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/download/16036/9037>.
- GENELETTI, D., La, D., SPYRA, M., & CORTINOVIS, C. (2017). Landscape and Urban Planning A review of approaches and challenges for sustainable planning in urban peripheries. *Landscape and Urban Planning*, 165, 231–243. Disponível em: <http://doi.org/10.1016/j.landurbplan.2017.01.013>
- HARVEY, D; (2010) Direito à cidade. Disponível em: <https://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>
- INDICADORES, A. D. E., Mt, C., DIAS, F. D. A., & GOMES, L. A. (2011). Avaliação da Qualidade Ambiental Urbana da Bacia do Ribeirão do Lipa através de indicadores, Cuiabá/mt, 127–142. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v23n1/11.pdf>

- PORTO, F. & BARBOSA, L. (2002). Estudo da percepção da qualidade ambiental por meio do método fenomenológico, 57–74. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/mercator/v14n2/1984-2201-mercator-14-02-0057.pdf>.
- TAVARES, L. A. (2008). Sistemas Simplificados de Saneamento de Águas Residuais. Disponível em: <https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/395137843905/Disserta%C3%A7%C3%A3oLES.pdf>.

Páginas internet

- Caracterização de águas cinzas e negras de origem residencial e análise da eficiência de reator anaeróbio com chicanas. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Th_EVOPzVBEJ:www.ctec.ufal.br/posgraduacao/ppgrhs/sites/default/files/dissertacaomarcellemariapaissi lvarebelo.pdf+&cd=9&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt
- Consumo de água distribuída pela rede pública *per capita* (1991-2009). Disponível em: <https://www.pordata.pt/Tema/Portugal/Ambiente++Energia+e+Territ%C3%B3rio-23>
- Energia e desenvolvimento, consumo energético no brasil. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:pIoRDsI5K2gJ:www.scielo.br/scielo.php%3Fscript%3Dsci_arttext%26pid%3DS0103-40141998000200002+&cd=5&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt
- Estatística dos resíduos em Portugal 2014. Disponível em: https://www.ine.pt/ngt_server/attachfileu.jsp?look_parentBoui=256039630&att_display=n&att_download=y.
- Estimativa de geração de resíduos para os municípios consorciados. Brasil. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316440978_ESTIMATIVA_DE_GERACAO_DE_RESIDUOS_SOLIDOS_URBANOS_PARA_MUNICIPIOS_CONSORCIADOS
- Indicadores Ambientais e Gestão Urbana. (n.d.). Disponível em: http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/pdf_2009/LivroMeioAmbiente.pdf

- Instituto Trata-Saneamento no Brasil, Consumo de água potável *per capita*, disponível em
[:http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:wuqPHhmDBMUJ:www.tratabrasil.org.br/saneamento-no-brasil+&cd=2&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:wuqPHhmDBMUJ:www.tratabrasil.org.br/saneamento-no-brasil+&cd=2&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt)
- Organização Mundial da Saúde, área verde recomendado per capita. Disponível em:
<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Womt0yMiB84J:www.achetudoeregiao.com.br/atr/oms.htm+&cd=2&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>, consultado 27.10.2017
- Portada-Base de dados Portugal contemporâneo. Disponível em:
<https://www.pordata.pt/Portugal/Consumo+de+energia+el%C3%A9ctrica+per+capita+total+e+por+tipo+de+consumo-1230>. Consultade sexta-feira 27.10.2017
- Sistemas de drenagem de águas residuais e estações de tratamento de águas residuais (ETAR)(%)(1991-2009). Disponível em:
[https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+servida+por+sistemas+de+abastecimento+de+%C3%A1gua++sistemas+de+drenagem+de+%C3%A1guas+residuais+e+esta%C3%A7%C3%B5es+de+tratamento+de+%C3%A1guas+residuais+\(ETAR\)+\(percentagem\)+\(1991+2009\)-1187](https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+servida+por+sistemas+de+abastecimento+de+%C3%A1gua++sistemas+de+drenagem+de+%C3%A1guas+residuais+e+esta%C3%A7%C3%B5es+de+tratamento+de+%C3%A1guas+residuais+(ETAR)+(percentagem)+(1991+2009)-1187)

Teses e Dissertações

- BETTENCOURT, Andrea – Qualificação e Reabilitação de Áreas Urbanas Críticas “Os musseques de Luanda”. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FA.UTL), 2011 . 88 f. Dissertação de mestrado em arquitectura. [Consult. 07 Abr.2017] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/3654>
- FERNANDES, Nádía - Qualificação Urbana como Valorização da Imagem da Cidade. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FA.UTL), 2013. Dissertação de mestrado em Arquitectura. [Consult. 15 Mar.2017]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/6652>
- RODRIGUES , Luís - Paradigmas de Intervenção em Bairros Autoproduzidos “O caso Mafalala em Maputo. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FA.UTL), 2016. Dissertação de mestrado em Arquitectura. [Consult. 31 Mai.2017] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.5/13512>
- VIEGAS, Sílvia - Luanda, cidade (im)previsível? governação e transformação urbana e habitacional: paradigmas de intervenção e resistências no novo milénio.

Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa (FA.UTL), 2015. Tese de Doutoramento em Arquitectura.

Legislação Angolana

- Governo da República de Angola - Lei de base do Ambiente, Lei nº5/98, de 19 de Junho. Luanda: Diário da República de Angola, 1998
- Governo da República de Angola - Lei Constitucional da República de Angola: Lei nº 1 /10, de 5 de Fevereiro. Luanda: Diário da República de Angola, 2010
- Governo da República de Angola - Lei das Águas: Lei nº 6/02, de 21 de junho. Luanda: Diário da República de Angola, 2002
- Governo da República de Angola - Lei do Ordenamento Território e Urbanismo: Lei nº 3/04, de 25 de Junho. Luanda: Diário da República de Angola, 2004.
- Governo da República de Angola - Lei de Terra: Lei nº 9/04, de 9 de Novembro. Luanda: Diário da República de Angola, 2004
- Governo da República de Angola - Regulamento Geral das Edificações Urbanas, Decreto Lei nº13/07, 26 de Fevereiro. Luanda: Diário da República de Angola, 2007
- Governo da República de Angola - Programa Nacional de Urbanismo e Habitação: Resolução nº 20/09, de 11 de Março. Luanda: Diário da República de Angola, 2009
- Governo da República de Angola - Regulamento sobre a Qualidade da Água, Decreto Presidencial nº261/11, de 6 de Outubro. Luanda: Diário da República de Angola, 2011
- Governo da República de Angola - Regulamento sobre a Gestão de Resíduos, Decreto Presidencial nº 190/12, de 24 de Agosto. Luanda: Diário da República de Angola, 2012

Relatórios científicos e técnicos electrónicos

- Censo Geral de Habitação 2014, Publicação dos resultados definitivos, INE, Angola. Disponível em:
http://www.ine.gov.ao/xeo/attachfileu.jsp?look_parentBoui=41498601&att_display=n&att_download=y.
- Humano, M. A. (1972). Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano – 1972. Disponível em:
<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:sH6JImhJKCsJ:https://w>

www.apambiente.pt/zdata/Políticas/DesenvolvimentoSustentavel/1972_Declaracao_Estocolmo.pdf+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt

- Objectivos de desenvolvimento sustentável 2030. Disponível em:
<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:AqR1rynpYzkJ:https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/+&cd=3&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>.
- Iii, H. (2016). Conferência HABITAT III. Disponível em:
<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:iIimUPDS2GkJ:habitatiii.dgterritorio.pt/%3Fq%3Dcontent/confer%25C3%25Ancia-habitat-iii+&cd=2&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>

Comunicações em encontros científicos

- GAMEIRO, António - Planear, requalificar e regularizar. In Segunda Reunião Internacional de Peritos. Huambo: Ministério do Urbanismo e Construção, 6-7 de Setembro de 2011. Consulta do PowerPoint de apresentação.
- MORENO, Eduardo - Head – City Monitoring Branch, ONU Habitat. Segunda Reunião internacional de Peritos sobre os assentamentos humanos. Huambo-Angola. Ministério do Urbanismo e Construção, 6-7 de Setembro de 2011. Consulta do PowerPoint de apresentação.
- Development Workshop - Mercado de Terras Urbanas para Autoconstrução em Angola. Segunda Reunião Internacional de Peritos sobre os assentamentos humanos. Huambo-Angola. Ministério do Urbanismo e Construção, 6-7 de Setembro de 2011. Consulta do PowerPoint de apresentação.

Notícias de jornais impressos

- Jornal de Angola - Executivo preocupado com a melhoria das condições de habitabilidade dos habitantes bairros autoproduzidos (7.Jan.2017). p. [?]

Referências electrónicas

- Angola taxa de natalidade. Disponível em
http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:VrZUNisJLsYJ:pt.theglobaleconomy.com/Angola/Birth_rate/+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt,
[Consultado:Domingo, 25.06.2017, 17h35].
- Angola com a mais alta taxa de mortalidade infantil do mundo. Disponível em:
<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:hXXoQcOnqH4J:https://>

www.voaportugues.com/a/angola-mortalidade-infantil/3336991.html+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt, [Consultado: Domingo, 25.06.2017, às 18h34].

- Angola novas construções. Disponível em: <http://www.angolabelazebelo.com/category/novas-construcoes/> [Consultado: Quinta-feira, 6.07.2017].
- Development Workshop (DW). Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:GRnwiAGb1l4J:www.dw.angonet.org/+&cd=1&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt> [Consultado: Terça-feira, 26.06.2017, às 16h00].

Anexos

Note: apresenta-se outros dados complementares como: (1)grelha de análise, (2)grelha de entrevistas, (3)outras imagens do interior do bairro Soba Kapassa, que não foram apresentadas ao longo do trabalho, mas que complementam a pedagogia sobre as formas de apropriação do espaço e a realidade deste bairro autoproduzido e seus impactes ao ambiente.

Anexo I - Grelha de análise da problemática do bairro autoproduzido

Tabela 4 - Grelha de análise da problemática do bairro autoproduzido, origem, expansão e consolidação - bairro Soba Kapassa

Categoria	Dimensão	Bairro Soba Kapassa
Enquadramento geral		
1-Território	Localização e inserção no território/caracterização	x
Urbanismo/Arquitectura/habitação	Ocupação e transformação do espaço	x
	Dimensão e fases de construção/origem	x
	Equipamentos	x
	Infra-estruturas	x
	Malha periférica autoproduzida	x
2-Governança	Objectivos	x
Visão institucional	Administração	
3-Sociedade	Proveniência dos habitantes	x
Visões	Vivências e estratégias de sobrevivência	x
locais/Apropriação dos espaços		x
Transformação do espaço	Margem de manobra	x
Sociedade civil/visão alternativa	Apoio e parcerias	x
4-Qualidade Ambiental		
Enquadramento geral	Enquadramento	x
Sócio-espacial	Margem de manobra	x
Ambiental	Infra-estruturas	x
Governança	Instrumentos políticos	x

Anexo II - Grelha de entrevistas

Tabela 5 - Grelha de entrevistas

Numero	Data	Local/hora	Função	Idade
Entrevista 1	5-04-2017 quinta feira	Bairro Soba Kapassa, 14h	Doméstica	51
Entrevista 2	16-04-2027 terça feira	Bairro Soba Kapassa, 11h	Economista	47
Entrevista 3	27.04.2017	Bairro Soba Kapassa, 10h	Contabilista	28
Entrevista 4	3.05.2017	Bairro Soba Kapassa, 16h	Gestora	35

Anexo III - Imagens complementares das vivências no interior do bairro Soba Kapassa







